

**Lígia
Amâncio:
o género
como ação
sobre o
mundo**

**JOÃO MANUEL DE OLIVEIRA
CONCEIÇÃO NOGUEIRA**

Lígia Amâncio: o gênero como ação sobre o mundo

Edição

Centro de Investigação e de
Intervenção Social (CIS-IUL)/Lisboa

Âmbito

Linha temática Género,
Sexualidades e Interseccionalidade

Organização

João Manuel de Oliveira
Conceição Nogueira

Edição

2018

Design gráfico e paginação

vivóeusébio

ISBN

978-989-781-058-9

Impressão

Gráfica Maiadouro

Depósito Legal

450727/19

Financiado por

FCT Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons -
Atribuição - Não Comercial - Compartilha Igual - 4.0 Internacional

Lígia

Amâncio:

o género

como ação

sobre o

mundo

ÍNDICE

- 1 **Lígia Amâncio: o género como ação sobre o mundo** 7
João Manuel de Oliveira e Conceição Nogueira
- 2 **Lutos de Antígona**29
Jorge Correia Jesuíno
- 3 **Uma questão suspensa para um até já**59
Teresa Joaquim
- 4 **Tanto tempo, e ainda...**73
Maria do Céu da Cunha Rêgo
- 5 **A importância (e dificuldade) de ser pioneira: transformar o pessoal em político no trabalho científico** 87
Maria do Mar Pereira
- 6 **Mulheres que marcam os tempos – Lígia Amâncio**99
Manuela Tavares
- 7 **Quem quer ser apagada? Memória coletiva e assimetria simbólica** 111
Rosa Cabecinhas
- 8 **Uma foto, um percurso, um agradecimento** 135
Jorge Vala
- 9 **Um género de homenagem** 141
António Manuel Marques
- 10 **Tributo à Professora Lígia Amâncio** 155
Abílio Oliveira
- 11 **Ingresso na ciência e percurso nos estudos de género com Lígia Amâncio: uma homenagem pessoal** 169
Maria Helena Santos
- 12 **Assimetrias sociais reproduzidas nas organizações ou, como mulheres e homens jogam o género na arena organizacional**... 183
Fátima Rodrigues
- 13 **O estudo do género na gestão e o contributo de Amâncio: um relato pessoal** 199
Emília Fernandes

João Manuel de Oliveira
Conceição Nogueira

**Lígia Amâncio:
o gênero como ação
sobre o mundo**

1 LÍGIA AMÂNCIO: O GÊNERO COMO AÇÃO SOBRE O MUNDO

João Manuel de Oliveira e Conceição Nogueira

Ter neste incerto mundo alguma posição
inabalável é
da maior importância.

Assim escreveu
uma mulher, em parte boa e em parte audaz,
que lutou com o que não compreendia de todo.

Adrienne Rich

Como se fosse um verbete para indexação futura, se se falasse de um currículo fechado ou de uma biografia, um primeiro problema no propósito inicial: a multiplicidade. Nos textos apresentados neste livro não há apenas uma, mas várias visões, várias possibilidades. A enumeração parece um exercício *de já vu*, mas num texto sobre a multiplicidade de uma feminista, investigadora em ciências sociais, decisora pública em vários momentos, psicóloga social, cidadã é difícil passar sem o fazer. Juntámo-nos, duas orientadas por ela, entre as múltiplas orientações que realizou e que escreveram capítulos deste livro que é dela e para ela, escrevemos no

feminino porque queremos marcar a enorme diferença que implica escrever de forma feminista, subvertendo as normas da assimetria de género. Conceição foi a primeira doutora, sob sua orientação, com uma tese sobre feminismo e psicologia social e João, também orientado por ela, com uma abordagem feminista ao debate do aborto. Une-nos às três o feminismo. A nossa experiência com a Lígia serviu de entrada no mundo da psicologia feminista crítica, no caso da Conceição, e na teoria feminista, no caso de João.

Há outros entendimentos, acordados e desacordados, risos também. Uma das coisas fascinantes nesse entendimento sobre o mundo é que as regras também podem ser transgredidas. Mostrou-nos sempre isso. Que não tínhamos que ir por caminhos conhecidos, que podíamos ir por outros atalhos e mesmo outras voltas maiores, círculos, retas, interseções e tangentes.

Sempre defendeu antes dessa convenção, uma prática da ética que se sobrepõe à norma. Uma ética republicana, cidadã, feminista, em que Outro tem uma mesmidade connosco. Um outro que somos nós. Nos termos de Hannah Arendt, uma espécie de coabitação com a multiplicidade do humano, uma coabitação não escolhida mas antes uma parte de um procedimento ético, uma ética que não só antecede a moral mas que talvez chegue mesmo a recusá-la.

Queremos homenageá-la, também amiga, também precursora. Foi a Lígia Amâncio que nos trouxe o género e se dedicou ao seu estudo, análise e pensamento. Foi ela que nos trouxe para o género de onde nem uma nem outra voltamos a sair.

*Um comboio parte de Paris, com as pessoas que
vêm celebrar o Primeiro de Maio de 1974, dias
após o 25 de Abril:*

*Esta é a madrugada que eu esperava
O dia inicial inteiro e limpo
Onde emergimos da noite e do silêncio
E livres habitamos a substância do tempo.
(Sophia de Mello Breyner, O nome das coisas)*

A Lígia na altura a fazer os seus estudos em Psicologia e Ciências da Educação fica em terra e vai despedir-se de quem foi celebrar: Esperava-a um exame de Psicologia Social que a impede da festa do primeiro 1º de Maio em Lisboa.

Os pais, republicanos convictos e como tal pouco afeitos ao regime fascista, enviam-na para fora. Sobretudo por medo da repetição da resistência que a sua irmã, Sara Amâncio, já tinha demonstrado, que foi presa por razões políticas durante a crise estudantil. Estuda na Escócia e mais tarde em Paris, onde cursa em Paris VIII Psicologia e Ciências da Educação, tendo terminado a *maitrise* em 1976. Nesses tempos o trabalho da Lígia relacionava-se com a problemática do ensino nas Universidades Abertas, na altura um foco de inovação, como aliás a universidade onde estudava: Paris VIII em Vincennes, uma das novas universidades francesas, povoada por académicos e académicas míticas/os e muito ligados ao Maio de 68, Michel Foucault, Gilles Deleuze, Hélène Cixous, entre outras, teve uma influência na interdisciplinaridade do seu percurso. Um percurso olhando para vários lados, sem necessariamente se fixar, o que mostra

mais tarde com a elegância de quem discute experiências de psicologia social e é capaz de as pensar a partir de Frantz Fanon, sem nenhum constrangimento, a não ser, por vezes, os efeitos da cultura disciplinar excessiva de quem a ouve: a incapacidade do diálogo. Com a Lígia antes, o diálogo, como se esse diálogo fosse a própria forma de pensar. Um sentido dialógico.

Lígia regressa a Lisboa e é contratada pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, onde vai trabalhar com Jorge Correia Jesuíno, na seção de psicologia social, mais tarde departamento. Este texto foca-se estritamente no percurso da Lígia e nas nossas histórias com ela.

Com ela, iniciamos os nossos próprios caminhos nos estudos de género e pensamos que mantivemos essa ideia de diálogo viva. Exemplo disso, o modo como nos articulamos também com as outras disciplinas nessa interdisciplina que são os estudos de género.

Não podemos pensar no trabalho da Lígia sem ter em consideração o modo como chama a psicologia social, a sociologia, a história, a antropologia a um diálogo para pensar as relações sociais de género. No âmbito da psicologia social, escutamos a sua voz para destrinchar a disciplina do estudo dos processos intrapsicológicos, para estudar o modo psicossociológico através do qual o social e o psíquico se articulam no quadro de um determinado contexto. Mais do que uma psicologia social nos modos dessocializados e apolíticos com que se produz atualmente, de uma irrelevância constrangedora, uma psicossociologia que pretende antes

de mais mostrar a socialidade do psíquico, em contextos marcados por relações de poder e consequentemente politização. Não tanto como exigência epistêmica, mas mais como uma decorrência do próprio campo do gênero. Essas ideias estão já presentes na sua tese de doutoramento *Factores psicossociológicos sobre a discriminação das mulheres no mundo do trabalho* que defendeu em 1989, orientada pelo Prof. Jorge Correia Jesuíno.

Seguindo algumas críticas consistentes ao modelo da Teoria da Identidade Social de Tajfel, que demonstravam não só um efeito de gênero no modo como auto-favoritismo intragrupal, mas igualmente o modo como esta teoria por se centrar num nível de análise intergrupala não permitia entender os efeitos de fatores de ordem ideológica ou sociais, o trabalho de Lígia Amâncio mostrava a desadequação destes modelos às relações de gênero. Ao mostrar que o elo de ligação aos grupos era determinado por fatores de ordem social, mas que a própria representação da ideia de pessoa dependia deles, o modelo da assimetria simbólica de gênero é um exemplo do efeito da crítica e da investigação feminista nas disciplinas: permitem demonstrar que o androcentrismo produz, em geral, objectividade fraca, o argumento avançado por Sandra Harding.

Assim, os estudos positivistas que o *mainstream-malestream* da psicologia social tanto persegue, permitem que envios deste tipo possam afetar teorias supostamente universais. O trabalho crítico da Lígia sobre esta proposta de Tajfel que se iniciou com a sua tradução *de Grupos Humanos e Categorias Sociais* permitiu-lhe produzir crítica, não o insulto que habitualmente estamos habituadas a considerar crítica,

antes o trabalho exegético de habitar os protocolos da disciplina e a partir desses protocolos produzir uma leitura a favor e contra do texto, neste caso da teoria, no caso da Lígia, que lhe permitiu traçar todo um itinerário da própria ideia de grupos, relações intergrupais e modos de subjetivação dentro da psicologia social, trabalho que publicou em *Masculino e Feminino: a construção social da diferença*, obra chave para o estabelecimento dos estudos de género em Portugal e no mundo lusófono.

Contudo, pensar este trabalho por via da psicologia social, retira um mérito central a este trabalho. A obra consagra o papel fundamental da ideia de Simone de Beauvoir de androcentrismo para mostrar o modo como esta construção social impacta diretamente no modo se constroem processos de subjetivação, diferenciando um modo de ser universal, masculino, que se confunde com a norma de pessoa e um modo de estar, determinado pelo contexto, sexuado, feminino, em que a construção social do género se confunde com o próprio processo de subjetivação. Como se o feminino fosse todo género e o masculino completamente independente dos processos de subjetivação do género. Aqui um contributo determinante para os estudos de género e já não apenas para a psicologia social.

O seu trabalho mostra que, para além de uma assimetria de valor e posição associado aos estereótipos de masculino, há uma assimetria simbólica muito mais determinante, que condiciona as mulheres em duas normas, a de pessoa e a de género, constringendo-as duplamente, ao passo que o masculino ao se confundir com a norma de pessoa, fica apenas dependente desta.

Ao começar esta reflexão, que se concretiza no seu doutoramento, a Lígia introduz, em Portugal, o conceito de género como incontornável para pensar as relações sociais entre homens e mulheres, seguindo uma analítica iniciada no feminismo estado-unidense, que no entanto não abdica das discussões sobre relações sociais de sexo, consagradas na literatura francófona por via da obra de Simone de Beauvoir.

Este lugar dialógico, que não se limita a absorver uma tradição conceitual e a aplicá-la acriticamente, mas antes a dialogar com e contra estas abordagens, criando um modelo de análise das relações de género – a assimetria simbólica de género.

Lígia seguiu por um percurso de utilizar uma estratégia que poderíamos descrever como alternativa ao *mainstream* da psicologia, recorrendo na sua pesquisa até finais dos anos 90, ao método experimental continuando a mostrar a necessidade de alargar níveis de análises e de sair das fronteiras disciplinares da psicologia, para produzir uma psicologia social autónoma, marcada por níveis de explicação e de análise societal, em que não fossem variáveis psicológicas como a motivação, a flexibilidade cognitiva ou alguma características dos sistemas perceptivos a explicar o social. O trabalho de Lígia Amâncio é muito relevante no quadro de uma psicologia social do pensamento social, que encontra na Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici um lugar epistemológico para pensar o género, ao contrário da pesquisa que vê no género uma posição e a localiza no nível de análise posicional. No caso da assimetria simbólica de

gênero, não é a posição que é central, visto que o gênero é uma forma de pensamento e de ação amplamente partilhado e generalizado entre mulheres e homens.

Não se trata, portanto, de uma guerra de sexos, trata-se antes de um entendimento socialmente partilhado que cria a diferença nas explicações para o comportamento de homens e mulheres, como mostram as experiências que realizou.

Mais tarde irá dedicar-se ao processo de historicização do gênero, em obras como *Vozes Insubmissas*, com Isabel do Carmo. Para o seu trabalho o contexto, que muitas vezes presume reposicionar os dados na história e na sociologia de um determinado fenómeno, para depois lhe conhecer os contornos psicossociais, tem como implicação uma inspiração na história social e sobretudo na história do gênero. Para o seu trabalho, a psicologia social é uma das suas articulações e interlocuções, mas está longe de ser a única. A Lígia é provavelmente uma das investigadoras que levou mais a sério o apelo de Serge Moscovici para criar uma psicologia social do pensamento social e no caso dela, isso extravasa as fronteiras disciplinas. Antes demais, pela especificidade do próprio objeto de estudo. O gênero implica mudanças e permanências na mudança, como diz Pierre Bourdieu, no célebre livro onde se esqueceu de referir os contributos das feministas, *A Dominação Masculina*, aplicando o próprio título como metodologia de pesquisa: apagou todas as feministas que contribuíram com o seu labor para pensar essa relação de dominação, realizando um ato de dominação masculina no plano académico. Por exemplo, como explica bem a própria, os mecanismos de objectivação e ancoragem

das representações sociais não são completamente aplicáveis ao desenvolvimento das representações do gênero: há uma familiaridade entre homens e mulheres no plano social e cognitivo que não explica a persistência de determinadas representações algumas resistente a mais de 200 anos de feminismos. Aqui abordagens mais macro tendem a explicitar melhor do que a Teoria das Representações Sociais, o papel das relações de poder-saber que se estabeleceram para transformar o gênero nesse espaço de resistência à democratização das esferas públicas. O modelo da assimetria simbólica como se localiza num espaço de um universo simbólico comum de valores, mas também tem por referência uma determinada localização sócio-histórica, tem um posicionamento muito mais explícito para almejar o estudo das relações de gênero, no quadro da articulação das relações intergrupo com o pensamento social e os modelos de subjetivação. Trata-se de uma teoria completamente psicossocial, pois convergem contexto, cultura, localização, poderes e sujeito, coisa que tanto na perspectiva da identidade social e nalgumas evocações das representações sociais são dificilmente compagináveis, dada a pretensa universalidade das teorias, curtocircuitando a resposta às exigências do contexto sócio-histórico. O modelo da assimetria assenta numa forma de conhecimento situado, com uma preocupação contextualizadora muito mais evidente. Trata-se de uma teoria mais centrada na resposta a um objeto e problema específico sem uma pretensão de universalidade, que lhe permite dar respostas mais concretas e que ajudem a entender e conhecer o sistema de gênero, como mostra Lígia no seu capítulo da obra *Gêneros e Sexualidades: Intersecções e Tangentes*. Nas suas palavras num artigo de 2006:

“Desde que começou, o feminismo teve como tarefa desconstruir as contradições da modernidade passadas e presentes, incluindo a ciência e as suas promessas não cumpridas de igualdade, emancipação e progresso para todos os seres humanos. A Psicologia mainstream, por se ter focado nas visões positivistas da ciência (Kitzinger, 1990) isolou indivíduos do seu contexto político e histórico. Como a psicologia não está na cabeça das pessoas, mas é ação sobre o mundo enraizada em contextos históricos, fazer psicologia feminista no nosso país implica politizar fenómenos aparentemente neutros.” (Amâncio e Oliveira, 2006, Men as individuals, Women as a Sex Category: Implications of Symbolic Asymmetry for Feminist Practice and Feminist Psychology, Feminism & Psychology, 16, p.40, tradução nossa)

Um dos planos onde a aplicação desta perspectiva se tem vindo a demonstrar é o do campo do género e das profissões. Esta teoria sempre se estruturou em torno de responder às questões da discriminação no plano laboral e do local de trabalho tendo trabalhado com o espaço da medicina, magistratura, política e na ciência, áreas em que supervisionou doutoramentos e mestrados. O trabalho de Lígia a partir das suas provas de agregação centrou-se mais na questão do género e ciência, para pensar o que faz o género e a sua assimetria à carreira de mulheres cientistas, sem descuidar os efeitos do género noutras profissões. Sobretudo um trabalho que mostra o dano que a ideologia neoliberal da meritocracia provoca em termos das expectativas de carreira e obstaculiza a potencialidade de

mulheres na ciência, como mostra Lígia, tanto na perspectiva mais histórica e diacrónica, como o revela em trabalhos sobre os efeitos conjuntos do género e da cultura disciplinar a gerarem uma norma de mérito generizado.

Note-se como este trabalho versa uma abordagem crítica, evidenciando o modo como o género se intersecta com o neoliberalismo para produzir mais exclusões, por via de uma lógica da produtividade disfarçado de excelência científica. Nesse plano, o trabalho da Lígia Amâncio destacou-se bastante por aliar a um diagnóstico sobre as condições sociais do exercício do trabalho das cientistas e os obstáculos que essa tripla género, mérito generizado e cultura profissional lhes colocam. Assim pode afirmar-se que o seu trabalho implica uma visão crítica das políticas científicas cegas às desigualdades múltiplas. É um trabalho também pensado para contribuir com a criação de condições para a igualdade através de políticas públicas.

Além disso, a Lígia foi uma professora que marcou várias gerações de estudantes, com um olhar outro, de pensar de outra forma, de reelaborar as questões. Foi também uma professora de portas abertas, para quem precisava de acolhimento e estava à beira de desistir da área disciplinar. A Lígia usava o feminismo nas aulas como exemplos de que a psicologia social não tinha que ser aquela aridez de experiências ininterruptas e que a fazem parecer uma espécie de física das ciências sociais. Igualmente no ISCTE leccionou as disciplinas de Psicossociologia do Género, Psicologia Crítica, Género, feminismo e políticas para a Igualdade, entre outras, que a colocam também como uma das primeiras pessoas a ter experiência pedagógica na área.

Em 1996 (até 1998) é nomeada Presidente da Comissão para a Igualdade de Direitos das Mulheres e inicia um percurso na administração pública que retomará aquando da sua nomeação para Vice-Presidente da Fundação para a Ciência e Tecnologia (2006-2012) ou na sua atual nomeação como curadora da Agência de Acreditação e Avaliação do Ensino Superior (A3ES). No plano europeu, foi representante portuguesa no sub-comité europeu Improving the Human Research Potential and the Socio-Economic Knowledge Base, Fifth Framework Programme (1998 – 2002). Colaborou igualmente em vários trabalhos amplamente reconhecidos quer como coordenadora, quer como investigadora. É o caso do primeiro inquérito nacional sobre assédio sexual, que coordenou, financiado pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (em 1989), do inquérito à Comunidade Científica Portuguesa – coordenado por Jorge Correia Jesuino, e projetos próprios financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia sobre mulheres discriminadas nas suas profissões.

Não é possível e muito menos desejável, separar esta facetas do trabalho da Lígia Amâncio. É como se essa ética republicana que acompanha o seu percurso implicasse também uma preocupação com a intervenção pública, a partir de uma determinada visão e compromisso ético-político. Os mesmo que manteve na direção de vários centros de investigação como foi o caso do Centro de Investigação e estudos de Sociologia (CIES) e do Centro de Investigação e Intervenção Social (CIS-IUL) ou a Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres (APEM).

O trabalho da Lígia anda na mão de historiadoras, sociólogas, economistas, assistentes sociais, investigadoras do direito, da ciência política, ciências da educação, das políticas públicas, uma série de especialidades disciplinares para as quais contribuiu com os seus escritos, quer direta, quer indiretamente.

Também na psicologia, cuja matriz é *mainstream* positivista, por vezes, impediu o reconhecimento pleno do seu trabalho por via do seu mais habitual mecanismo, a obliteração. Sem efeito. O trabalho de Lígia é conhecido, reconhecido e celebrado em vários pontos do globo. As ideias feministas espalham-se e são semente de pensar, são democracia na sua forma mais radical, aquela que vem da raiz, como diz Angela Davis. No caso da Lígia, dificilmente conseguimos pensar a figura, a pessoa, o seu pensamento e a sua prática sem uma ideia de democracia. Há um espírito crítico na Lígia que fez de nós parte do que somos e que nos impele a um desejo de democracia no quadro de academias, que por efeitos quer do anacronismo dos 4000 anos de mofo por debaixo das togas, como ela lembrou a propósito do Maio de 68 num texto do Público, quer das derivas neoliberais produtivistas se esqueceram que a educação e o ensino superior são sobretudo processos de democratização das sociedades e políticas sociais de eliminação das desigualdades. Não são forçosamente e apenas espaços de reprodução social e como tal da desigualdade, são espaços de reimaginar o social, de profunda reconfiguração.

Esta singularidade não pode ser pensada simplesmente numa perspectiva de protagonismo pessoal, mas antes numa lógica mais ampla de um conjunto de alterações de contexto que as

mulheres cientistas da sua geração experienciaram. Aliás, um texto todo escrito assim na pessoa da Lígia causou-lhe algum embaraço e não poucas vezes nos confidenciou como uma pessoalização da sua escrita a incomodava.

Este livro celebra-a. Queremos fazer uma festa de saberes, política, feminista e desassombrada. Com o seu nome, mas não em seu nome, porque a Lígia Amâncio sabe muito bem falar por si. Pedimos a várias pessoas que nos ajudassem a fazer esta festa. Sobre ela, suspeitamos que não se irá calar.



Jorge Correia Jesuino no seu texto intitulado, *Lutos de Antígona*, parte do género para pensar o mito de Antígona, fazendo um percurso sobre o modo ops estudos de género e a filosofia nos fazem repensar inclusivamente figuras clássicas como esta.



Teresa Joaquim, no texto *Uma questão suspensa para um até já*, faz alusão a vivências partilhadas em função da época histórica e política que co-habitam enquanto adolescentes no Portugal anterior a 25 de Abril de 1974 e, posteriormente, a experiência de usufruir da vida fora do país. Realça percursos políticos e científicos comuns e relembra situações e encontros que viriam a estar na base da criação da APEM (Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres). Ao fazer referência a vários trabalhos publicados, acaba por deixar uma questão suspensa.... Um mote para conversas futuras, num “até já”.

Maria do Céu da Cunha Rêgo, *Tanto tempo, e ainda...*, faz especial referência à Lígia Amâncio nos seus papéis de Presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, enfatizando as suas várias parcerias em trabalho institucional político conjunto. Lembra vivências profissionais marcantes para o domínio da igualdade de género em Portugal e a confiança no trabalho e percurso da Lígia.



Maria do Mar Pereira, *A Importância (e Dificuldade) de Ser Pioneira: Transformar o Pessoal em Político no Trabalho Científico*, enfatiza essencialmente o carácter pioneiro da Lígia Amâncio, e a dificuldade que este estatuto tem associada. Acentua o cuidado, a visão e a sabedoria da gestão desta dificuldade, lembrando como a Lígia Amâncio utiliza “todas as dimensões da sua intervenção - a escrita científica, as aulas, o trabalho político e institucional e até as conversas de corredor... garantindo que sendo pioneira, a primeira, nunca seria a última...” .



Já em *Mulheres que marcam os tempos*, Manuela Tavares evoca a presença a participação e o envolvimento da Lígia Amâncio em momentos de debate público em diferentes seminários, nos Congressos Feministas e na Universidade Feminista, organizações da UMAR onde “...ela está sempre “presente” como tem acontecido sempre que a convidamos para dar os seus contributos ...e também em ações de ativismo por causas feministas que partilha connosco”, como o referendo pelo aborto.

Rosa Cabecinhas, *Quem quer ser apagada? Memória coletiva e assimetria simbólica*, apresenta um texto sobre um trabalho relativo à memória coletiva, ao apagamento das mulheres nas representações na história mundial e nacional evidenciando como o conceito de assimetria simbólica contribuiu para esse resultado e com isto reconhecendo como um conceito pode ser ainda tão poderoso e necessário para combater uma memória pública masculinizada e hegemónica.



Uma foto, um percurso, um agradecimento, faz Jorge Vala apresentar uma fotografia de há 40 anos atrás, da Lígia Amâncio com H. Tajfel, referindo como aqueles dois olhares vivos anunciavam futuros.



António Manuel Marques, *Um género de homenagem*, recorre a um estilo autobiográfico e à referência de alguma da produção científica de Lígia Amâncio para narrar as suas vivências enquanto orientando de mestrado e de doutoramento. Essas vivências cruzam elementos de natureza afetiva e, ao mesmo tempo, de contextualização do desenvolvimento dos estudos de género na academia e na sociedade portuguesa. No seu conjunto, esses elementos permitem situar e destacar o papel de Lígia Amâncio na criação e consolidação de uma geração de investigadores e investigadoras que expandiu o seu trabalho pioneiro.



Abílio Oliveira, no seu texto *Tributo à Professora Lígia Amâncio*, faz a evocação dos momentos marcantes do seu encontro pessoal com a Lígia Amâncio, desde os seus tempos de estudante dando especial destaque ao papel dela no seu percurso académico, enfatizando o seu espírito científico, ponderação e curiosidade e a forma como a sua abertura, sempre presente permitiu abrir caminhos.



De modo similar, Maria Helena Santos, *Ingresso na Ciência e Percurso nos Estudos de Género com Lígia Amâncio: Uma Homenagem Pessoal* enfatiza o carácter influenciador da Lígia Amâncio no seu percurso académico, faz referência aos diferentes momentos do seu percurso pessoal na academia, desde o tempo de estudante, passando pelo seu papel como colaboradora em projetos conjuntos.



Fátima Rodrigues, *Assimetrias sociais reproduzidas nas organizações ou, como Mulheres e Homens jogam o Género na arena organizacional* foca-se em alguns modelos e conceitos centrais da obra da Lígia Amâncio, enfatizando o seu carácter inspirador. A importância da assimetria simbólica para a compreensão da (des)igualdade género é fundamental no seu trabalho com ênfase no estudo do Género em contextos organizacionais.



Conforme o próprio título indica, *O estudo do género na gestão e o contributo de Amâncio: um relato pessoal*, Emília Fernandes reconhece como o trabalho de Lígia Amâncio a influenciou no seu percurso como académica e feminista, desde o tempo da realização da sua tese de mestrado até ao doutoramento, sempre no domínio da gestão. Refere como a “atenção ao poder e ao modo como ele se articula à volta de significados do masculino e feminino foi sem duvida um dos contributos fundamentais...” para todo o seu trabalho junto de estudantes de gestão.

A Lígia Amâncio é referida invariavelmente como a influenciadora de trabalhos académicos, de percursos pessoais, de posições académicas epistemológicas e políticas. A pessoa sempre presente, a parceira....

Encontros, partilhas, parcerias, ensino e política, são palavras que se podem ler de forma transversal em muitos dos textos deste livro... Assim como aberta a novas experiências, novos temas, curiosidade científica, posicionamento que permite a criatividade, e o aprofundamento do conhecimento científico sem fronteiras disciplinares.

Todas as contribuições cada uma à sua maneira e bem distintas entre si em estilo e formato, referem o carácter fundacional do trabalho da Lígia Amâncio para o estudo do género, enfatizando o seu carácter “Pioneiro”. Correia Jesuíno no papel de seu orientador de tese de doutoramento, refere como na época o seu ceticismo face ao carácter entusiasta que a Lígia tinha pelo tema, nada o faria imaginar

que “estávamos à beira de entrar num labirinto donde dificilmente se sai...”

Ela é uma Pioneira, como diz Maria do Mar Pereira. Das que iniciam uma viagem sozinhas, mas que juntam gente no caminho. Gente mais alinhada no mainstream da psicologia, gente menos alinhada seja em termos disciplinares (outras áreas), seja em termos epistemológicos... mas gente que depois desse encontro, nunca mais mudou o destino da viagem.

Usando algumas palavras e expressões de algumas das pessoas que contribuíram para este livro, pede-se concluir como um olhar, que anunciava futuros foi construindo um labirinto do qual não se consegue sair mas que marca encontros e percursos. Ela é uma mulher de muitos encontros, de múltiplas passagens e que nos continua a surpreender por se recusar a deixar de pensar, analisar, criticar, debater. Queremos continuar essa conversa com ela.



Jorge Correia Jesuino

Lutos de Antígona

2 LUTOS DE ANTÍGONA

Jorge Correia Jesuíno

Fita de cabelo de irmã

F. Pessoa

PRÓLOGO

Dedico esta reflexão à Professora Lígia Amâncio, à Lígia colega e amiga de mais de trinta anos de convívio assim me associando à homenagem que este livro lhe presta.

A Lígia trouxe-me duas noções que fizeram o seu caminho em mim até hoje. Refiro-me à distinção entre sexo e género por um lado e, estreitamente associada, a noção de assimetria simbólica ou se preferirmos, violência simbólica. Recordo-me, e estávamos na altura nos anos oitenta, nas conversas que então tínhamos em torno da sua tese ter acolhido o seu entusiasmo com algum cepticismo sem me aperceber que estávamos à beira de entrar num labirinto donde dificilmente se sai. A Lígia deu-se conta com assinalável precocidade do debate que iria travar-se no que hoje se designa por sistema sexo género, um tema interdisciplinar que adquiriu a sua própria autonomia epistemológica – os *gender studies* (estudos de género), mobilizando não apenas os múltiplos saberes disciplinares mas também as múltiplas agências de poder político. Um caso paralelo, com o qual partilha, de resto, preocupações comuns será porventura o tema do ecologismo.

A disciplina de que a Lígia partiu foi a psicologia social, com a sua tónica nos conflitos intergrupo, representações e identidades, mas rapidamente se apercebeu que a questão das desigualdades sociais e da secular dominação masculina não seria apenas uma questão de imagens recíprocas mas antes que essas imagens seriam em grande medida resultantes de uma matriz sociocultural alicerçada em lógicas binárias e subjacente hierarquização. E, para não ir mais longe, se o século dezoito nos pareceu trazer a declaração universal dos direitos de cidadania onde mulheres e homens eram tidos por politicamente iguais, já o romantismo que se lhe segue procura identificar uma especificidade, um *eterno feminino* que, na sua própria exaltação da mulher o faz pela via da naturalização e assim a exclui da participação política. Haverá toda uma história por fazer, certamente já iniciada mas a que faltam ainda muitos capítulos. A um desses capítulos a Lígia voltará a estar associada e voltará a ser recordada - ela não se limitou a redigir teses, envolveu-se nos problemas da Cidade, ocupou cargos públicos e é nessa combinação de teoria e praxis que a sua obra foi adquirindo novos contornos, alargando-se a novos horizontes como seria o caso da dialéctica complexa que envolve a mulher não só enquanto objecto de ciência mas também a mulher enquanto sujeito de ciência.

Aqui deixo a minha vénia à académica que nos abriu um novo campo disciplinar, à política que soube intervir no campo das instituições, agradecendo-lhe a convivência e respectiva solidariedade que sempre me proporcionou.

PORQUÊ A ANTÍGONA?

A figura sublime de Antígona era, para Lacan, (1) a imagem que oblitera todas as imagens.

Ainda que figura literária, Antígona é uma criação da tragédia grega de há dois mil e quinhentos anos atrás, sucede-lhe o que sucede a outros exemplos como Fausto ou D. Quixote, tornam-se figuras históricas, como se na realidade tivessem existido e cujo exemplo, normalmente grandioso, seja para o bem como para o mal, nos acompanha, nos ajuda. Numa palavra - do mito passam à história e da história passam ao mito.

Antígona não será porventura o único paradigma da mulher enquanto mito ou do mito enquanto mulher, seja ela real ou imaginária.

Adquire todavia um significado particular para a “*coisa feminina*” quando a sua vitimização resulta em grande medida da sua condição de mulher e se essa é uma das facetas que podemos pôr em relevo muitas outras, a ela directamente ligadas, ajudam a melhor circunscrever a complexidade das relações humanas.

Começemos por recordar muito sumariamente que Antígona é uma das filhas de Édipo o qual, sem saber o que fazia, veio a matar o pai Laio e casou com a mãe Jocasta, dessa forma acedendo ao trono de Tebas e que, ao tomar consciência de ter sido protagonista de tão infame destino, se cega a si próprio sendo acompanhado no seu exílio pelas filhas Antígona e Ismene. Édipo tem ainda mais dois filhos varões de Jocasta, Etíocles e Polinices, que passam a governar Tebas em alternância com o seu tio Creonte, irmão de Jocasta. O esquema a seguir ilustra a genealogia da família dos Labdácidas.

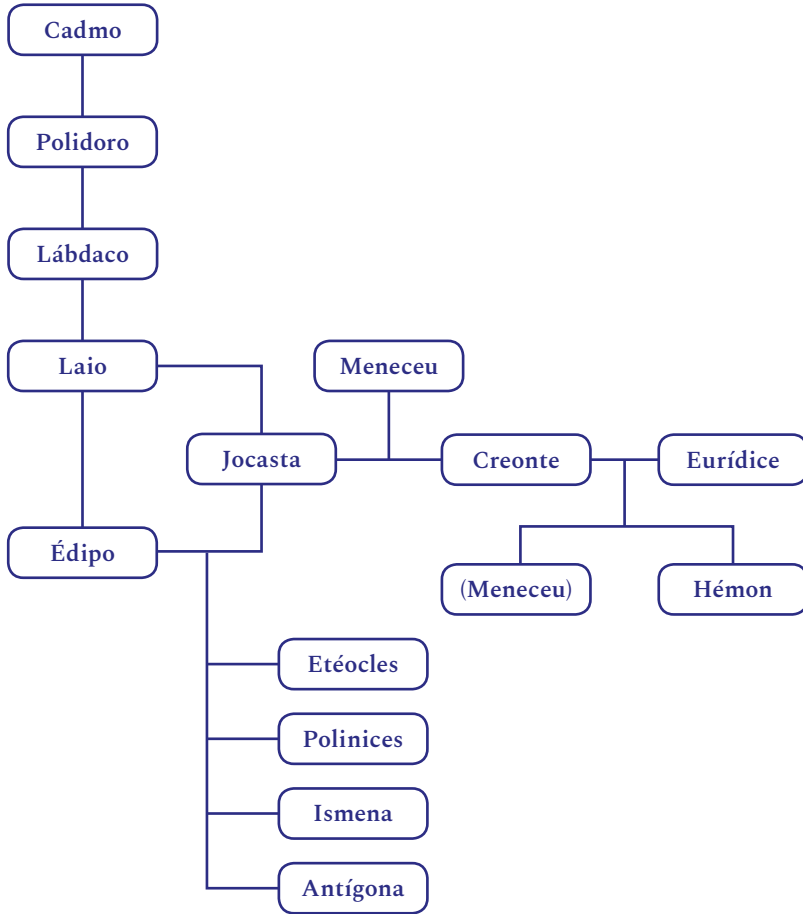


Figura 1 – Árvore genealógica dos Labdácidas (Jabouille, 1999) (2)

Não se conhece qual seja o mito original, se é que existe. (3) Em Homero no Canto XI da Odisseia, onde Ulisses visita o Hades, encontra-se uma breve referência a estas singulares relações incestuosas do parricida Édipo. Existisse ou não mito originário é esta história dos Labdácidas que vamos encontrar narrada com variantes em três grande trágicos gregos - Ésquilo (525-426 a.c), Sófocles (496-406 a.c.) e Eurípedes (460-405 a.c.).

Seguindo a tradição clássica que remonta aos jogos dionisíacos Sófocles dedicou-lhe três das suas tragédias que chegaram até nós: *Édipo-Rei*, *Antígona* e *Édipo em Colona*. Curiosamente na sequência narrativa o *Édipo em Colona* deveria anteceder a *Antígona* mas separaram-nas 40 anos, o que não deixa de intrigar os especialistas e também os comentadores. (4)

Se no *Édipo em Colona* assistimos ao exílio de Édipo já no final dos seus dias acompanhado pelas suas jovens filhas Ismene e Antígona, acção que precede a tragédia que será narrada em *Antígona*, agora figura central, no conflito que a opõe ao tio Creonte, irmão de Jocasta. Creonte sucede, e agora em definitivo, no trono de Tebas por virtude da morte dos dois irmãos Etíocles e Polínicos, no duelo que os opõe, pela disputa do trono. Polínicos denuncia o regime de alternância que antes partilhava com Etíocles vindo a conluir-se com Argos, uma cidade adversa, para invadir Tebas e subir ao trono. Polínicos actua assim como um traidor em que finalmente não é bem sucedido mas onde Etíocles que defende a cidade igualmente morre.

O primeiro decreto de Creonte será que se lamente e se prestem exéquias fúnebres a Etíocles mas não a Polínicos cujo cadáver será exposto aos cães e aves de rapina. É a este decreto que Antígona se opõe executando o ritual das exéquias por duas vezes e reivindicando em seguida que o fizera consciente e deliberadamente embora sabendo que isso lhe poderia custar a vida. Na verdade o mesmo decreto determinava ser essa a sentença para quem violasse a nova norma.

Na obra-prima absoluta de Sófocles há mais personagens: Hémon, filho de Creonte e noivo de Antígona, o qual a apoia e igualmente faz frente ao pai; Ismene, a irmã que começa por hesitar em ser cúmplice e que quando com ela se solidariza é rejeitada como se Antígona quisesse ser única na sua recusa

e na sua oposição à lei da cidade. Há ainda como em toda a tragédia grega, o Coro, uma espécie de *vox populi* ou, mais do que isso, o bom senso comum que ajuíza do justo e do injusto, que por vezes previne os actores quanto aos riscos que os seus actos podem desencadear e aqui igualmente coadjuvado por Tirésias, o auguro cego, outra personagem sempre muito presente na tragédia grega, sobretudo para profetizar desgraças e condenar a *húbris* a que os mortais tão frequentemente se entregam, como será neste caso a insensatez de Creonte que, pela sua intolerância, leva à morte tanto de Hémon como de Antígona e ainda da sua esposa Eurídice. Irão sobreviver apenas ele, Creonte, e a sobrinha Ismene, também condenada inicialmente mas que Creonte cede à intercedência de Hémon.

Nesta trágica história duma trágica família e trágica porque todos são finalmente culpados, embora uns mais do que outros, podemos identificar uma série de conflitos estruturais - entre homem e mulher, entre velhos e jovens, entre estado e família, entre pais e filhos, entre razão e sentimento, entre ética da justiça e ética de solidariedade. O que confere a obras desta dimensão a sua transformação num imenso palimpsesto onde sucessivas leituras se vão depositando.

Não surpreende que a Antígona de Sófocles tenha dado lugar a tão diversas réplicas ao longo dos tempos, em que o texto é rescrito com desenvolvimentos alternativos sejam e, para citar apenas os mais recentes, o texto Jean Anouilh de 1942, ou o texto de Žižek de 2016, (5) bem como as inúmeras versões encenadas em teatro, ópera e cinema e, finalmente, as leituras eruditas de filósofos como Hegel (6) e Kierkegaard, (7) abrindo um debate que encontra porventura o seu ponto mais alto na reacção que provocou junto das novas correntes pós-estruturalistas e pós-modernistas onde a *epistemologia de género* emergiu consagrando nomes como Sandra Harding, Luce Irigaray,

Nancy Frazer, Monique Wittig, Sylviane Agacinski, Donna Haraway (8) e não esquecendo o manifesto inaugural de Simone de Beauvoir *Le deuxième Sexe* (1949) em que o segundo volume abre com o performativo que chega aos nossos dias “*On ne naît pas femme on le devient*” e que porventura põe em marcha toda a reflexão que iria suceder-se sobre a distinção entre o sexo enquanto biologia e o género enquanto categoria cultural. Não esqueçamos a exergue de Sartre nesse mesmo volume “*à moitié complices, à moitié victimes comme tout le monde*”. (9)

A recensão de G. Steiner de 1993 com o título sugestivo de “*Antígonas*” oferece uma panorâmica que longe de ser exaustiva, dá uma ideia da diversidade e sofisticação que o texto de Sófocles suscitou sobretudo a partir da tradução de Hölderlin e da leitura de Hegel.

Em paralelo com este desenvolvimento haverá igualmente que referir o não menos inaugural interesse que a tragédia de Édipo suscitou em Freud vindo a constituir uma metáfora central na teorização da psicanálise inspirando-se no drama do incesto, ainda que sob a forma de desejo reprimido, dando lugar a múltiplas derivas e subsequentes leituras e releituras cruzando psicanálise, literatura e filosofia. Se a figura de Antígona pouco disse a Freud, para quem aliás a mulher sempre surgiu opaca e misteriosa, não obstante os casos clínicos que teve ocasião de observar, já o mesmo não poderá dizer-se da atenção crescente que, possivelmente na sequência de Jacques Lacan, os “*gender studies*” lhe têm consagrado, como é o caso de Judith Butler, Julia Kristeva ou mesmo Martha Nausbaum. (10)

Em termos da produção em português, não obstante a considerável projecção que os estudos sobre o género têm conhecido, em grande medida pelo impulso que lhe foi conferido por Lígia Amâncio, a figura de Antígona poucos comentários

tem suscitado, sendo de justiça citar uma recente publicação editada em 2000 - “*Estudos sobre Antígona*”, sob a iniciativa de Victor Jabouille, da Universidade de Lisboa, reunindo contribuições de carácter erudito de Maria do Céu Fialho, Maria José Figueiredo, Frederico Lourenço, Cristina Guerreiro e José Trindade dos Santos, cuja leitura muito ajuda a melhor interpretar a figura de Antígona, embora sem ligação directa à temática do género.

RETÓRICA ARGUMENTATIVA

Para efeitos da análise da dinâmica do conflito que opõe Antígona a Creonte e à argumentação que utilizam proponho uma grelha baseada no quadro semiótico de Greimas (11) que distingue entre posições contraditórias (a vs \tilde{a}) e posições contrárias (a vs b). O quadrado semiótico permite observar a trajetória do objecto de valor nos percursos sucessivos de a a \tilde{a} , de \tilde{a} a b , de b a \tilde{b} e de \tilde{b} a a , conforme esquema de figura em que a representa Antígona, \tilde{a} representa Creonte, b representa Ismene e \tilde{b} representa Hémon. Neste mesmo esquema a e b tal como \tilde{a} e \tilde{b} são complementares e eventualmente mediadores simétricos e por isso mesmo contraditórios entre si.

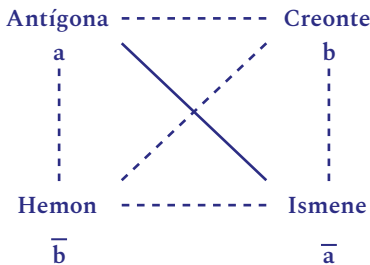


Figura 2a – Quadrado Semiótico

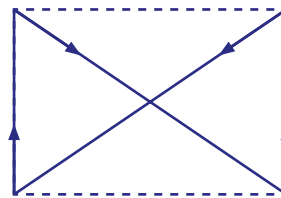


Figura 2b – Trajetória do objecto

Representamos a cheio a *relação contraditória* por ser aquela a que em última análise se reduz a dinâmica do conflito em termos de tudo ou nada, de jogo de soma nula, em que ambas as partes acabam por perder embora não exactamente nos mesmos termos. Antígona condenada a ficar sepultada viva numa gruta suicida-se arrastando nesse seu acto o noivo Hémon e em seguida Eurídice levando assim a que Creonte perca tanto o filho como a esposa. Também não sabemos quais as consequências que tal desfecho terá na governação, “*sobre mim impende um futuro que não se suporta*” (1946 /7) dirá no final o próprio Creonte. (12)

Todavia na economia da narrativa de Sófocles haveria mediadores possíveis para a redução do conflito e obtenção de um possível compromisso. Ismene recomenda prudência, invoca a posição de fraqueza das mulheres - “*nascemos para ser mulheres e não para combater os homens*” (62), alternativa que Antígona rejeita, não mais aceitando a colaboração de Ismene que esta posteriormente oferece. Hémon, por seu turno tenta mediar aliando-se à causa de Antígona e afrontando o pai mas este é inexorável: “*Por isso, meu filho, não sacudas o jugo da razão por causa do prazer duma mulher*” (648/51) ou ainda “*Mais vale, quando é preciso, ser derrubado por um homem, do que sermos apodados de mais fracos que mulheres*”. E quando Hémon o adverte que ele, Creonte, “*não é isso que afirma o povo unido de Tebas*” (734) ou que “*não há Estado algum que seja pertença de um só homem*” (738), “*que mandarás bem sozinho numa terra que fosse deserta*” (739), Creonte apenas retorque “*Este é um aliado da mulher, ao que parece*” (746).

Hémon recorre a uma retórica de racionalidade, de resto nesse aspecto bem superior à da própria Antígona que à lei de Creonte apenas opõe, não menos dogmaticamente, “*os preceitos, não escritos, mas imutáveis dos deuses*” (454). Não é todavia claro que deuses sejam esses que Antígona invoca-Zeus? Apolo? Diónisos? “*Porque esses deuses não são de agora, nem de ontem, mas vigoram sempre, e ninguém sabe quando surgiram*” (455/6) (13).

Mas nem Ismene consegue demover Antígona apoiando-se na afectividade de irmã e de mulher, nem Hémon consegue demover Creonte a partir duma racionalidade política que ele se recusa a aceitar. Creonte parece de facto obcecado por ser contestado por uma jovem mulher, sua sobrinha, a todo o momento lembrando, mesmo ao Coro, ou talvez por virtude do Coro enquanto observante dos costumes, a vergonha que seria para ele ceder às razões invocadas por uma mulher.

De resto está em jogo não apenas o seu papel público, de governante da polis mas também do seu papel privado enquanto novo chefe duma família regida pela autoridade incontestável do pai. Sob esse aspecto haveria que qualificar a leitura de Hegel que lê o conflito apenas em termos de oposição entre a Lei do estado e a Lei do *Oikos* (família), que na verdade nunca se acham dissociadas e *a fortiori* neste caso em que ambas se conjugam e se complementam.

Acresce que, em termos de estilo, a retórica de Antígona é assertiva se não mesmo agressiva – não só pratica o acto proibido como o reivindica em termos de desafio - “*Afirmo que o pratiquei, e não nego que o fizesse*” (444). Antígona poderia assumir a culpa (?) ou adoptar uma atitude mais humilde, admitir por exemplo que o impulso de sangue foi mais forte, em lugar da arrogância com que enfrenta Creonte - na peça o diálogo entre ambos é aliás breve - onde ainda proferirá a famosa frase - “*não nasci para odiar mas para amar*” (523) (14) entrando em aparente contradição quando mais tarde acrescenta “*Pois nem que eu fosse uma mãe com filhos, com que tivesse um marido que apodrecesse morto, eu teria empreendido estes trabalhos contra a cidade. Se me morresse o esposo outro haveria, e teria um filho de outro homem se houvesse perdido um*” (905/910).

Goethe nas conversas com Eckerman diz ter ficado surpreendido admitindo que fosse apócrifa pelo facto de não colar com

a imagem idealista que tinha de Antígona. Aliás, ainda hoje, e por exemplo na edição portuguesa que seguimos, estas estâncias figuram entre aspas e há mesmo edições nomeadamente em inglês onde não figuram.

Os especialistas vieram todavia a concluir que as dúvidas de Goethe quanto à autenticidade desta passagem são infundadas dado que Aristóteles a cita na Retórica. (15). De resto até não é difícil aceitar que Antígona procure aqui recorrer a um argumento em última instância baseado mais uma vez na lógica do sangue – o irmão que nasce do mesmo ventre e relativamente ao qual haveria uma ligação quase instintual. De qualquer forma Antígona abre aqui o flanco a uma crítica que, para olhares menos complacentes, não pode deixar de ser feita, levando inclusivamente a atribuir um desejo incestuoso ainda que imaginário pelo seu mais querido e preferido irmão Polinices. Vejam-se designadamente as leituras de J. Lacan e de J. Butler. (16)

Já aliás Serge Moscovici num texto de 1972 - *La société contre nature* – sustentava a tese do incesto, imaginário que fosse, na medida em que era esse o pecado original dos pais que a geraram, ou mesmo sem pecado, como sugere, já que, sustenta, as Leis destinam-se aos escravos e não aos senhores que sempre estão acima delas. Para este autor a admitir algum pecado ele residiria em Jocasta ao desobedecer a Laius protegendo o filho que virá a ser Édipo do sacrifício de que iria ser vítima dada a profecia que ele viria a matar o pai, como de facto virá a acontecer. (17)

Tais leituras são reforçadas quando saímos do quadro estrito da peça Antígona recorrendo às outras obras da trilogia de Sófocles ou mesmo quando mudamos para Eurípedes, onde sobretudo Polinices adquire voz e protagonismo. Vemos assim Antígona interceder junto de Édipo (1380/1409) para que ele modere a sua severidade para com um filho que o exilou e agora

lhe pede que regresse. Mas Édipo, tal como Creonte, é inflexível, lança um anátema sobre Polinice e profetiza o duelo final entre irmãos. Para um Sófocles no final da vida, já quase com 90 anos, a jovem Antígona é agora descrita como uma menina submissa, que cuida do pai Édipo e que o leva também ele, mas agora por outras razões, a ver as filhas que “*se comportam como se fossem homens vez de mulheres*” (166), já que são elas que o acompanham e sustentam.

Justifica-se assim uma leitura intertextual da saga dos Labdácida não respeitando sequer a cronologia dado estar em jogo a coerência interna tanto estética como ética na composição de uma figura paradigmática. Algo que não intrigou Goethe mas intrigou outros autores é a total ausência de diálogo entre Antígona e Hémon. Sabemos pelo Coro que ambos se suicidaram. E se Hémon se refere à sua noiva esta nunca o invoca ou nele encontra consolo. Jean Anouilh muito mais tarde virá referir na sua versão alternativa que Antígona tem horror a um projecto de vida futura, casada com filhos, numa mediocridade burguesa, o que parece confirmado na forma como se refere a Ismene – “*Não temas por mim. Assegura a tua vida*” (84), ou mais tarde “*Salva-te a ti mesma, não te invejo a fuga*” (559), “*Tu escolheste viver e eu morrer*” (555).

As relações nesta fratria que parece amaldiçoada pelo incesto que a gerou podem igualmente ser inscritas no quadrado semiótico em que os sexos figuram como polos das diagonais contraditórias e por isso mesmo aqui representadas a cheio, tal como a relação complementar e intensa entre Polinices e Antígona em contraste com as relações de contrariedade difusa tanto entre Antígona e Eteocles, como entre Ismene e Polinices.

LUTOS DE ANTÍGONA

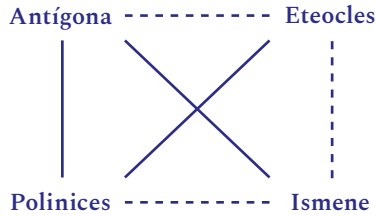


Figura 4 – Relações entre os irmãos e irmãs

O texto é omissivo em termos de discurso directo, mesmo no Édipo em Colona, mas sabemos que Eteocles e Polinices eram como sugere o sarcasmo “*mais do que inimigos, eram irmãos*”. Aliás matam-se um ao outro e suspeitamos que ambos conheçam ser esse o desfecho, dada a maldição que lhes é lançada por Édipo. Diferente é todavia a diagonal que une as duas irmãs, a Antígona intransigente que recusa a cumplicidade de Ismene o que, numa hipótese caridosa, até poderia ser uma forma de salvar a irmã do destino que a aguarda. Quando Ismene lhe pede - “*Não me impeças, irmã, de morrer contigo e de purificar o que morreu*” (545) Antígona responde-lhe “*Não queiras partilhar a minha morte, nem faças teu aquilo que não tocaste. Para morrer basto eu*” (546/547).

O génio de Sófocles reside neste acentuar de ambiguidades retóricas onde algo e o seu contrário coexistem em tiradas simples e banais. Antígona impede o sacrifício da irmã mas também essa é a forma que a isola da contestação e assim tornar-se uma heroína histórica-“*Onde podia eu grangear fama mais ilustrativa do que dando sepultura ao meu próprio irmão?*” (503/4). Algo a lembrar novamente Serge Moscovici que em 1976, descrevia o caso de Soljenitsyne enquanto “*dissidência de um só*” ilustrando que mesmo nessa condição extrema as minorias activas e consistentes ou seja, que não recuam, podem iniciar a diferença que irá fazer a diferença. (18)

Há todavia um paradoxo ou porventura uma situação de “*double bind*” a que Antígona não parece escapar e que as leituras de Lacan e de Butler de algum modo sugerem. Antígona é possuída por uma *húbris* que em tudo a torna idêntica não em termos substantivos mas estilísticos à *húbris* de Creonte. Em termos de G. Bateson é a guerra dos sexos na modalidade da *diferenciação simétrica* que, ao contrário da *diferenciação complementar*, ilustrada pelo desdém que a liga a Ismene e que esta submissamente aceita, conduz a uma escalada com consequências imprevisíveis. (19) E o paradoxo torna-se então que para combater o inimigo há que recorrer às mesmas armas e submeter-se à agenda que ele próprio fixou.

Não sabemos se terá forçosamente de ser assim, mas, e para dar desde já um salto que esperemos não seja mortal, algumas das ambiguidades ou dos efeitos perversos do feminismo são consequência dessa armadilha que Butler traduz em termos de discursividade performativa.

ÉTICA E ESTÉTICA

Para Lacan como já antes para Kierkegaard não haveria hiato entre ética e estética. De certo modo na *Crítica do Juízo* Kant já o pressentia. A fusão opera-se no acto performativo ou seja no próprio momento que a acção se torna irreversível seja ela expressa pela palavra - *as palavras que fazem coisas*, como Antígona ao proclamar *fui eu que fiz e não o nego*, com peso idêntico à acção física de lançar terra em dois momentos distintos sobre o cadáver de Polinices. Mas de que ética se reclama Antígona, neste seu gesto estético, quais os princípios que lhe dão valor ou que, pelo contrário, a condenam?

Vimos já como Hegel acaba por justificar a intransigência de Creonte, defensor da razão de Estado, que, para ele, é o cerne

da marcha do espírito. O Coro da Antígona de Sófocles na sua primeira intervenção dirá, guardadas as distâncias históricas, algo de equivalente. O homem, ou seja, a espécie humana é, dirá o Coro, esse prodígio que dominou a natureza lavrando a terra e domesticando animais e finalmente através da “*fala e o alado pensamento, as normas que regulam as cidades, sozinho aprendeu*” (355 -357).

M. Heidegger propôs todavia uma leitura destas estrofes, que o futuro designou como “*Ode ao Homem*”, em termos mais audaciosos. A passagem encontra-se na sua “*Introdução à Filosofia*”, curso que ministrou em 1935 na Universidade de Friburgo. A data é importante bastando lembrar que estamos em pleno regime nazi a poucos anos da deflagração da Segunda Guerra Mundial. A leitura de Heidegger limita-se estritamente à Ode, o conflito que opõe Antígona a Creonte nunca é directamente mencionado mas podemos pressenti-lo em filigrana. Heidegger admite que haveria que enquadrar esta Ode no contexto da obra ou mesmo na totalidade da produção de Sófocles. Os termos metafísicos em que a interpretação é feita são todavia suficientemente claros e oferecem uma chave possível para identificarmos a tragédia de Antígona.

Como sempre Heidegger recorre a uma linguagem difícil e as leituras que propõe de textos gregos remetem para traduções com frequência idiossincráticas e nem sempre consensuais. Para Heidegger, e resumindo muito, a Ode dá-nos a essência do homem em termos da palavra grega “*deinon*” que ele traduz em alemão por *Unheimlich* que o tradutor inglês traduz por “*strange, uncanny*”, em francês por “*inquietant*” e na tradução portuguesa por “*prodígio*”. Estamos numa zona semântica que remete para o estranho, assombroso, de que o homem seria o exemplar supremo. A Ode enuncia a série de *prodígios* - o mar, a terra, os animais - que surgem metafisicamente como

manifestações de violência. Os elementos naturais manifestam esta ordem de violência (*deinon*) que se exerce sobre o homem – Heidegger usa aqui o termo de *prepotência*, como algo de excessivo que vem de fora, mas que igualmente se encontra no próprio homem, dado que ele por seu turno revela capacidade para dominar tais elementos embora nem sempre os vença como aliás sucede no incontornável encontro final com a morte. A visão tem algo de *prometaico* que a ode de Sófocles certamente permite.

A segunda estrofe acrescenta à lista de prodígios o que parece ser ainda mais especificamente humano – a palavra e a capacidade de construir cidades, ou seja, de formular leis que as tornam possíveis. Não que a linguagem seja uma invenção do homem, adverte Heidegger, mas como algo que ele encontra, aliás o texto de Sófocles assim o sugere ao referir a aprendizagem: “*A fala e o alado pensamento / as normas que regulam as cidades/sozinho aprendeu*” (355-357).

E será no interior da polis enquanto convergência de conflito dos múltiplos saberes (*logos*) e interesses que surge uma outra prepotência - a “*diké*” a que Heidegger atribui um significado (metafísico) mais abstracto do que a sua tradução habitual por justiça. *Diké* seria antes uma “*estrutura que gera ordem*”, uma harmonia que excluiria a própria violência. Numa palavra teríamos uma essência do homem, do humano na sua universalidade, caracterizada por essa cisão interna entre “*logos*” e “*diké*” ou, em termos menos grandiosos, entre o poder criativo e criador dos saberes, sob esse aspecto necessariamente violento na medida em que destabilizador do familiar, do habitual, e por outro lado um sentido de justiça que reclamaria o retorno ou a passagem a uma nova ordem e a uma nova ou mesmo anterior harmonia. Todavia, e essa será a conclusão do Coro - “*Longe do meu lar /o que assim for*” (374). Ou seja estes homens

com H maiúsculo não são seres de companhia, é neles que se manifesta a “*hubris*” que conduz tanto para o bem como para o mal ou ainda, e essa será a tragédia, que o bem associado ao progresso não é possível sem violência. (20)

A luta interior entre o “*logos*” e a “*dike*” é sempre desigual e sempre devastadora – e será isso que o Coro nos resume e também adverte nesta Ode. Porque tanto Creonte como Antígona parecem protagonizar esta leitura de Heidegger, uma leitura que introduz a figura da violência criativa seria masculina enquanto que a *dike* reguladora da *hubris* seria feminina. Tal leitura nada oferece de original mas será de registrar a persistência com que recorre mesmo nas mais intrincadas hermenêuticas. Haverá alguma violência decorrente dum *logos* na tragédia de Antígona? Talvez nos decretos que Creonte promulga se considerarmos que o novo rei não está a obedecer a normas tradicionais, como aliás Antígona lhe refere. Com efeito, é ele Creonte que decide que essa nova ordem deverá alargar a punição aos cadáveres dos traidores e por outro lado punir os que a eles se aliem. Com alguma boa vontade poderíamos ler tais decretos a uma luz totalitária segundo a qual a nova ordem não mais possa ser posta em causa. Uma nova *dike* é de imediato contestada por Antígona invocando uma antiga ordem e isso apenas por ser anterior, antiga, tradicional, mas também por Hémon que a contesta em termos porventura mais racionais, apelando à abertura ao diálogo, a uma ordem democrática, aberta, que não fecha o futuro. Entre Creonte e Antígona não há diálogo possível nem tampouco qualquer abertura para a mediação. E em última análise, assim concluirá também o Coro, o que não parece possível evitar será a inquietante violência que habita as sociedades sejam elas animais ou humanas, mas ainda mais nas humanas por virtude dessa nova violência, tornada cada vez mais simbólica, através da aprendizagem do *logos*.

Leia-se Heidegger na conclusão: “O Coro, ao virar-se contra o que é mais inquietante, diz que essa maneira de ser não é a de todos os dias. Um tal Ser - Aí não pode ser visto no trem de vida ordinário, num comportamento qualquer”.

Mas o que há todavia de mais inquietante, e agora aplicado ao lamento do próprio Heidegger, será a ideia de que qualquer nova ordem política envolva uma inevitável violência ou ainda que a invocação da justiça seja reacionária na sua própria natureza.

Descendo das alturas metafísicas e situando-nos na cidade de “*todos os dias*” e agora recorrendo às ciências sociais poderíamos enquadrar o conflito entre Antígona e Creonte, em termos de oposição introduzida por Max Weber entre “*ética dos princípios*” e “*ética da responsabilidade*”, de algum modo aplicando ao espaço mais restrito da acção política da alternativa entre a ética deontológica (Kant) e ética utilitarista (Bentham, Stuart Mill).

O debate parece também aqui, ou sobretudo aqui, ser interminável, levando mesmo a concluir, e voltamos ao ponto donde partimos, que não dispomos de normas éticas gerais de aplicação simples, ou seja que será difícil senão mesmo impossível ir além da casuística. Em última análise e essa será a solução que Kant acabará por admitir, a decisão é tomada por um senso comum cujas máximas ele enuncia no #40 da Crítica do Juízo: (1) pensar por si próprio; (2) pensar substituindo-se ao outro; (3) pensar sempre de acordo consigo próprio. Por outras palavras é o senso comum ou juízo estético que, caso a caso, operam performativamente a síntese entre princípios e consequências. Será assim que procedem Antígona ou Creonte? Tudo indica que ambos se fecham em princípios, sejam eles racionais, irracionais ou arracionais. Recusa *a priori* de qualquer negociação que sempre implica um espaço de concessões mútuas pese

embora as assimetrias de partida que dificilmente permitam compromissos igualmente benéficos para ambas as partes.

O que é que nos diz o Coro no final da tragédia, qual a grande conclusão que extrai? *“Para ser feliz, bom senso é mais que tudo / Com os deuses não seja ímpio ninguém / Das insolentes palavras infladas / pagam a pena grandes castigos / a ser sensatos os anos lhes ensinaram”* (1349-1354).

Será todavia que podemos ir mais longe na prática da casuística e verificar em que medida princípios e consequências se conjugam num juízo justo?

ANTÍGONA - A PRIMEIRA FEMINISTA?

Também não será fácil concluir, seja da simples leitura de Sófocles, seja a partir das múltiplas versões e leituras a que deu lugar, em que medida a figura de Antígona poderá figurar no panteão da causa que reivindica uma maior justiça para as mulheres num mundo de homens que historicamente sempre se comportaram como dominadores. Será o sexo um estigma, um marcador natural com consequências que a cultura nunca conseguirá corrigir ou até não desejável que o tentasse? Que significado, que simbolismo atribuir à coragem de Antígona ao enfrentar o tirano Creonte, que além de rei é também o seu tio e também o único tutor que resta de uma família dizimada?

Será Antígona uma rebelde ou uma revolucionária ou apenas uma sindicalista útil ao sistema? É fácil de entender o fascínio que Antígona, transformada em mito, exerceu ao longo dos 2500 anos após a sua criação como se entende o interesse acrescido que adquiriu, primeiro com Hegel e no acento que coloca na filosofia de Estado enquanto realização suprema, e mais tarde pela

causa feminista na sua rejeição da naturalização do humano a partir da diferenciação sexual, como também numa outra arquitetura política entre público e privado, entre estado e família.

A apropriação de Antígona pode ter lugar nas suas múltiplas modalidades. Os comentadores tendem a considerá-la mais como rebelde do que revolucionária. Na verdade a sua própria solidão, a indisponibilidade para construir alianças quer com Ismene, quer com Hémon, todos eles símbolos, bem entendido, seria disso testemunho. A rebeldia adquire todavia um vigor, uma sublimidade como nota Lacan que ofusca, com a vantagem de manter a pureza original, o carisma que mesmo as revoluções acabam por rotinizar. Bem mais pessimista seria concluir que teria sido Creonte na sua lógica meritocrática que finalmente acabaria por vencer se admitirmos a persistência e continuidade da violência simbólica que a ela se acha subjacente e a que a própria causa feminina teria igualmente cedido dado não haver aparentemente outra alternativa para fazer face à prepotência no sentido de Heidegger.

São conhecidas e praticadas algumas das normas que regulam a justiça distributiva descritas na psicologia social mas também discutidas pelos filósofos. Desde logo as normas da igualdade, da equidade e da necessidade. Também aqui teremos que ser forçosamente esquemáticos admitindo à partida que a escolha é contingente, não mecânica e universal. Ou seja consoante os casos concretos, assim serão aplicadas as normas isoladamente ou em conjunto e neste último caso em proporção variável. Mas também em todos os casos a distribuição do direito de acesso não pode ser desligada dos objectivos que tais direitos visam, ou seja, que tipo de sociedade pressupõem.

Para Creonte os mortos não são todos iguais. Há uns que são menos iguais do que outros, que têm de ser humilhados

e esquecidos e outros que merecem honrarias e merecem ser recordados. Creonte opera já de acordo com normas meritocráticas. Os que têm mais mérito, que adquiriram pelos actos que cometeram – neste caso na defesa de Tebas – não podem ser iguais àqueles que a quiseram destruir e por maioria de razão quando nela nasceram. Tivesse todavia Polinices vencido não seria de surpreender que fosse ele a tomar a decisão de Creonte. Quanto a Antígona há razões para hesitar na categorização.

Uma primeira leitura levaria a supor que se rege pela norma da igualdade – os mortos têm direito, todos eles, sem excepção, a exéquias fúnebres. Mas não podemos esquecer que ela declara mais tarde, ainda que se admita que o faça para se defender, que não procederia do mesmo modo se fosse um esposo ou mesmo um filho. Pelo que, também para ela, os mortos não são todos iguais no que se refere ao direito de sepultura. Há uns mais merecedores do que outros – neste caso não será tanto o mérito, que o não é a consanguinidade, ou mesmo algo que remeta para um favoritismo afectivo que não carece de justificação, porventura algo que remeta para a norma da necessidade – precisamente por se tratar dum vencido, dum traidor, mas nem por isso menos merecedor de compaixão e caridade, que de resto sempre se espera das mães que tudo perdoam aos filhos, que sempre acreditam num fundo de inocência que mais ninguém vê ou quer ver. E, mais uma vez, será ainda Hémon que aponta para normas menos radicais, mais dialogadas, que desde logo impediriam a promulgação de decretos rígidos, fechados - Todos os traidores serão punidos, Polinices é traidor, logo Polinices será punido. Até porque no limiar do simbólico, como sugere Lacan, conceitos como homem, mulher, traidor, a par de tantos outros não têm fronteiras fixas e sempre se prestam a desconstruções.

Por último haveria ainda que admitir, na “*Voz Diferente*” de Carol Gilligan, que há uma outra ética que não é a ética da

justiça mas a ética do cuidado, da solicitude, de algum modo no prolongamento da norma da necessidade a qual procura corrigir o princípio de Mateus – os que têm mais são os que mais recebem. (21) Para Gilligan a ética da justiça seria uma ética masculina, baseada na razão, no cálculo, como por exemplo o “Dilema de Sofia” – qual dos filhos deverá ser morto e se não escolher morrem os dois – Haveria então uma ética feminina diferente da ética masculina? Drucilla Cornell (22) pensa que sim e entende-a como a aspiração a uma relação não violenta com o Outro no sentido mais lato possível. Nietzsche e, como vimos, Heidegger, não estariam de acordo com esta aspiração a uma relação não violenta com o Outro. Em última análise haverá um binarismo que parece resistir e por isso mesmo continuará, a partir das nossas escolhas em última instância. O “Ou-Ou” de Kierkegaard consistiria então em reivindicarmos a unidade ou a diferença ou, admitir, na melhor hipótese, uma contínua oscilação entre diferença e repetição.

NOTAS

- (1) Jacques Lacan (1966) Seminário VII – Ética da Psicanálise. Neste seminário Lacan dedica três sessões à tragédia de Sófocles centrando-se na figura de Antígona. Na leitura de Lacan, Antígona ofusca pela sua beleza como pela postura de desafio e de transgressão que incarna. Tem a qualidade que tanto nos atrai como nos atemoriza no sentido de nos intimidar.
- (2) Victor Jabouille, Maria do Céu Fialho, Maria José Figueiredo, Frederico Lourenço, Cristina Abranches Guerreiro, José Gabriel Trindade dos Santos – “Estudos sobre Antígona” – Ed. Inquérito 1999.
- (3) As tragédias gregas do período clássico abordam temas, situações e protagonistas que circulam por via oral e em versões que diferem de autor para autor. O caso da tragédia da família Labdácidas é sob esse aspecto particularmente ilustrativa.
- (4) A trilogia de Sófocles não obedece ao modelo da época. As trilogias eram representadas no mesmo dia de acordo com a sequência dos acontecimentos que tratavam. O facto de Sófocles ter composto as suas três tragédias centradas na casa de Laius em datas diferentes, apresenta por outro lado a singularidade de diferir da própria sequência dado ser a Antígona a primeira tragédia a ser representada. Sobre a data da peça até recentemente era admitido consensualmente ter sido apresentada em 441 a.c. Michael Vickers na sua obra “Sófocles and Alcibiades. Athenian Politics in Ancient Greek Literature” põe em causa esta datação sugerindo a data de 438 a.c. ou seja, segundo argumenta, a seguir à

batalha de Samos que consagrou Péricles. O argumento é polêmico ainda que bem estruturado em termos históricos e filológicos. Vickers considera que a tragédia grega tem objetivos políticos, procurando intervir na vida da polis, o que o leva à proposta, a todos os títulos surpreendente, de ver em Creonte uma espécie de avatar de Péricles e em Antígona os traços do rebelde Alcibiades, de que Péricles fora tutor. A tese de Vickers contrária, como ele próprio sublinha, eruditos como Dodds para quem “o que não está no texto não existe”.

- (5) Entre as versões mais recentes da peça de Sófocles com intuítos políticos para além de Anouilh que faz de Antígona uma mártir da resistência francesa que todavia Lacan (nota 1) considera “fascista” podemos citar Brecht onde se censuram os colaboradores nazis, nas também Heinrich Böll para quem Antígona seria uma réplica da terrorista Ulriche Meinhof. A Antígona de Sófocles exerceu também particular fascínio no poeta irlandês Seamus Heaney enquanto símbolo da resistência irlandesa.
- (6) G.F.Hegel (1770-1831) interpreta o conflito sobre Antígona e Creonte na “Fenomenologia do Espírito” sem todavia citar os nomes dos protagonistas: “A feminidade tem (pois) como irmã o mais profundo pressentimento da essência ética; mas não atinge a consciência e a afectividade dessa essência, porque a lei da família é a essência interior, permanecendo em si, não se sabe à luz de que consciência, mas permanece sentimento interior e elemento divino subtraído à afectividade” (FE, t.II, p24, edição Aubier). Na Estética, Hegel volta a referir a tragédia Antígona de Sófocles como a obra de arte mais grandiosa e mais conseguida. (II: 1248), por

virtude de representar a via da auto-reflexão em termos da reconciliação do indivíduo com o seu próprio destino.

- (7) A leitura da tragédia de Sófocles por Kierkegaard é feita na obra “Ou-Ou - Um fragmento de Vida” de 1844, de que existe uma tradução do dinamarquês para português de Elizabete de Sousa, editada pela Relógio D’Água em 2013. A reflexão de Kierkegaard é desenvolvida na secção “O reflexo do trágico antigo no trágico moderno”. Para Kierkegaard enquanto que a tragédia antiga se caracterizava pela ambiguidade da culpa, ou seja, para recorrer a conceitos da psicologia social, pela atribuição ambígua da responsabilidade a factores internos ou externos, a tragédia moderna tende a centrar a responsabilidade exclusivamente no actor. Kierkegaard, o contrário do que muitos comentadores referem, como por exemplo Steiner, não é uma continuidade de Hegel – a Antígona moderna que ele caracteriza como conhecedora do segredo do pecado de Édipo, sem estar certa de que ele próprio o conhecesse, dividida entre a obediência ao pai e o amor por Hémon, não estaria em condições de decidir.
- (8) A bibliografia sobre o feminismo é na realidade muito vasta, sendo habitual distinguir entre autores franceses na senda iniciada por Simone de Beauvoir, tais como Monique Wittig (1931-2003) – *Le corps lesbien* (1973), Luce Irigaray (1932-) *Je, Tu, Nous – Vers une Culture de la différence* (1993), Sylvanne Agacinsky (1947) – *Politique des Sexes* (1998), tradução portuguesa. *Política dos Sexos* (1999) e autores norte-americanos tais como Sandra Harding (1935) *The Science Question and Feminism* (1986) Nancy Frazer (1947) *Unruly Practices: Power, Discourse and Gender in*

Contemporary Social Theory (1989), Donna Haraway (1944) *Simians, Cyborgs and Women* (1991), Judith Butler (1956) *Problemas do Género* (2017/1990) com prefácio de João Manuel de Oliveira, *Antigona's Claim* (2000). Em português haverá que referir para além de Ligia de Amâncio que introduziu a temática, os trabalhos de Conceição Nogueira, João Manuel de Oliveira, Anália Torres e Fernanda Henriques.

- (9) O livro de Simone de Beauvoir (1908-1986)- *Le Deuxième Sexe*, de 1949 foi pioneiro não apenas pela denúncia pela subalternização da mulher, mas sobretudo pela ideia de que o género tal como a raça ou a idade –outro tema que abordará mais tarde, são em grande medida socialmente construídos.
- (10) Martha Nussbaum enquadra a figura de Antígona numa perspectiva de carácter mais humanista na obra “*The Fragility of Goddesses. Luck and Ethics in Greek Tragedy and Philosophy*”, 1986, reeditada em 2001.
- (11) O quadrado semiótico é uma técnica analítica que esquematiza as oposições e suas interacções em textos e práticas culturais, introduzida por Algirdas Greimas em “*Du Sens I* (1970), *Du Sens II* (1983) a partir do “quadrado lógico” da filosofia escolástica e da distinção de Jakobson entre contradição e contrariedade.
- (12) A trajectória em “borboleta” ou da fita de Möbius é sugerida e analisada na perspectiva da teoria das catástrofes por René Thom – *Apologie du Logos* (1990) enquanto estrutura profunda de carácter cíclico que tanto se encontra nas narrativas míticas como em física no ciclo de histerésis. Traduz igualmente o processo

de pensamento que progride dialecticamente através do “trabalho do negativo”.

- (13) Erich Fromm (1900-1980) num texto intitulado “O complexo de Édipo e o seu mito” incluído numa coletânea sobre a Família editada por Ruth Nanda Aushen (1900-2003), em 1954, desvia-se da interpretação dada por Freud ao mito de Édipo, sustentando que o verdadeiro conflito familiar é o que resulta das relações pai-filho, bem ilustrado nas tragédias de Sófocles, seja entre Hémos e Creonte na Antígona, ou entre Édipo e Polinices no Édipo em Colona. Para Fromm a figura de Antígona simboliza um conflito entre deuses – por um lado os deuses femininos/ctónicos como Diónisos e por outro os deuses masculinos do Olimpo como Apolo. Fromm neste mesmo texto como que inicia a desconstrução do mito da masculinidade ao acentuar o receio masculino de se ver ridicularizado pela mulher.
- (14) Este verso muitas vezes invocada como traduzindo a essência de Antígona é traduzida por Josh Beer, numa forma que lhe retira muito da sua aura “Não nasci com inimigos mas com amigos” (Beer – Sofocles and the tragedy of Athenian democracy, 2004).
- (15) “Se a intenção moral não resulta credível, então deve-se acrescentar uma, como Sófocles faz. Um exemplo está na Antígona em que esta se aflige mais com o irmão do que com o marido ou filho, pois estes podem voltar a ter-se, uma vez mortos – Tendo mãe e pai partido para o mundo do Hades, não há irmão que possa jamais nascer” Retórica 1417a.

- (16) Para Lacan o fruto da relação incestuosa entre Édipo e Jocasta deu origem a dois irmãos um dos quais representa o poder (Etiocles) e o outro o crime (Polinices). Apenas Antígona, que para Lacan simboliza o impulso de morte, assume e legitima o crime. J. Butler contesta por seu turno a tese de Lévi-Strauss sobre a universalidade do tabu do incesto enquanto passagem da natureza à cultura.
- (17) Uma outra mitificação do incesto entre irmão e irmã é dada pelo par Sigmund-Siegelinde do Anel dos Niebelungos de Wagner, não menos tumultuoso nas suas consequências.
- (18) *Psychologie des minorités actives – Appendice/La dissidence d’un seul : à propos de Soljenitsyne – 1979.*
- (19) G. Bateson (1904-1980) – *Culture Contact and Schismogenesis – Man 1935-* incluído em “Steps for an Ecology of Mind” (1972, 1987). Segundo Bateson e como o próprio termo sugere haveria duas formas de gerar um cisma ou seja uma diferença no confronto entre dois oponentes - a complementar em que um deles se submete e a simétrica em que ambos afirmam e reafirmam as suas posições.
- (20) “É por isso, escreve Heidegger, que aquele que faz violência não conhece a bondade e a conciliação no sentido vulgar, o apaziguamento e o alívio pelo sucesso e pelo prestígio e pela confirmação desse prestígio. Em tudo isso, aquele que faz violência sendo criador, não vê no sucesso senão uma aparência que ele despreza. Na sua vontade de extraordinário, rejeita qualquer ajuda. A ruína é para ele o consentimento mais profundo e mais

vasto à prepotência” Introduction à la Métaphysique, traduction de Gilbert Kahn 1958 (original 1935).

- (21) A recepção da tese de Gilligan suscitou reservas. Veja-se o que escreveu Stephen P. Turner: “A noção de Carol Gilligan duma “ética do cuidado” especificamente feminina é a inversão e revalorização numa direcção positiva das ideias do mito familiar dos século XIX sobre a sentimentalidade do sexo fraco. Não há nada de errado em inverter estas velhas valorizações. A inversão é uma técnica-bem desenvolvida por Nietzsche. Mas inverter uma ordem é muito diferente de inverter ordens de valor” The Maturity of Social Theory in C. Camic and H. Jonas (2004) *The Dialogical Turn*, pp. 161.
- (22) Drucilla Cornell (1995) – What is Ethical Feminism? in “Feminist Contributions. A Philosophical Exchange” de Seyla Benhabib, Judith Butler, Drucille Cornell and Nancy Fraser.

Teresa Joaquim

**Uma questão
suspensa para
um até já**

3 UMA QUESTÃO SUSPensa PARA UM ATÉ JÁ

Teresa Joaquim

Quando estava a pensar neste texto que queria escrever para este livro-presente para a Lúgia Amâncio, cruzei-me com ela na Avenida da Liberdade no dia 25 de Abril, que é certamente uma data marcante para a nossa geração, pelo que vivemos antes dele em colégios de meninas, escolas públicas que não eram mistas, nas saídas para os mundos do trabalho, nas escolhas disciplinares marcadas pelo ambiente em que estudávamos, pelo trabalho que íamos fazendo em contextos diversos, em que essa saída “lá para fora” se fez / se fazia com mais ou menos apoios familiares.

Ora, o estar lá fora depois de Maio 68 e participar ou sentir os movimentos que dele surgiram, que agora ressurgem a nível pessoal, comunitário, de participação política era “mudar de vida” lembrando o belo filme de Paulo Rocha e a espantosa música de Carlos Paredes que desenhava um país.

Viver lá fora num mundo livre, aberto a outras formas de vida. Lembro-me do meu espanto quando vi uma colecção de livros de *poche* num supermercado, acessíveis, próximos, podia comprar uma série deles que aqui não se encontravam ou eram proibidos; chocou-me também a falta de curiosidade d@s colegas belgas de faculdade em

Bruxelas; lembro-me também de viver essa esperança de um futuro diferente para o mundo daqui, marcada por travessias familiares e de oposição, prisão, do peso, cansaço da sociedade portuguesa de então, apesar de todas as dificuldades, vivia-se um sentimento de liberdade de estar lá fora, mesmo se nessa altura éramos estudantes ‘estrangeir@s’.

Certamente que os nossos percursos são marcados por matrizes ideológicas familiares e de classes diversas, mas partilhámos e vivemos sentimentos e vivências semelhantes às que refiro enquanto adolescentes na sociedade portuguesa da altura. Nesse percurso, nem sei bem como fui ‘parar’ ao interesse pelas questões do feminismo, dos estudos sobre as mulheres, à leitura compulsiva de obras de e sobre mulheres (biografias, romances, diários, etc).

Tenho uma vaga ideia de gozarem comigo e de um amigo me dizer: ‘se tens essas ideias sobre igualdade, então também não precisas que te dê a passagem para subires para o eléctrico antes de mim’. E de facto, não precisava dessa ‘passagem’, dessa cortesia, mas até hoje aprecio a delicadeza e a amabilidade nas relações.

Na nossa geração, o 25 de Abril de 1974 é o acontecimento, a possibilidade de construir outro tipo de vida em comum, de criar um outro mundo comum. Retomo esta frase de Manuel Gusmão como cena fulgor:

“O 25 de Abril é um dia e são dias, meses, anos. É daquelas datas que se constelam, que estão antes de hoje, que hoje ecoam ainda, e que tremeluzirão no depois de hoje como a memória de uma outra possibilidade no conflito dos possíveis reais. Porque foi um proceso de irrupção de imensas vozes e corpos no teatro da história tal como a fazemos. Porque foi um processo de transformação do nosso espaço-tempo e das nossas maneiras de

habitar. Porque foi a liberdade e a democracia como emancipação. Porque foi a política como *poiesis*. E por aí, através do som e da fúria da vida histórica, passa um sentido que julgamos vislumbrar, um sentido possível para a frase “rico em méritos, é contudo poeticamente que o homem habita sobre esta terra”, que vem em Holderlin”
(M. Gusmão, 2002, p. 98).

Se a geração a que pertencemos foi desatenta, omissa, talvez porque o acontecimento do 25 de Abril (em sentido deleuziano) foi de tal modo importante e único que nos esquecemos que não bastava uma sociedade democrática, com as suas instituições, nos esquecemos de continuar a insistir na política que é de tod@s e de cada um/a, que não é um direito de quem faz dela uma profissão – eliminando a experimentação que a mesma significa – mas um dever de reflectir sobre o ‘bem comum’, sobre o viver em conjunto numa polifonia de vozes. E por isso talvez seja também o espanto de não nos termos sabido lembrar que a política são essas tentativas, tantas vezes frustrantes, “de ser possível um outro mundo”, ideia tão cara de formas diversas no mundo cristão, na filosofia grega, nos pensadores e filósofos iluministas e tantos outros e outras que nos fizeram o que somos.

Em Portugal sob a forma que tomou o processo de democratização da sociedade portuguesa o 25 de Abril foi também o questionar dessa “ordem natural”, a ordem do Pai, do poder masculino que hoje continua sob outras formas.

É um dispositivo que cria um quadro de enunciação no qual as mulheres só podem responder às questões que lhes são colocadas, criando uma espécie de clausura discursiva, por um duplo movimento: elas respondem no quadro de enunciação que não criaram, não delimitaram e não podem, pois criar uma outra palavra.

Num regime autoritário, não se fala, ouve-se. Não se fala em seu próprio nome, é-se dito pelos outros; num regime democrático tudo pode ser dito, mas as falas das mulheres (quase) não são ouvidas.

Passa-se de um regime de invisibilidade para um regime de visibilidade indiferente. Nesse sentido, os feminismos e os estudos sobre as mulheres, de género, são certamente também formas diversas de poder habitar a teoria e as práticas de outro modo. De reler as experiências múltiplas das mulheres, algumas na sua insignificância, dando-lhes sentido e daí possibilidades de vida, de serem passíveis de ser transmitidas como herança às gerações vindouras, herança feita da passagem do testemunho entre as feministas da geração do início do século passado e as mulheres que se afirmaram após o 25 de Abril de 1974, ou ainda ausência de transmissão entre as mulheres da oposição ao Estado Novo e as do pós 25 de Abril.

Não consigo desligar este percurso político do trabalho que posteriormente ambas viemos a realizar. Lembro-me de falar com a Lígia Amâncio pela primeira vez no seminário da Comissão da Condição Feminina (CCF) sobre “A mulher e o ensino superior, a investigação científica e as novas tecnologias”, que teve lugar no LNETI, em Lisboa, nos dias 10,11 e 12 de Dezembro de 1986. Nesse seminário participaram algumas das pessoas / investigadoras que iriam ao longo dos anos estar ligadas de uma forma ou de outra à implementação da área de Estudos sobre as Mulheres e posteriormente à criação da APEM (Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres). Lembro-me também que deveria fazer o resumo das comunicações para a posterior conclusão do tema em que as mesmas se enquadravam e, claro, algumas/mas d@as participantes não me forneceram os seus textos para me facilitar a tarefa. Na altura, a internet era inexistente e o acesso aos trabalhos ainda não eram marcados pelos “repositórios abertos”, pelo *open access*.

O cartaz desse seminário foi elaborado a partir dum desenho de Almada Negreiros, designado “Acessit...”, tendo havido recentemente uma exposição na Gulbenkian sobre este pintor e é interessante a referência que fez Ramada Curto sobre a relação dele com Sarah Affonso e a forma como o percurso desta como pintora foi amputado para que Almada pudesse continuar a pintar. É fundamental lembrar e nomear como o mundo intelectual, artístico, científico, se constituiu e produz e se reproduz nessas omissões.¹

A comunicação da Lígia Amâncio a este seminário intitulava-se “A contribuição da Psicologia Social para a análise da situação da mulher no trabalho” (1987: 221-230) e os autores citados são Tajfel e Doise: ainda nenhuma autora feminista aparece como referência. Mais tarde li a tese de doutoramento *Masculino/ Feminino. A construção social da diferença*, 1994, dela retirando a noção central de *assimetria simbólica* que irá marcar o seu percurso teórico e científico, a saber e de forma simples: as mulheres vistas como grupo e os homens como indivíduos. Conceito de *assimetria simbólica* do qual ela faz a resenha num contexto teórico completamente diferente, no livro recentemente publicado, organizado com João Manuel de Oliveira, *Géneros e sexualidade: intersecções e tangentes* (2017) e permito-me referir que ‘este’ trabalho está licenciado com uma licença *Creative Commons*, o que revela um contexto cultural e social completamente diferente de partilha de conhecimento científico. O texto que Lígia Amâncio publica é justamente

1. “As referidas vanguardas parece que se configuraram como um modo de continuar a hegemonia dos homens, excluindo as mulheres, a ponto de se poder dizer que o modernismo continuou a impor as suas práticas bem patriarcais, não se tendo constituído numa rutura, pelo menos, em relação ao reconhecimento das mulheres artistas”. <http://expresso.sapo.pt/cultura/2017-05-06-Revisitar-Almada-Negreiros.-Ramada-Curto-sobre-a-exposicao-na-Gulbenkian>.

sobre “Assimetria simbólica: breve história de um conceito” (pp. 17-38) e que ela contextualiza: “uma das principais transformações do pós-25 de Abril diz respeito à situação das mulheres” (p. 18). Todo o texto é elaborado com uma bibliografia disciplinar muito diversa, da história das mulheres à teologia feminista, à antropologia.

Nesse sentido, ao lançar um olhar retrospectivo a partir mais das memórias do que da releitura de textos individuais da Lígia Amâncio ou que ela escreveu com outr@s, com quem atravessou este percurso, destaco duas qualidades. Uma, é a capacidade de se ter aberto a outras áreas e autores/as, que não exclusivamente @s da Psicologia Social. Estou a pensar não só na atenção que ela deu à História das Mulheres no Ocidente (Perrot e Duby), mas também ao trabalho de historiadoras como filósofas; essa atenção é simultaneamente científica e política, como se manifesta no belo livro que realizou com Isabel do Carmo, *Vozes insubmissas - A história das mulheres e dos homens que lutaram pela igualdade dos sexos quando era crime fazê-lo* (2004): esse percurso de luta, vozes, forças por um ideal de justiça e, entre tantos, lembro Babeuf e Condorcet. Destaco também a deslocação das questões dos estudos mais centrados nas questões das mulheres para as questões da masculinidade *Aprender a ser homem, construindo masculinidades* (2004).

A outra qualidade que articulo com a componente científica e política será a que posteriormente se irá materializar na assunção de cargos de gestão de instituições, tanto na área da igualdade (CIDM) como na das políticas científicas (FCT).

Dito isto, as nossas configurações teóricas, autor@s, etc., cruzam-se e não se cruzam; o que sei de Psicologia Social aprendi-o sobretudo com o trabalho dela e de um conjunto de colaboradores, em particular da Conceição Nogueira e do João Manuel de Oliveira. Talvez por isso, acho que tive sempre uma questão suspensa sobre a elaboração do conceito de assimetria simbólica na sua relação com a obra de Georges Simmel pelas similitudes na formulação entre o universal (masculino)

e o feminino (particular), questão que nunca lha coloquei: “Que o sexo masculino não seja simplesmente de maneira relativa superior ao sexo feminino, mas que ele se torna pelo contrário universal, regulando as manifestações do masculino particular como do feminino particular – eis o que repousa, com mediações diversas, sobre a *posição de forças* dos homens” (Gabriel, Nicole, 2010:439) e ainda: “o homem (*Mann*) dá-se como o ser humano, ou o humano em geral, enquanto que ele é em realidade o Senhor (*Herr*)” (idem: 435). Estou ciente de que esta formulação atravessa outras obras, como a de Simone de Beauvoir, ou mesmo durante séculos a incapacidade das mulheres para representarem outr@s do ponto de vista jurídico.² Para além desta questão suspensa, há ainda uma outra a de saber quais são as novas configurações teóricas que este conceito tem sofrido a partir, por exemplo, das teorias *queer* marcadas pelo hibridismo e pela noção de interseccionalidade? Configurações que desenham mapas imensos de eixos de diferenciação e de poder, questionando (talvez) a oposição entre universal e particular.

Mas talvez que esta questão suspensa seja sobretudo uma forma de continuarmos a nossa conversa na mudança dos dias e das vidas e de dizer simplesmente “até já”.

2. “Mas aquilo de que as mulheres são privadas tanto na política como nas relações intersubjectivas, é de assegurar um serviço que transcenda a esfera estreita dos seus próprios interesses, que des-subjectivize a acção delas para lhe conferir o sentido abstracto de uma função” (Thomas, Y., 1986:156).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMÂNCIO, Lígia, *Masculino/ Feminino. A construção social da diferença*, Porto, Afrontamento, 1994

AMÂNCIO, Lígia e CARMO, Isabel do, *Vozes insubmissas - A história das mulheres e dos homens que lutaram pela iguadade dos sexos quando era crime fazê-lo*, Lisboa, Publicações D. Quixote, 2004

AMÂNCIO, Lígia (org), *Aprender a ser homem, construindo masculinidades*, Lisboa, Livros Horizonte, 2004

AMÂNCIO, Lígia e OLIVEIRA, João Manuel de, *Géneros e sexualidade: intersecções e tangentes*, ed. Centro de Investigação e de Intervenção Social (CIS-IUL), 2017

C. CONDIÇÃO FEMININA, *A mulher e o ensino superior, a investigação científica e as novas tecnologias em Portugal. Actas do Seminário realizado em 10, 11 e 12 de Dezembro de 1986*, Cadernos C. C. F., 1987

GUSMÃO, Manuel, *Os Dias Levantados* (libreto para ópera de António Pinho Vargas), Caminho, 2002

NICOLE, Gabriel, “Georg Simmel, penseur du genre entre Charybde et Scylla”, *Sous les sciences sociales, le genre*, 433-447, La Découverte, 2010, pp 433-447

RAMADA CURTO, Diogo, “Revisitar Almada Negreiros” in *Revista do jornal EXPRESSO* de 6 de maio de 2017

THOMAS, Yann, “À Rome, pères citoyens et cité des pères (II siècle avant J. C.- II siècle après J. C.)” in A. Burguière, C. Klapish - Zuber, M. Segalen et F. Zonabend (eds), *Histoire de la Famille*, vol I, A. Colin, 1986, pp 195-229

Maria do Céu da Cunha Rêgo

**Tanto tempo,
e ainda...**

4 TANTO TEMPO, E AINDA...

Maria do Céu da Cunha Rêgo

De há muito que o saber de Lígia Amâncio no domínio da igualdade entre mulheres e homens é para mim referência e fonte de inspiração.

Lembro-me das suas intervenções certeiras e precursoras nos longos e animados debates a horas improváveis, em torno do conceito e dos objetivos da paridade, quando, no início dos anos 90, se buscavam caminhos e alianças para que em Portugal a lei assegurasse a participação política das mulheres como uma realidade consistente.

Lembro o fulgor e a revelação do seu “Masculino e Feminino – A construção social da diferença” (Amâncio, 1994) e a importância fundadora desta obra no pensamento, na reflexão e nas políticas públicas conexas com o género no nosso país.

Lembro, já no tempo pós Pequim¹, a sua marca de água, enquanto Presidente da então Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, CIDM – que antecedeu a atual Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, CIG - no chamado Plano Global para a Igualdade de Oportunidades (1997) - o “PNI”² inaugural - que adotou, até hoje, a dupla abordagem consagrada na Plataforma de Ação de Pequim (1995): transversalização da igualdade de género nas políticas públicas e medidas setoriais de ação positiva. Refere o Preâmbulo do Plano Global:

A igualdade de tratamento entre mulheres e homens é um princípio fundamental no direito português e no direito comunitário. No entanto, nem a igualdade constitucional e legalmente estabelecida nem a presença e estatuto das mulheres no mercado de trabalho têm sido suficientes para a realização de uma efetiva igualdade entre homens e mulheres.

De facto, embora se tenham verificado mudanças significativas nas relações sociais de género nos últimos anos, devido à participação crescente das mulheres no mercado de trabalho e à independência económica que dela decorre, assim como ao aumento do nível da escolarização secundária e superior, estas

1. Referência à IV Conferência Mundial sobre as Mulheres (1995), promovida pela ONU em Pequim, que aprovou uma Declaração Política e um Plano de Ação, ainda longe de concretização na generalidade dos países participantes, apesar de mais de 20 anos passados.
2. A partir deste primeiro Plano, a designação adotada foi, com eventuais acrescentamentos, a de Plano Nacional para a Igualdade, a que corresponde o acrónimo PNI. Sobre a matéria, cfr. <https://www.cig.gov.pt/planos-nacionais-areas/cidadania-e-igualdade-de-genero/>.

mudanças não se traduziram ainda numa melhoria global do estatuto social das mulheres nem no usufruto de uma cidadania plena.

...

Foi em 1997, o ano em que a revisão constitucional reforçou as condições para a mudança estrutural face aos estereótipos de género, através da inclusão da promoção da igualdade entre homens e mulheres nas tarefas fundamentais do Estado³, do reconhecimento de que a participação direta e ativa de homens e mulheres na vida política constitui condição e instrumento fundamental de consolidação do sistema democrático⁴, e da inclusão da conciliação da atividade profissional com a vida familiar como direito dos trabalhadores, sem discriminação em função do sexo⁵. O ano da Declaração do Conselho da Europa sobre a “Igualdade entre Homens e Mulheres como Critério Fundamental da Democracia”⁶, que considero um dos mais avançados textos políticos até agora produzidos por uma organização internacional. Com efeito, em 1997, na 4ª Conferência Ministerial Europeia sobre Igualdade entre Mulheres e Homens, que teve lugar em Istambul, os Ministros concordaram em declarar que:

A marginalização das mulheres na vida pública e na democracia é um fator estrutural ligado à desigual repartição do poder económico e político entre as

3. Constituição da República Portuguesa, CRP, Artigo 9º, alínea h).
4. *Idem*, Artigo 109º.
5. *Ibidem*, Artigo 59º nº 1 alínea b).
6. Declaration on Equality between Women and Men as a Fundamental Criterion of Democracy (Council of Europe, 1997).

mulheres e os homens, e aos estereótipos em matéria de papéis sociais de mulheres e de homens. Estes papéis sociais estereotipados limitam a possibilidade de as mulheres e os homens realizarem o respetivo potencial;

A igualdade implica um desafio positivo e dinâmico às estruturas do poder estabelecido e aos papéis estereotipados de género, por forma a atingir a mudança estrutural a todos os níveis e, finalmente, uma nova ordem social;

Os homens têm um importante papel a representar na realização da igualdade entre mulheres e homens, sobretudo quando têm funções de tomada de decisão;

Uma maior participação dos homens na vida privada, nas responsabilidades de cuidado, especialmente nos cuidados quotidianos a crianças, à família e nas tarefas domésticas, bem como a repartição igualitária com as mulheres das responsabilidades de tomada de decisão na vida política, pública e profissional, melhoraria a qualidade de vida de todas as pessoas;

...

Lembro o gosto do trabalho em parceria, quando sendo presidentes da CIDM – Lígia Amâncio - e da CITE, Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego – eu própria - organizamos no Porto, com a Fundação Friedrich Ebert, no início do verão de 1998, o Seminário Internacional “Igualdade de Oportunidades como Inovação Estratégica nas Empresas”. Uma iniciativa que haveria de estar na

base da alteração legislativa⁷ que, por unanimidade da Assembleia da República, veio a concretizar o valor social eminente da paternidade que a Constituição introduzira em 1982. O que se verificou através do reconhecimento aos homens quando são pais de três novos direitos:

- o de uma licença por paternidade, exclusiva do pai, intransmissível, com natureza jurídica, fonte de financiamento e montante (100% da remuneração de referência) iguais aos da licença por maternidade;
- o de uma licença parental subsequente, exclusiva apenas do pai, com a duração de 15 dias, paga a 100%, a título de ação positiva;
- o de dispensa de 2 horas diárias para aleitação até a criança perfazer 1 ano, nos mesmos termos do direito equivalente da mãe.

Desse tempo de cumplicidade institucional, recordo o primeiro Plano Nacional de Emprego, PNE (1998) e o contributo belga que para ele trouxemos de um seminário em Oxford organizado pela então presidência do Reino Unido do Conselho Europeu: a criação do Prémio “Igualdade é Qualidade”⁸, que, ao longo das suas 12 edições, continua

7. Lei nº 142/99, de 31 de Agosto.

8. PNE, Pilar IV: Reforçar as políticas de igualdade de oportunidades – Diretriz 16: Os Estados membros esforçar-se-ão por reduzir a diferença entre as taxas de desemprego das mulheres e dos homens, apoiando ativamente um aumento de emprego das mulheres, e agirão contra a sub-representação das mulheres em certos sectores de atividade e profissões e a sua sobre representação noutros. Novos instrumentos: “Atribuição de prémios às empresas com políticas exemplares na área da igualdade de oportunidades”.

a distinguir as empresas com boas práticas no domínio da igualdade entre mulheres e homens.

E no virar do século, sublinho o relevantíssimo contributo científico de Lígia Amâncio na construção, no desenvolvimento e na aplicação de projetos piloto de formação em igualdade entre mulheres e homens, como também previsto no 1º PNE⁹, desenvolvida pela CITE e apoiada, respetivamente, pelos Programas ADAPT e Leonardo Da Vinci da União Europeia, quer no âmbito geral do Projeto DELFIM - Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens (1999-2001), que *‘teve como objetivo conceber um referencial de formação em igualdade de género e produzir recursos didáticos suscetíveis de se constituírem como instrumentos comuns aos formadores/as certificados/as nesta área’*, quer no âmbito específico do Projeto Leonardo Da Vinci – Formação de formadores/as de negociadores sociais em igualdade de género (2001), que, com o objetivo de *‘criar condições de mainstreaming de género no diálogo social’*, visou também *‘aumentar a participação das mulheres nos processos de negociação coletiva, quer a nível dos empregadores quer dos sindicatos, contribuindo para a participação equilibrada de homens e mulheres nos processos de decisão’*.

Mas lembro também a qualidade humana de Lígia Amâncio, amiga presente, cuidadora e delicada.

9. PNE, Pilar IV (*idem*) – Diretriz 16 (*ibidem*) - Novos instrumentos: “Formação na área da igualdade de oportunidades, a partir da construção de módulos, de metodologias e de materiais inovadores, dirigidos a grupos estratégicos”.

E o seu sorriso luminoso, e o seu abraço envolto em rosas brancas, na manhã em que soubemos que eu seria Secretária de Estado para a Igualdade. E a sua generosíssima validação do meu artigo (Cunha Rêgo, 2004) no nº 10 da ex-aequo, sobre Direito da Igualdade de Género (2004), que coordenei, aquando da apresentação, no Porto, com João Teixeira Lopes, desta Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres. E a sua aceitação imediata para participar, na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, no 1º Curso de Pós-Graduação “Direito da Igualdade de Género” (2003-2004), onde proferiu lição magistral sobre “Sexo e género numa perspectiva histórico-psicológica”.

E recordo, com um respeito imenso, a postura convicta, fundamentada e dialogante que sempre manteve no decurso dos trabalhos, em que também participei, do Fórum Educação para a Cidadania (2006-2008)¹⁰, em especial do Núcleo “Grandes Questões da Cidadania”, por cuja coordenação foi responsável.

Lígia Amâncio é uma investigadora e uma cientista altamente credenciada, uma pioneira reconhecida na área do género em Portugal, que fez e faz escola formando diversas gerações de outras e outros cientistas neste domínio.

10. Uma iniciativa da então Ministra da Educação, Maria de Lourdes Rodrigues, e do então o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros, Jorge Lacão, coordenado pelo Prof. Marçal Grilo.

E é uma mulher notável, que intervém cívica e politicamente em situações em que a sua voz e a sua palavra fazem a diferença. Pelo rigor, pela clareza, pela energia, pela convicção, pela seriedade. Voz e palavra cuja ressonância contribui para a melhoria da organização social. Voz e palavra que continuo a ouvir, como a ouvi, num já longínquo 8 de março da Presidência de Jorge Sampaio, oradora convidada no Palácio da Ajuda, a denunciar, inteira e de pé, como as árvores, o peso insuportável de uma persistente normatividade social, violadora da lei e inibidora da liberdade no quotidiano de todas e todos nós.

Tanto tempo minha amiga, tanto trabalho, e ainda parece estarmos tão longe desse outro tempo em que o “homem” deixe de ser percebido como o “mamífero ... que constitui o género humano” (Dicionário Priberam de Língua Portuguesa, 2017) ou como a “Humanidade” (Infopédia Dicionários Porto Editora, 2017), ou como o “tipo humano absoluto” (Beauvoir, 1949, p. 16). Em que a “mulher” deixe de ser “definida pelo olhar do homem, que a vê como o sexo” (Beauvoir, 1949, p. 17), responsável primeira pela reprodução, ou o que seja, desde que em permanência ao seu dispor, para já não dizer ao seu serviço.

Mas cá estamos. E sabemos que “contra ventos e marés” podemos contar consigo. “Até à Igualdade”¹¹.

11. *Slogan* adotado pela CIG, na comemoração, em 2017, dos 40 anos da institucionalização da Comissão da Condição Feminina, CCF, o primeiro organismo autónomo que a antecedeu. Cfr. <https://www.cig.gov.pt>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- › Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino – A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.
- › Assembleia da República (2005). Constituição da República Portuguesa. Retrieved from <http://www.parlamento.pt/Legislacao/Paginas/ConstituicaoRepublicaPortuguesa.aspx#art109>
- › Assembleia da República (1999) Lei nº 142/99, de 31 de Agosto. Retrieved from <https://dre.pt/application/conteudo/581976> .
- › Beauvoir, S. (1949). *Le Deuxième Sexe*. I. Paris: Gallimard.
- › Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Projeto DELFIM - *Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens* (1999-2001). Retrieved from <http://www.cite.gov.pt/pt/acite/projetos018.html>.
- › Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, Projeto Leonardo Da Vinci – *Formação de formadores/as de negociadores sociais em igualdade de género* (2001). Retrieved from <http://www.cite.gov.pt/pt/acite/projetos017.html>.
- › Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego e Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (2016). *Prémio Igualdade é Qualidade*, 12ª edição. Retrieved from <http://www.cite.gov.pt/pt/premioigualdade/regulamento.html>.
- › Council of Europe (1997). 4th European Ministerial Conference on equality between women and men (Istanbul, 13-14 November 1997). *Declaration on Equality between Women and Men as a Fundamental Criterion of Democracy*. MEG-4(1997)018.
- › Cunha Rêgo, M. C. (2004). Novas respostas do Direito para a concretização da Igualdade de Género. *ex-aequo* nº 10 - *Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres*, pp. 83-101.

- › Dicionário Priberam de Língua Portuguesa, 2017.
Retrieved from <https://www.priberam.pt/dlpo/homem>.
- › ex-aequo, Revista da Associação Portuguesa de Estudos sobre as Mulheres, nº 10, 'Direito da Igualdade de Género' (2004).
Porto: Afrontamento.
- › Fórum Educação para a Cidadania (2006-2008). *Objetivos Estratégicos e Recomendações para um Plano de Ação de Educação e de Formação para a Cidadania*.
Retrieved from https://www.cig.gov.pt/wp-content/uploads/2017/02/Obj_estrat_plano_educ_cidadania.pdf.
- › Infopédia Dicionários Porto Editora (2017).
Retrieved from <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/homem>
- › Resolução do Conselho de Ministros nº 49/97, de 24 de março. *Plano Global para a Igualdade de Oportunidades* (1997).
Retrieved from <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/526583/details/normal?q=Resoluçã+conselho+ministros+nº%2049%2F97%2C%2024+março>.
- › Resolução do Conselho de Ministros nº 59/98, de 6 de Maio. *Plano Nacional de Emprego* (1998).
Retrieved from <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/516911/details/normal?q=Resoluçã+do+Conselho+de+Ministros+59%2F98>.
- › United Nations (1995). *Beijing Declaration and Platform for Action*.
Retrieved from http://beijing20.unwomen.org/~media/headquarters/attachments/sections/csw/p_fa_e_final_web.pdf.
- › Universidade de Coimbra, Faculdade de Direito, Centro de Direito da Família, 1º Curso de Pós-Graduação "Direito da Igualdade de Género" (2003-2004).
Retrieved from <http://www.centrodedireitodafamilia.org/node/68>.

Maria do Mar Pereira

**A importância
(e dificuldade)
de ser pioneira:
transformar
o pessoal em
político no
trabalho científico**

5 A IMPORTÂNCIA (E DIFICULDADE) DE SER PIONEIRA: TRANSFORMAR O PESSOAL EM POLÍTICO NO TRABALHO CIENTÍFICO

Maria do Mar Pereira

São bem mais de mil as publicações científicas que citam o trabalho de Lígia Amâncio: textos escritos em distintas línguas, a partir das mais diferentes disciplinas, sobre uma extraordinária diversidade de temas e por colegas de múltiplas gerações. Estas citações descrevem o trabalho da Lígia de vários modos diferentes, mas há um adjetivo que aparece de forma particularmente recorrente.

Muita gente concorda, e salienta, que a Lígia, e a sua investigação, é *pioneira*.

A utilização recorrente deste termo não surpreende. De facto, foi a Lígia quem “foi à frente” (Priberam, 2017) no estudo do género nas ciências sociais em Portugal e quem “primeiro desbrav[ou] [a] regi[ão] incult[a]” (Priberam, 2017) da investigação sobre os processos sociais e psicológicos de (re)produção material e simbólica de desigualdades de género na sociedade portuguesa. É graças ao seu trabalho “desbravador” que podemos compreender, por exemplo, por que é que o Dicionário Priberam não tem uma entrada para “pioneira” e me reenviou automaticamente para a página do termo “pioneiro”, recheada de palavras no masculino, quando pesquisei as definições que usei acima. Através do seu trabalho, a Lígia abriu portas no nosso pensamento e nas nossas instituições, e com isso ganhámos conhecimento e conquistámos espaço.

No entanto, a palavra “pioneira” está, para mim, indelevelmente associada à Lígia também por uma outra razão. Foi com essa palavra que ela me ajudou a lidar com o reverso desse cenário — as portas que se fecham, o conhecimento que se perde, os espaços que são negados à investigação sobre gênero nas universidades portuguesas.

Foi com essa palavra que ela me permitiu compreender e gerir a experiência vivida do trabalho feminista num contexto académico muitas vezes hostil. Tudo isto aconteceu quando um dia nos cruzámos num corredor, era eu ainda estudante de licenciatura, e a Lígia me perguntou como é que eu estava. Eu, sensibilizada pela sua consideração e desesperada para desabafar, expliquei-lhe que andava desorientada, desmotivada, triste e zangada com a resistência sexista e homofóbica que sentia sistematicamente no ISCTE quando tentava abordar questões de gênero nas disciplinas que frequentava ou nos órgãos de gestão nos quais representava xs estudantes de Sociologia. Quando acabei de falar, acelerada e exaltada, a Lígia fez um sorriso caloroso e compreensivo e disse, calmamente: “pois, Maria, de facto, é mesmo muito difícil e desgastante ser uma pioneira. Como a compreendo!”.

Esta resposta deixou-me absolutamente estarecida. A Lígia Amâncio, uma eminente referência na investigação feminista em Portugal, e um ídolo e modelo aos meus olhos (e aos de tanta gente) considerava-me a mim, mera e inconsequente estudante de licenciatura, uma “pioneira”?! Fiquei inchada de honra e inebriada de orgulho. Nas horas seguintes, não parei, incrédula, de repetir para mim própria (e para outras pessoas): “A Lígia Amâncio chamou-me uma pioneira!”. Durante os mais de 10 anos que se passaram desde esse episódio, regresssei a esta frase cada vez que me senti desalentada com a dimensão do sexismo académico e frustrada com a agressividade da resistência ao pensamento e ativismo feminista.

“É difícil ser pioneira!”, explicava a mim mesma. Cada vez que o fazia, sentia-me melhor: mais forte, mais segura de mim, menos sozinha, ligada a um movimento maior do que eu, mais capaz de continuar a lutar com outrxs por um mundo e uma universidade diferentes.

A Lígia compreendia, de facto, estas experiências de resistência e hostilidade porque a sua própria carreira tinha sido fortemente estruturada por elas, como tem vindo a explicar em muitos dos seus textos e intervenções orais ao longo dos anos (Amâncio, 2001, 2002, 2003; Amâncio & Oliveira, 2006, 2014). A forma como interpretou essas experiências naquela fugaz conversa de corredor comigo há mais de 10 anos atrás reflete vários elementos fundamentais do seu trabalho académico e político.

Em primeiro lugar, a sua reação assenta num esforço explícito de contextualização estrutural das minhas (e suas) experiências pessoais num sistema académico que “procur[a] neutralizar um pensamento ameaçador à sua ortodoxia e subversivo das suas práticas” (Amâncio & Oliveira, 2014: 25). A alienação e desgaste que eu sentia deixam de ser problema ou fraqueza individual, e são reenquadradas como um efeito de estruturas mais vastas de poder e desigualdade, que punem quem — de forma mais ou menos pioneira — se desvia das normas dominantes, questiona o status quo, ou tenta desbravar caminhos incultos. O trabalho da Lígia está inserido na Psicologia, sim... Mas para ela fazer Psicologia é mais do que questionar, compreender ou curar a mente dos indivíduos; a sua Psicologia é um projeto histórico e sociológico, que procura questionar, compreender e transformar as estruturas que regulam as vidas (e as mentes) individuais. Como nos explica num texto em inglês,

“the importance of historical context [is] impossible to discard. (...) Mainstream psychology (...) has isolated individuals from their political and historical context. But since psychology is not in people's heads, but is acted out in the world and rooted in historical contexts, doing feminist psychology in our country (...) means contributing to politicizing apparently neutral processes” (Amâncio & Oliveira, 2006: 41).

Para contribuir ativamente para este questionamento de processos aparentemente neutros, a Lígia utiliza todas as dimensões da sua intervenção — a escrita científica, as aulas, o trabalho político e

institucional, e até as conversas de corredor — para nos lembrar que o pessoal (e psicológico) é sempre político.

A este esforço está associado um segundo elemento central da sua abordagem, também ele evidente na sua reação ao meu desabafo naquele corredor. Quando lhe relatei as minhas experiências, coloquei o enfoque nos outros — as pessoas que penalizavam, as estruturas que constringiam, as forças que reprimiam o meu pensamento e trabalho feminista. Eu sentia-me impotente perante aquelas pressões externas tão poderosas, e portanto posicionava-me como impotente na minha própria narrativa. Em 5 palavras, todas elas tão simples — “é muito difícil ser pioneira” — a Lígia virou essa narrativa de pernas para o ar, transformando a relação de forças que caracterizava não só a minha história, mas também a minha percepção de mim e da situação que vivia todos os dias. Afinal, eu não era principalmente uma vítima que não conseguia agir; era, pelo contrário, uma pioneira já a intervir no mundo.

**Eu não era uma figurante num mundo sexista,
mas sim uma protagonista de ação feminista.
O que me definia não era a minha impotência,
mas sim a minha agência.**

Dedicada a combater a alterização, subalternização e passivização das mulheres, tanto a nível simbólico como material, a Lígia encorajou — a mim e a tanta gente — a reconhecer, de forma reflexiva, a “agencialidade” das mulheres e do feminismo (Amâncio & Oliveira, 2014). Este reconhecimento tem consequências fundamentais a dois níveis. Em termos científicos, permite-nos, por exemplo, concetualizar os indivíduos não apenas como produtos mas também produtores de representações e relações sociais (Amâncio, 1994). Em termos políticos, promove um feminismo assertivo e insubmisso, “sem apologias e sem adversativas”, como escreve Teresa Tavares (2004: 159) num comentário a uma obra da Lígia (Carmo & Amâncio, 2004). Este centramento da “agencialidade”

das mulheres e do feminismo teve para mim, pessoalmente, um outro efeito fundamental. O conselho da Lígia deu-me força, orgulho e alento — no dia em que ela mo deu e nos anos que se seguiram — precisamente porque centrou a minha ação. Ele permitiu-me reconhecer o poder que eu podia ter e encorajou-me a reclamar uma subjetividade política e coletiva, assente na ligação a uma comunidade antiga e extensa de pioneirxs na luta de género. Esta pequena alteração faz a maior das diferenças porque produz um efeito catalisador fundamental para o feminismo: um problema pessoal transforma-se em motor de ação coletiva.

Eu não fui a única investigadora mais jovem a quem a Lígia deu força e alento — sou uma entre muitxs outrxs. Segundo a Lígia, “[o] feminismo é um projecto, sem dúvida, mas também um método e uma ética...” (Amâncio, 2008). A sua versão particular de uma ética feminista inclui uma terceira característica que aparece também na definição de “pioneiro” (sic) do Dicionário Priberam: “Que, ou quem, prepara os resultados futuros” (Priberam, 2017). Para a Lígia, só vale a pena ser pioneira — “desbravar” e “ir à frente” — se esse trabalho pioneiro criar condições para que muita gente venha a seguir cultivar as tais “regiões incultas” (Priberam, 2017). Para a Lígia, “[a]s dificuldades e [o] esforço realizado no passado” para desenvolver investigação feminista em Portugal ganham sentido apenas na medida em que criam uma “realidade no presente” e “uma promessa para o futuro” para essa investigação (Amâncio & Oliveira, 2014: 38).

A Lígia pode ter sido, em muitos aspetos, a primeira, mas ela não quer ser a única ou sequer a mais importante. Por isso mesmo, faz um esforço significativo para formar, encorajar e apoiar colegas mais novxs.

Sempre me impressionou, em particular, a abertura e desenvoltura (tão rara em Portugal) com que reconhece e celebra as coisas em que já foi ultrapassada, as lições que aprendeu com quem veio a seguir, as inovações analíticas que sente que já não consegue acompanhar. Com esta prática de ensino sempre aberto à aprendizagem, a Lígia conseguiu concretizar o objetivo mais importante de qualquer ação feminista pioneira: usar o facto de ser a primeira para garantir que não é a última (Smith, 2017).

Há uma quarta lição importante que podemos aprender com a reação da Lígia naquela conversa de corredor. No meu desabafo original, eu concetualizava a resistência ao meu trabalho feminista como um falhanço desse trabalho feminista. Talvez imaginasse, ou tivesse esperança, que seria possível evitar essa resistência e reduzir esse sexismo se eu fosse mais eficaz no meu trabalho de investigação, educação e consciencialização feminista.

Acho que, ingenuamente, esperava que a Lígia, e outrxs especialistas da área, me ensinassem a fazer trabalho feminista de tal forma persuasivo, que ele seria infalível, aceite totalmente — sem reserva e resistência — até pela audiência mais renitente e hostil.

No fundo, lá bem no fundo, eu imaginava que se aprendêssemos e aplicássemos muito bem as lições feministas, a crítica feminista teria sucesso e a nossa vida seria mais fácil. (Bendita ignorância da inexperiência!) Na nossa conversa de corredor, a Lígia não questionou ou corrigiu explicitamente esta minha presunção. Mas com a sua frase tão simples sobre as dificuldades de ser pioneira, uma frase que parte das “coordenadas de complexidade e indisciplina” (Amâncio & Oliveira, 2014: 31) que guiam tanto do seu trabalho, a Lígia conseguiu fazer-me ver duas coisas importantes. Primeira: o trabalho de crítica feminista

— pioneiro ou não — vai ser sempre, de certa forma, difícil. (Às vezes convém, aliás, desconfiar dos momentos em que é demasiado fácil!) Segunda: a resistência a esse trabalho é, muitas vezes, sinal de *sucesso* e não de *fracasso*, porque demonstra que estamos a abalar certezas, questionar dogmas, desconstruir o naturalizado.

Esta segunda lição é, na minha opinião, particularmente importante na atualidade. Escrevo estas linhas durante o verão de 2017, um verão em que os temas de género e sexualidade (e também de raça) estiveram no centro do debate público em Portugal, com um número recorde de crónicas e *posts* a eles dedicados tanto na imprensa *mainstream* como nas redes sociais. Foi um verão, também, em que a reação e oposição — ou *backlash* (Faludi, 1993) — à crítica feminista foi particularmente alargada, intensa, explícita e agressiva. Nos últimos meses, muitas pessoas e instituições feministas — incluindo eu própria — têm sido acusadas publicamente, em Portugal e em outros países (Kuhar & Paternotte, 2017), de censura, fascismo, extremismo, terrorismo, autoritarismo ou destruição da “civilização” (para não falar, claro, das acusações supostamente mais “suaves”: ser “politicamente corretxs”, feias, gordas, ou sexualmente frustradas). Ao mesmo tempo, vários países elegem representantes — como o novo Presidente dos EUA, Donald Trump — que se tornaram populares precisamente porque se posicionam contra, e se propõem desfazer, as transformações legislativas, sociais e culturais promovidas por movimentos feministas, LGBT e anti-racistas. É fácil, neste contexto local e internacional, perder a paciência, a esperança e a força — tal como me tinha acontecido há mais de uma década, quando encontrei a Lígia naquele corredor.

É fundamental, por isso, não perder de vista aquilo que ela me ensinou nesse encontro. Estes discursos e desafios emergentes não são sinal da nossa impotência ou ineficiência.

Pelo contrário, eles demonstram que a crítica feminista está a ganhar terreno e a causar desconforto, que está a ter influência e importância. Tanta influência e importância, aliás, que atrai cada vez mais opositorxs, com uma ação mais organizada, focada e agressiva. É certo que, como me disse a Lígia, “é mesmo muito difícil e desgastante” lidar com a resistência ao nosso trabalho feminista dentro e fora da academia. Mas difícil ou não, este trabalho pioneiro tem de continuar, guiado sempre pelas tais “coordenadas de complexidade e indisciplina” (Amâncio & Oliveira, 2014: 31).

Como a Lígia nos ensinou, essa ação política coletiva, assertiva e intergeracional é contínua e vital... e no momento presente, ela é absolutamente essencial.

REFERÊNCIAS

- Amâncio, Lígia (1994). *Masculino e Feminino: A Construção Social da Diferença*. Porto: Afrontamento.
- Amâncio, Lígia (2001). "O Gênero na Psicologia: uma História de Desencontros e Rupturas". *Psicologia*, XV (1), 9-26.
- Amâncio, Lígia (2002). "O Gênero na Psicologia Social em Portugal". *ex aequo*, 6, 55-75.
- Amâncio, Lígia (2003). "O Gênero nos Discursos das Ciências Sociais". *Análise Social*, XXXVIII (168), 687-714.
- Amâncio, Lígia (2008). "O Feminismo é um Projecto mas Também um Método...". *esquerda.net*, disponível em <http://www.esquerda.net/dossier/o-feminismo-e-um-projecto-mas-tambem-um-metodo/17907>.
- Amâncio, Lígia & Oliveira, João Manuel de (2006). "Men as Individuals, Women as a Sexed Category: Implications of Symbolic Asymmetry for Feminist Practice and Feminist Psychology". *Feminism & Psychology*, 16 (1), 36-44.
- Amâncio, Lígia & Oliveira, João Manuel de (2014). "Ambivalência e Desenvolvimentos dos Estudos de Gênero em Portugal". *Faces de Eva*, 32, 23-42.
- Carmo, Isabel do & Amâncio, Lígia (2004). *Vozes Insubmissas: A História das Mulheres e dos Homens que Lutaram pela Igualdade dos Sexos quando era Crime Fazê-lo*. Lisboa: Dom Quixote.
- Faludi, Susan (1993). *Backlash: the Undeclared War Against Women*. London: Vintage.
- Kuhar, Roman & Paternotte, David (Eds.) (2017). *Anti-Gender Campaigns in Europe: Mobilizing Against Equality*. London: Rowman & Littlefield.
- Priberam (2017). "Pioneira" in *Dicionário da Língua Portuguesa*. Edição online: disponível em <https://www.priberam.pt/dlpo/pioneira>.
- Smith, Eleanor (2017). "First Midlands Black MP Eleanor Smith: «Hope I'm not the last»". *BBC News*, disponível em <http://www.bbc.co.uk/news/av/uk-40306519/first-midlands-black-mp-eleanor-smith-hope-i-m-not-the-last>.
- Tavares, Teresa (2004). "Recensão: Carmo, Isabel do; Lígia Amâncio, *Desamaldiçoar o feminismo. A propósito de Vozes Insubmissas. A história das mulheres e dos homens que lutaram pela igualdade dos sexos quando era crime fazê-lo*". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 69, 159-170.

Manuela Tavares

**Mulheres que
marcam os tempos
— Lígia Amâncio**

6 MULHERES QUE MARCAM OS TEMPOS – LÍGIA AMÂNCIO

Manuela Tavares

Quando o João Manuel de Oliveira me pediu para escrever um artigo para um livro de homenagem a Lígia Amâncio, eu disse logo que sim por vários motivos. Pelo facto da Professora Lígia Amâncio ser uma referência incontornável na minha vida de investigadora pelos seus contributos teóricos na área dos feminismos. Porque sempre soube dizer sim aos desafios que lhe foram lançados para apoiar iniciativas nas quais estive muito envolvida, assim como a UMAR: Seminário Evocativo do I Congresso Feminista e da Educação em 2004; Congresso Feminista de 2008; Universidade Feminista (2013/2015). Nas suas publicações académicas e em todas estas iniciativas, Lígia Amâncio deu contributos inovadores, marcando o pensamento feminista do nosso tempo.

Existem ainda motivos de ordem pessoal, ter sido a arguente principal na minha prova de doutoramento e de ordem emocional, ter sido uma das primeiras amigas que me abraçaram no velório da minha filha. Foi também com Lígia Amâncio e com Ana Sara Brito que aconteceu aquele abraço de alívio e de alegria, quando das primeiras notícias da vitória do referendo à despenalização do aborto em 2007. Não querendo deixar de evocar estes momentos que pesaram na minha vida, vou procurar, neste breve artigo, deixar os registos mais significativos da ligação de Lígia Amâncio a iniciativas feministas que ocorreram nas primeiras décadas deste século.

Em 2004, quando se decidiu evocar os 80 anos do I Congresso Feminista e da Educação realizado em 1924 pelas feministas republicanas, recordo, com um enorme agradecimento, o seu apoio à organização do Seminário Evocativo. Lembro-me das conversas com ela e a Teresa Joaquim na pastelaria em frente à Universidade Aberta. Muita lucidez nos conselhos para a realização do programa, que contou com a participação de Ana Vicente, cuja memória aqui evoco com uma grande saudade, com Zília Osório de Castro, Anne Cova, João Esteves, Helena Costa Araújo, Irene Pimentel, Maria Antónia Fiadeiro, Clara

Queiroz, Teresa Joaquim, Teresa Pinto, Maria José Magalhães, João Manuel de Oliveira, Helena Neves, Ana Cristina Santos, Virgínia Ferreira, Heloísa Perista, Ana Gabriela Macedo, Fernanda Henriques, Maria do Céu Cunha Rego, Natividade Monteiro, Helena Pinto, Isabel Cruz, Isabel Dias, Alexandra Dourado, Elisabete Brasil, Fátima Grácio, Fátima Sequeira Dias, também infelizmente desaparecida e aquela que foi a última conversa com Maria de Lourdes Pintasilgo, falecida nesse mesmo ano do seminário.

Num dos dias do seminário, Maria de Lourdes Pintasilgo tinha participado numa mesa redonda, que também fica para memória histórica dos feminismos com Maria Teresa Horta, Maria Isabel Barreno, Maria Velho da Costa, Ana Luísa Amaral e Isabel Alegro de Magalhães.

No prefácio ao livro *O longo caminho das mulheres, feminismos 80 anos depois*, que agrega as comunicações deste seminário, Lígia Amâncio refere a entrevista feita pela jornalista Anabela Mota Ribeiro a Maria de Lourdes Pintasilgo, no último dia do seminário a 5 de maio de 2004: “Quis o destino que esta entrevista fosse a sua última conversa, e que ela tivesse por temas algumas das causas pelas quais

tão corajosamente se bateu neste país e no mundo. Muitas e muitos de nós sentem, hoje, com mágoa, que, naquela tarde nos despedíamos de Maria de Lourdes Pintasilgo”.

No mesmo texto de reflexão sobre o Seminário Evocativo do I Congresso Feminista e da Educação (1924), Lúcia Amâncio afirma:

*“A evocação dessa notável iniciativa serviu de pretexto para percorrer o caminho do feminismo português desde os anos 20 do século passado até hoje. Em primeiro lugar, dando rosto e vida às feministas portuguesas de primeira vaga e a todas aquelas que se mantiveram fiéis ao ideal feminista e o integraram na resistência à ditadura, sofrendo por isso uma dupla invisibilidade: a invisibilidade que as ditaduras impõem aos movimentos sociais e a invisibilidade que mesmo as democracias impõem às mulheres livres. Em segundo lugar, inscrevendo o feminismo na história do nosso país (...). Deste modo, se reclamou o lugar do feminismo num projeto político e de sociedade, lugar que ele sempre ocupou ao longo da história e em todos os países onde se desenvolveu”.*¹

1. AMÂNCIO, Lúcia, TAVARES, Manuela, JOAQUIM Teresa, ALMEIDA (2004), orgs *O longo caminho das mulheres, feminismos 80 anos depois*, Lisboa, Publicações D. Quixote, pref. pp. 15-16.

Acrescentou ainda, que a diversidade de comunicações tinha sido atravessada por uma ética comum e pela partilha de um projeto de sociedade mais livre e igualitária. A ligação da implantação do feminismo ao progresso das sociedades é algo recorrente no pensamento de Lígia Amâncio.

No Congresso Feminista de 2008, Lígia Amâncio fez parte da sessão de abertura, tendo realçado, na sua intervenção, o longo caminho das mulheres para a cidadania, o grande avanço das jovens no ensino superior em Portugal e a resistência das instituições académicas ao reconhecimento científico da área de estudos feministas.

O Congresso Feminista realizado a 26, 27 e 28 de junho de 2008 na Fundação Calouste Gulbenkian e na Faculdade de Belas Artes constituiu um marco histórico na reflexão crítica feminista e na maior visibilidade dos feminismos. Lígia Amâncio, na sessão de abertura já referida, acentua o interesse suscitado pelo Congresso, desejando que este tenha contribuído para a afirmação dos feminismos em Portugal e para que “a curiosidade científica tenha vencido o preconceito, a vontade de saber substituído a ignorância e o conhecimento ocupado o lugar da

crença, para que as pessoas sejam livres e autónomas de ser, pensar e agir como feministas”.²

Cinco anos após este Congresso, uma outra iniciativa desafiou Lúcia Amâncio a dizer “presente”, como tem acontecido sempre que a convidamos para dar os seus contributos em debates, seminários, conferências e também em ações de ativismo por causas feministas que partilha connosco.

Da sua comunicação no seminário de abertura da Universidade Feminista a 12 de outubro de 2013, não posso deixar de destacar algumas partes:

“Como diz Lynne Segal (1999), no seu livro Why Feminism?, o feminismo é polémico. De facto, o feminismo suscitou sempre controvérsia pública, conflitualidade política e tensão social em todos os períodos da sua história. (...) No plano social, o feminismo gera ansiedade colectiva, pelo desafio que contrapõe à ordem estabelecida, suscitando reacções adversas e hostis, se não mesmo violentas; (...) No plano individual, o feminismo gera uma contradição

2. AMÂNCIO, Lúcia (2010) in MAGALHÃES, Maria José, TAVARES, Manuela, COELHO, Salomé,, *Quem tem medo dos feminismos?, Atas do Congresso Feminista 2008*, Funchal, Nova Delphi, p.26.

*entre as próprias mulheres, entre a sua identificação com o “ser mulher” que a sociedade determina e a necessidade de combater e desconstruir esse modo de ser que lhe é imposto. Esta contradição é acentuada e explorada, com algum sucesso, pelas correntes anti-feministas já que as mulheres receiam a hostilidade social ao feminismo. Por via desta tensão identitária, a hostilidade social ao feminismo impede o desenvolvimento de uma consciência feminista (...). No plano político, o feminismo é particularmente sensível às dinâmicas em que está inserido, mostrando grande dificuldade em manter a energia dos seus momentos mais fortes face a determinadas mudanças políticas e ideológicas. Por exemplo, o feminismo português da I República foi absorvido pela luta contra a ditadura. (...)*³

Neste mesmo texto, Lígia Amâncio analisa a complexidade do feminismo, realçando as ideias de Lynne Segal⁴ sobre a influência ideológica do neoliberalismo da década de 1980 na devastação do património de

3. AMÂNCIO, Lígia (2014), “Universidade Feminista – Espaço plural de reflexão crítica e de intercâmbio de conhecimentos” in FERREIRA, Eduarda, TAVARES Manuela, ...orgs, *Percursos Feministas: Desafiar os tempos*, Lisboa, UMAR/Universidade Feminista, pp. 48-50.
4. Lynne Segal – Professora de Psicologia e de Estudos de Género no Departamento de Estudos Psicosociais no Birkbeck College da Universidade de Londres, convidada especial para a abertura da Universidade Feminista na sessão de 11 de outubro na Fundação Calouste Gulbenkian.

luta feminista da década anterior, esvaziando o projeto coletivo emancipatório e político do feminismo de segunda vaga. (...). Neste mesmo texto destaca-se a seguinte frase: “Contrariamente à ideia do senso comum que reduz o feminismo a uma questão de mulheres, e ainda assim, só algumas, o feminismo é um fenómeno complexo, precisamente porque atravessa vários níveis de análise da vida em sociedade”.

Lígia Amâncio afirma, ainda, que o feminismo tem mantido a sua atualidade ao longo dos tempos, “porque constitui uma expressão de ambição democrática e de melhoria da vida das pessoas. A sua capacidade mobilizadora em torno de um projeto comum depende, no entanto, da vitalidade democrática e é particularmente diminuída quando a ideologia dominante transforma as pessoas em súbditos da economia, como acontece actualmente, retirando-lhes energia e ambição de mudança...”⁵

Durante a programação da Universidade Feminista sempre contámos com Lígia Amâncio como conferencista ou simplesmente como participante. Esta forma acessível de estar connosco, por parte de uma

5. Idem, p.50.

Professora Catedrática como Lígia Amâncio, de mostrar que os saberes acadêmicos também têm de sair dos muros das universidades, que é preciso criar espaços de debate e de reflexão sobre os feminismos tem sido um incentivo para muitas de nós.

Rosa Cabecinhas

**Quem quer
ser apagada?
Memória coletiva
e assimetria
simbólica**

7 QUEM QUER SER APAGADA?ⁱ MEMÓRIA COLETIVA E ASSIMETRIA SIMBÓLICA

Rosa Cabecinhas

➤ MEMÓRIA COLETIVA E ASSIMETRIA SIMBÓLICA

Nas últimas décadas registou-se um crescimento assinalável de estudos sobre memória coletiva no âmbito da Psicologia Social. O chamado *boom* dos estudos sobre memória tem permitido revisitar com um novo olhar os trabalhos clássicos de Bartlett (1932/1995) e de Halbwachs (1925/1994), contribuindo para o desenvolvimento de novas linhas de investigação interdisciplinaresⁱⁱ.

A memória coletiva é simultaneamente um processo e um produto da atividade criativa das pessoas e dos grupos, em permanente (re)construção, influenciando e sendo influenciada pelas vivências do presente.

Assim, o conceito de memória coletiva está intimamente relacionado com outros dois conceitos fundamentais: identidades sociais (Tajfel, 1974, 1981/1983) e representações sociais (Moscovici, 1961/2004, 1988). No entanto, a articulação entre estes conceitos não pode ser feita num vazio social e sem ter

em consideração as múltiplas e persistentes assimetrias de estatuto social e de poder que marcam a vida das pessoas e as suas trajetórias, assim como as interações intra e intergrupais (Amâncio, 1994; Lorenzi-Cioldi, 2002). Resumindo, no nosso entendimento, as dinâmicas da memória coletiva só podem ser compreendidas na sua interligação com os processos identitários, as representações sociais e o contexto social e cultural envolvente, o que passa necessariamente pela articulação de níveis de análise (Doise, 1982).

Diversos autores têm salientado as funções identitárias da memória social: a definição da identidade do grupo de pertença, em comparação com exogrupos considerados relevantes; a construção ou manutenção da distintividade positiva do endogrupo, através da seleção do que é lembrado ou esquecido; a justificação de ações passadas, presentes ou futuras do endogrupo; a legitimação da ordem social vigente ou a mobilização para a ação coletiva com vista à mudança social (e.g. Cabecinhas, Lima & Chaves, 2006; Licata & Klein, 2005). Assim, o modo como cada grupo social (re)interpreta o seu passado tem implicações nas suas ações e vivências quotidianas, nas visões do presente e na definição de agendas para o futuro (Liu & Hilton, 2005).

Licata e Klein (2005, p.243) consideram a memória coletiva “como um conjunto de representações do passado compartilhadas com base em uma identidade comum aos membros de um grupo”. Esta definição toma como sinónimas as expressões “memória coletiva” e “representações sociais da história” (Liu & Hilton, 2005). Nos últimos anos têm sido realizados estudos sobre as representações sociais da história mundial utilizando metodologias semelhantes em diversos países, permitindo análises comparativas (e.g. Liu *et al.*, 2005, 2009; Pennebaker *et al.*, 2006). Um conjunto de tendências sistemáticas têm sido observadas nos estudos realizados sobre as representações sociais da história mundial: a) *centralidade da guerra e conflito* – tendência a considerar eventos relativos a guerras, terrorismo, conflitos e revoluções entre os mais importantes da história mundial, em detrimento de outros tipos de eventos, como por

exemplo, os referentes a assuntos socioeconômicos ou a realizações científicas e tecnológicas; b) *efeito de recência* – tendência para recordar os acontecimentos mais recentes (com destaque para os que envolvem as últimas três ou quatro gerações), em detrimento dos mais remotos; c) *sociocentrismo* – tendência para considerar os acontecimentos que ocorreram no seu próprio país, ou que envolveram diretamente o seu país, entre os mais importantes para a história mundial; d) *eurocentrismo* ou *ocidentalismo* – tendência para considerar como mais importantes os acontecimentos que ocorreram na Europa ou nos Estados Unidos da América (EUA), reproduzindo as atuais relações de poder na ordem mundial (Liu *et al.*, 2005, 2009).

Estas “tendências sistemáticas” ou “enviesamentosⁱⁱⁱ” têm sido observados em estudos nos quais os participantes foram solicitados a evocar espontaneamente os acontecimentos e as personalidades mais importantes na história mundial (para uma revisão recente ver Hilton & Liu, 2017).

No entanto, estes estudos demonstraram também um outro tipo de tendência sistemática que não tem sido objeto de atenção: quase todas as personalidades espontaneamente evocadas pelos participantes – em estudos realizados nas Américas, Ásia, Europa e Oceania – são homens, sendo muito escassas as referências a mulheres, apesar das amostras serem constituídas majoritariamente por mulheres.

A escassa teorização sobre o apagamento das mulheres nas representações sociais da história mundial ilustra até que ponto se naturalizou a forte assimetria simbólica (Amâncio, 1997, 2017) que continua a relegar as mulheres para a esfera privada em detrimento da esfera pública (Cerqueira et al., 2014; Lobo & Cabecinhas, 2010; Gallagher, 2001; Gallego, 2000; Tuchman, 1978).

Os “enviesamentos” atrás referidos foram observados num conjunto de estudos sobre representações sociais da história mundial realizados junto de estudantes universitários em diversos países. Será que o mesmo padrão de resultados pode ser observado no que respeita às representações da história nacional?

Com o objetivo de responder a esta questão e de explorar eventuais convergências realizámos um conjunto de estudos sobre representações sociais da história - mundial e nacional - junto de estudantes em seis países de língua oficial portuguesa. Do ponto de vista empírico, procedemos a uma triangulação metodológica, que passou pela realização de inquéritos por questionário, entrevistas, grupos focais e a análise de discursos no ciberespaço lusófono (Cabecinhas, 2012). Foram utilizados os mesmos procedimentos de recolha e de tratamento de dados nos vários países, de modo a permitir análises comparativas.

Neste capítulo iremos focar-nos apenas nos resultados obtidos através de inquérito por questionário, mas pontualmente utilizaremos os dados recolhidos através das demais metodologias para efeitos de contextualização. A recolha de dados por

questionário decorreu em sete países: Angola (Luanda, 2008), Brasil (Salvador da Bahia, 2003), Cabo Verde (Ilha de Santiago, 2007), Moçambique (Maputo, 2009), Portugal (Braga, 2003 e 2009) e Timor-Leste (Díli, 2004). No total participaram neste estudo 1106 estudantes universitários, 571 homens e 535 mulheres, com idade média de 23 anos.

Os estudantes foram convidados a participar num estudo internacional sobre história, sendo-lhes explicado que o que interessava era a sua opinião pessoal e não o seu nível de conhecimentos. Na primeira parte do questionário os participantes foram convidados a responder a um conjunto de questões abertas sobre os acontecimentos e personalidades da história da humanidade e da história nacional, seguindo uma adaptação da metodologia desenvolvida por Liu *et al.* (2005). Neste capítulo iremos discutir, de forma comparativa, os resultados referentes à evocação livre de personalidades da história da humanidade e da história nacional.

Foi pedido aos participantes para listarem as cinco personalidades que consideravam mais importantes na história da humanidade. Uma vez efetuada a listagem, os participantes deveriam avaliar o impacto (positivo ou negativo) de cada uma dessas personalidades e, posteriormente, indicar as emoções associadas. A evocação das “personalidades” e das “emoções” a elas associadas foi efetuada de forma completamente livre (não era fornecida qualquer listagem prévia aos participantes para não condicionar as suas respostas). Já o nível de impacto foi medido através de uma escala fechada (1 = muito negativo; 7 = muito positivo). Posteriormente, foi seguido um procedimento idêntico para a evocação dos acontecimentos e das personalidades da história nacional dos respetivos países^{iv}. Os resultados referentes às dez personalidades mais mencionadas (*Top 10*) em cada um dos países já foram apresentados, em parte, em trabalhos anteriores (Cabecinhas, 2006; Cabecinhas et al., 2006; Cabecinhas & Évora, 2008; Feijó & Cabecinhas, 2009; Mendes, Silva & Cabecinhas, 2010). Nas secções seguintes iremos discutir, de forma comparativa, os dados relativos à evocação espontânea de personalidades referentes à história da humanidade e à história nacional.

➤ O APAGAMENTO DAS MULHERES NAS REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA DA HUMANIDADE

A Tabela 1 apresenta os dados relativos às frequências (absolutas e relativas) de evocação espontânea das personalidades mais importantes na história da humanidade em função do país de recolha de dados. Como se pode observar, os participantes evocaram sobretudo pessoas singulares, tendo sido raras as respostas referentes a “grupos” (por exemplo, “Nazis”, “militares”, etc.). Tais dados apontam para um efeito de *personalização*, no qual a história aparece como produto da agência individual^v. Os dados espelham ainda o apagamento das mulheres nas representações da história da humanidade: num total de 3398 respostas, apenas 4,7% correspondem a personalidades femininas. Este padrão de resultados, fortemente androcêntrico, foi verificado nos vários países, tendo sido ligeiramente menos acentuado em Portugal^{vi}. De salientar ainda que este padrão de resultados foi transversal a homens e a mulheres.

Os resultados referentes às dez personalidades da história da humanidade mais mencionadas (*Top 10*) em cada um dos países já foram apresentados e discutidos em trabalhos anteriores^{vii}.

Como foi salientado, a maior parte das personalidades evocadas no *Top 10* na história da humanidade são homens, brancos, oriundos de países ocidentais.

Verificou-se um forte efeito de recência, com destaque para as personalidades dos últimos cem anos (séculos XX e XXI). No que respeita aos domínios de realização das personalidades evocadas, verificou-se um predomínio de governantes, políticos, líderes militares e líderes religiosos, em detrimento de outras áreas de atividade, evidenciando assim um padrão de dados semelhante ao de estudos anteriores realizados em países ocidentais e países asiáticos (Liu et al., 2005).

QUEM QUER SER APAGADA?

Tabela 1 – Personalidades da história da humanidade: Frequências de evocação espontânea em função do país

País	Personalidades Femininas	Personalidades Masculinas	Grupos
Brasil	24 4,7%	489 95,3%	0 0,0%
Cabo Verde	21 3,5%	578 96,5%	0 0,0%
Moçambique	24 3,6%	647 96,4%	0 0,0%
Portugal	70 6,1%	1071 93,6%	3 0,3%
Timor Leste	19 4,0%	444 94,3%	8 1,7%
Total 3398	158 4,7%	3229 95,0%	11 0,3%

Nota: As frequências relativas (percentagens) poderão não totalizar 100% devido a arredondamentos.

Considerando o total da amostra, as mulheres ficaram ausentes do *Top 10* das personalidades mundiais^{viii}. Assim, verificou-se uma enorme convergência nos diversos países no sentido do (quase) total apagamento das mulheres na história da humanidade. Para além da forte assimetria numérica, que se traduz numa invisibilização do papel das mulheres na história, é importante referir o tipo de papéis a que as mulheres evocadas estão associadas.

Globalmente a mulher mais mencionada foi a Madre Teresa de Calcutá, referida por 9% dos participantes (15% dos participantes portugueses; 9% dos participantes brasileiros; 7% dos

participantes cabo-verdianos, 7% dos participantes moçambicanos e 6% dos participantes timorenses). De referir que Madre Teresa de Calcutá foi também a mulher mais mencionada nos estudos realizados anteriormente noutros países (Liu et al., 2005).

A segunda mulher mais evocada foi Diana de Gales^{ix} (designada pelos participantes como *Princesa Diana* ou *Lady Di*), referida por 5% dos participantes (8% dos participantes timorenses, 7% dos participantes moçambicanos, 5% dos participantes portugueses, 4% dos participantes brasileiros; e 4% dos participantes cabo-verdianos).

Outras personalidades femininas obtiveram percentagens residuais de evocação, inferiores a 1%. Entre estas, destacam-se Joana d'Arc, Margaret Thacher e Marie Curie (referidas por 0,7% da globalidade dos participantes). Assim, a referência a mulheres que se destacaram na liderança política é residual, sendo Marie Curie a única mulher cientista mencionada.

As poucas mulheres evocadas espontaneamente pelos participantes são sobretudo figuras públicas envolvidas em causas humanitárias, ações de caridade, papéis de cuidado e outras funções de expressividade, exercendo papéis consonantes com os estereótipos tradicionais de género.

Globalmente, este padrão de resultados aponta para os limites de considerar apenas a pertença grupal dos participantes, já que tanto os homens como as mulheres projetaram nas suas respostas a internalização de uma ordem social dominante, hegemónica e androcêntrica, o que evidencia claramente a dominação simbólica masculina (Amâncio, 1997, 2017).

➤ **O APAGAMENTO DAS MULHERES NAS REPRESENTAÇÕES DA HISTÓRIA NACIONAL**

No que respeita às personalidades mais referidas pelos participantes no âmbito da história nacional dos respetivos países, o padrão de resultados obtido apresenta algumas convergências relativamente às representações da história mundial.

Os resultados referentes às dez personalidades da história nacional mais mencionadas (*Top 10*) em cada um dos países já foram discutidos em trabalhos anteriores (Cabecinhas, 2006; Cabecinhas et al., 2006; Cabecinhas & Évora, 2008; Feijó & Cabecinhas, 2009; Mendes, Silva & Cabecinhas, 2010), pelo que aqui iremos revisitar esses resultados de forma comparativa. Como se pode observar na Tabela 2, verifica-se uma forte assimetria de género: as personalidades espontaneamente mencionadas como importantes na história nacional são maioritariamente masculinas, sendo a percentagem de evocação de personalidades femininas superior para os participantes do sexo feminino (11,5%) do que para os participantes do sexo masculino. Este padrão de resultados que incorpora uma matriz androcêntrica foi observado nos vários países, sendo particularmente acentuado no caso de Timor-Leste, com apenas 2,7% de evocação de personalidades femininas.

ROSA CABECINHAS

Tabela 2 – Personalidades da nacional: Frequências de evocação espontânea em função do país de recolha de dados e do sexo dos participantes

País	Personalidades Femininas	Personalidades Masculinas	Grupos
Angola	122 15,0%	691 85,0%	0 0,0%
Brasil	43 8,5%	461 90,7%	4 0,8%
Cabo Verde	77 13,0%	515 86,8%	1 0,2%
Guiné-Bissau	55 6,5%	786 93,5%	0 0,0%
Moçambique	118 13,9%	730 86,1%	0 0,0%
Portugal	68 6,0%	1059 93,6%	4 0,4%
Timor Leste	13 2,7%	461 96,2%	5 1,0%
Total	496	4703	14
5213	9,5%	90,2%	0,3%

Nota: As frequências relativas (percentagens) poderão não totalizar 100% devido a arredondamentos.

No caso de Timor-Leste nenhuma mulher foi colocada no *Top 10* das personalidades da história nacional e apenas três personalidades femininas foram espontaneamente evocadas pelos participantes: Rosa Muki Bonaparte (7,3%), fundadora da OPMT (Organização Popular das Mulheres Timorenses) em 1975 e que viria a ser assassinada pelas tropas indonésias em dezembro

QUEM QUER SER APAGADA?

desse mesmo ano; Olindina Maria Caeiro (3,2%) e Ana Pessoa (2,1%), que se destacaram na resistência timorense à ocupação indonésia.

Em Cabo Verde apenas uma mulher foi colocada entre as dez mais importantes personalidades nacionais: a “deusa da morna” Cesária Évora (1941-2011), nomeada por 47,1% dos participantes. Foram ainda evocadas Adélia Pires, esposa do então Presidente da República, e Nácia Gomi, consagrada interprete de música tradicional cabo-verdiana, ambas mencionadas por 4,1% dos participantes.

Um padrão de resultados idêntico foi observado no estudo realizado em Portugal: apenas uma mulher, também ela ligada ao mundo artístico, surgiu no *Top 10* das personalidades nacionais: a fadista Amália Rodrigues (1920-1999), mencionada por 15% dos participantes. As referências a outras personalidades femininas foram residuais: Manuela Ferreira Leite (economista e líder política, que foi Ministra da Educação e Ministra de Estado e das Finanças) e Rosa Mota (campeã olímpica) são as personalidades femininas vivas mais evocadas, obtendo ambas 1,7% das evocações, tantas quanto a mítica Padeira de Aljubarrota^x. De notar que, num quadro em que dominam as referências a políticos e governantes, não houve qualquer menção a Maria de Lourdes Pintasilgo (1930-2004), que foi Primeira Ministra de Portugal.

Nos dados recolhidos no Brasil, duas personalidades nacionais femininas são destacadas: a Princesa Isabel (1846-1921), associada à abolição da escravatura no Brasil (13 de Maio de 1888), e a Irmã Dulce (1914-1992), religiosa baiana que se destacou na luta contra a pobreza. Para além da Irmã Dulce e a Princesa Isabel (ambas com 11,4%), os participantes brasileiros destacaram ainda Maria Quitéria (1792-1853), (7,4%) “mulher-soldado” baiana associada à conquista da independência do Brasil e Xuxa^{xi}, atriz, cantora e apresentadora de televisão.

Na Guiné-Bissau destaca-se a referência a Titina Silá (1943-1973), mencionada por 29% dos participantes), mártir da luta

de libertação, sendo o dia da sua morte (30 de janeiro) comemorado como o Dia Nacional da Mulher Guineense.

No caso de Angola, duas personalidades femininas são destacadas: a Rainha Njinga Mbandi (referida por 40% dos participantes) e Deolinda Rodrigues (13%). Njinga Mbandi comandou exércitos para expulsar as tropas portuguesas no século XVII, tendo sido recentemente revitalizada na esfera pública angolana como símbolo da resistência contra o colonialismo português. Deolinda Rodrigues (1939-1968) foi combatente na luta pela libertação nacional, tendo sido assassinada em 1968.

Nos dados recolhidos em Moçambique destacaram-se três mulheres no *Top 10* das personalidades nacionais: Josina Machel (1945-1971), heroína da luta de libertação nacional, foi referida por 30% dos participantes; Lurdes Matola, campeã olímpica, foi a segunda mulher mais mencionada (16% dos participantes); e Graça Machel (14% dos participantes), a terceira^{xii}.

Resumindo, globalmente, verificou-se uma predominância de governantes e outras personalidades ligadas à política no *Top 10* da história nacional, tal como aconteceu no *Top 10* da história mundial, mas a referência a mulheres exercendo funções políticas ou outras funções de liderança foi escassa.

Em Angola, Guiné-Bissau e Moçambique foi dado algum destaque a mulheres que combateram na luta de libertação nacional, sobretudo às que morreram jovens (por exemplo, Titina Silá, Deolinda Rodrigues, Josina Machel).

➤ CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho focámo-nos nos resultados obtidos através de um exercício de evocação espontânea das personalidades consideradas mais importantes da história mundial e da história nacional. Os resultados evidenciam o peso da forte assimetria simbólica que contribui para o (quase) apagamento do papel das mulheres na história.

Nos grupos focais, quando confrontámos estudantes universitários com este padrão de resultados, este apagamento foi considerado pelos participantes como “natural” e espelhando simplesmente uma desigualdade histórica, que entretanto teria sido ultrapassada, com a maior participação das mulheres na esfera pública, nomeadamente em funções de liderança. Na opinião dos estudantes, homens e mulheres, trata-se de uma questão que já não se coloca, pois essas desigualdades fazem parte do “passado” e são “história”. No entanto, é de salientar que no caso da evocação das personalidades importantes na história mundial os participantes foram chamados a pronunciar-se sobre os “últimos mil anos da história da humanidade” mas verificou-se uma grande focalização no passado muito recente (sobretudo na história do século XX e XXI). No caso da história nacional não foi dada nenhuma baliza temporal e o efeito de recência foi ainda mais pronunciado, com um predomínio nítido de referências ao presente ou passado muito próximo. Ou seja, o argumento de que as mulheres foram esquecidas porque “antigamente” não desempenhavam funções de liderança não pode ser tomado como explicação para os resultados obtidos. De facto, a grande maioria das personalidades evocadas, tanto homens como mulheres, são pessoas que se destaca(ram) na agenda mediática contemporânea.

Resumindo, as personalidades consideradas mais importantes na história da humanidade foram na sua esmagadora maioria homens, brancos e cristãos, de elevado estatuto social, especialmente no caso dos dados recolhidos no Brasil e em Portugal. Paralelamente ao que se verificou nas evocações da história

mundial, os dados evidenciaram também o silenciamento do papel das mulheres na história nacional.

As mulheres que se destacaram em ações humanitárias e em funções de expressividade são avaliadas muito positivamente, sendo-lhe associadas emoções positivas como a admiração e orgulho. Já às líderes políticas, o impacto e a tonalidade emocional que lhes é atribuído parece depender mais de relações de parentesco (filhas ou esposas de líderes políticos) do que das suas próprias ações individuais. Em contrapartida, as mulheres que exerceram uma liderança política transgredindo os papéis tradicionais de género, foram consideradas “duras” e, comparativamente às anteriores, foram penalizadas nas avaliações dos participantes (por exemplo, Margaret Thatcher, Manuela Ferreira Leite). As exceções são mulheres que morreram jovens (por exemplo, Titina Silá, Josina Machel) que entretanto se tornaram num ícone da luta de libertação nos respetivos países.

Como referimos anteriormente, neste estudo participaram apenas jovens, cujos dados não podem ser extrapolados para a população em geral. Na interpretação dos dados aqui discutidos não podemos esquecer que estes foram recolhidos num dado “tempo” e num dado “espaço”, elementos fundamentais na estruturação das memórias coletivas. No entanto, uma vez que os dados empíricos foram recolhidos ao longo de uma década nos diferentes países e em alguns deles foi possível realizar mais do que uma fase de recolha de dados, constatámos que os resultados recolhidos mais recentemente apresentam o mesmo grau de apagamento das personalidades femininas, o que evidencia o muito que ainda há a fazer para combater uma memória pública masculinizada e hegemónica.

➤ REFERÊNCIAS

- Amâncio, L. (1994). *Masculino e Feminino: A construção social da diferença*. Porto: Afrontamento.
- Amâncio, L. (1997) The Importance of Being Male: Ideology and Context in Gender Identities. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 2, 79–94.
- Amâncio, L. (2003) Género e assimetria simbólica. O lugar da história na psicologia social. In: M. L. Lima, P. Castro & M. Garrido (eds.) *Temas e debates em psicologia social* (pp. 111–24). Lisboa: Livros Horizonte.
- Amâncio, L. (2017). Assimetria Simbólica. Breve história de um conceito. In: Oliveira, J.M. & Amâncio, L. (eds.) (2017) *Genéro e Sexualidades - Intersecções e Tangentes* notas (pp.17-36). CIS-IUL: Lisboa.
- Bartlett, F. C. (1932/1995). *Remembering: A study in experimental and social psychology*. Cambridge, MA, USA: Cambridge University Press.
- Cabecinhas, R. (2006) Identidade e Memória Social: Estudos comparativos em Portugal e em Timor-Leste. In: Martins, M., Sousa, H., & Cabecinhas, R. (Eds.). *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos média* (pp. 183-214). Porto: Campo das Letras.
- Cabecinhas, R., & Amâncio, L. (1999). Asymmetries in the perception of other as a function of social position and context. *Swiss Journal of Psychology*, 58(1), 40-50.
- Cabecinhas, R., & Évora, S. L. (2008). “Visões do Mundo e da Nação: jovens cabo-verdianos face à história” (pp. 2685-2706). In: Martins, M. & Pinto, M. (org.) *Comunicação e Cidadania. Actas do 5º Congresso da Associação Portuguesa de Ciências da Comunicação*. Braga: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.

- Cabecinhas, R., & Feijó, J. (2010). "Collective memories of Portuguese colonial action in Africa: Representations of the colonial past among Mozambicans and Portuguese youths". *International Journal of Conflict and Violence*, 4 (1), 28-44.
- Cabecinhas, R., Lima, M. & Chaves, A. (2006). "Identidades nacionais e memória social: Hegemonia e polémica nas representações sociais da história" (pp. 67-92). In: Miranda, J. & João, M. I. (Eds.) *Identidades Nacionais em Debate*. Oeiras: Celta.
- Cabecinhas, R., & Nhaga, N. (2008) "Memórias coloniais e diálogos pós-coloniais. Guiné-Bissau e Portugal" (pp. 109-132) In: Cabecinhas, R. & Cunha, L. (Eds.) *Comunicação Intercultural: Perspectivas, Dilemas e Desafios*. Porto: Campo das Letras.
- Cerqueira, C., Magalhães, S.I., Santos, A., Cabecinhas, R. & Nogueira, C. (2014) *De outro género: Propostas para a promoção de um jornalismo mais inclusivo*. Braga: CECS.
- Doise, W. (1982). *L'Explication en Psychologie Sociale*. Paris: Presses Universitaire de France.
- Feijó, J. & Cabecinhas, R. (2009) Representações da história de Moçambique por parte de estudantes universitários de Maputo. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 7, 37-52.
- Gallagher, M. (2001). *Gender Settings: News Agenda for Media Monitoring and Democracy*. London: Zed Press.
- Gallego, J. (2000). *El sexo de la noticia: Reflexiones sobre el género en la información y recomendaciones de estilo*. Barcelona: Icaria.
- Halbwachs, M. (1925/1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris, France: Albin Michel.
- Hilton, D., & Liu, J. H. (2017). History as the narrative of a people: From function to structure and content. *Memory Studies*, 10(3), 297-309.

QUEM QUER SER APAGADA?

- Licata, L., & Klein, O. (2005). Regards croisés sur un passé commun: anciens colonisés et anciens coloniaux face à l'action belge au Congo. In M. Sanchez-Mazas, & L. Licata (eds.), *L'Autre: Regards psychosociaux* (pp.241-277). Saint-Martin d'Hères: Presses Universitaires de Grenoble.
- Liu, J. H., & Hilton, D. (2005). How the past weighs on the present: Towards a social psychology of histories. *British Journal of Social Psychology*, 44, 537–556.
- Liu, J. H., Goldstein-Hawes, R., Hilton, D. J., Huang, L. L., Gastardo-Conaco, C., Dresler-Hawke, E., et al. (2005). Social representations of events and people in world history across twelve cultures. *Journal of Cross Cultural Psychology*, 36, 171–191.
- Liu, J. H., Páez, D., Slawuta, P., Cabecinhas, R., Techio, E., Kokdemir, D., et al. (2009). Representing world history in the 21st Century: The impact of 9-11, the Iraq War, and the nation-state on dynamics of collective remembering. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, 40, 667–692.
- Lobo, P., & Cabecinhas, R. (2010). The Negotiation of Meanings in the Evening News: Towards an Understanding of Gender Disadvantages in the Access to the Public Debate. *International Communication Gazette*, 72 (4–5): 339–358.
- Lorenzi-Cioldi, F. (2002). *Les Représentations des groupes dominants et dominés Collections et agrégats*. Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Mendes, J., Silva, E., & Cabecinhas, R. (2010). “Memória colectiva e identidade nacional: Jovens angolanos face à História de Angola”. *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 8, 206-221.
- Moscovici, S. (1961/2004). *La psychanalyse son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France.

- Moscovici, S. (1988). Notes towards a description of social representations. *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.
- Pennebaker, J. W., Páez, D., Deschamps, J. C., Rentfrow, J., Davis, M., Techio, E. M., *et al.* (2006). The social psychology of history: Defining the most important events of world history. *Psicología Política*, 32, 15-32.
- Ngomane, N. (2012) Quem quer ser apagado? *Semanário Sol*, 06/01/2012.
- Tajfel, H. (1974). Social identity and intergroup behavior. *Social Science Information*, 13, 65-93.
- Tajfel, H. (1981/1983). *Grupos humanos e categorias sociais* (Vol. 1 e 2). Lisboa: Livros Horizonte.
- Tuchman, G. (1978). Introduction: The Symbolic Annihilation of Women by the Mass Media. In G. Tuchman, A. K. Daniels, & J. Benet (eds.) *Hearth and Home: Images of Women in the Mass Media* (pp. 3–38). New York: Oxford University Press.

➤ NOTAS

- i. Título inspirado na crónica de Nataniel Ngomane (06/01/2012) “Lusofonia: quem quer ser apagado?”
- ii. Ver, por exemplo, os números especiais dedicados ao tema: *Culture & Psychology* (2017), *Journal of Intercultural Relations* (2017), *Journal of Social and Political Psychology* (2017) e *Memory Studies* (2017).
- iii. As abordagens *mainstream* em psicologia cognitiva tendem a considerar os “enviesamentos” como decorrentes das limitadas capacidades de processamento da informação ou da falta de informação alternativa, descorando o papel das assimetrias de estatuto e de poder (Cabecinhas & Amâncio, 1999).
- iv. Os questionários aplicados nos diferentes países tinham a mesma estrutura básica e foram redigidos em língua portuguesa, tendo sido efetuadas pequenas adaptações de conteúdo e de linguagem em função do país em causa. Em Angola e na Guiné-Bissau o questionário aplicado não incluiu a evocação espontânea das personalidades da história da humanidade, apenas foram evocadas as personalidades da história nacional.
- v. Neste caso, a forma como foi solicitada a tarefa aos participantes poderá também ter contribuído para esse efeito de personalização, questão a esclarecer em futura investigação.
- vi. De referir que não se verificou uma diferença significativa na percentagem de evocação espontânea de personalidades femininas em função do ano em que foram recolhidos os dados em Portugal (2003 e 2009), pelo que estes agrupados.
- vii. Para mais detalhes ver, por exemplo, Cabecinhas et al. (2006).
- viii. Madre Teresa de Calcutá surge entre as dez personalidades mais referidas pelos participantes portugueses, mas globalmente não figura no *Top 10*.

- ix. Diana de Gales foi também a segunda mulher mais referida na maior parte dos países em que foi usada uma metodologia semelhante (Liu et al., 2005). Tal facto evidencia bem o peso dos media na estruturação das memórias coletivas.
- x. Brites de Almeida, que segundo a lenda terá contribuído para a vitória dos portugueses na Batalha de Aljubarrota, ao matar sete espanhóis escondidos no seu forno com a pá.
- xi. Maria da Graça Meneghel, de nacionalidade brasileira e italiana, nascida em 1963.
- xii. Foram realizados grupos focais com outros participantes para discutir os resultados. Nessas discussões Josina Machel e Graça Machel foram evocadas sobretudo na qualidade de “esposas” de Samora Machel e não tanto pelas suas próprias realizações e contributo na luta de libertação nacional.

Jorge Vala

**Uma foto,
um percurso,
um agradecimento**

8 UMA FOTO, UM PERCURSO, UM AGRADECIMENTO

Jorge Vala

As palavras deste testemunho breve referem acontecimentos e reflexões que envolvem a nossa vida como psicólogos sociais, mas têm subjacente uma relação pessoal com a Lígia feita no quotidiano que cimenta a nossa vida e faz de nós pessoas.

Quando me pediram que colaborasse neste documento de homenagem à Lígia desde logo pensei numa fotografia exemplar, a fotografia com que abro o meu testemunho. Não sabia onde estava mas sabia que a iria encontrar.

Esta fotografia cruza os olhares de Henry Tajfel e da Lígia, dois olhares vivos, esperançosos e que anunciam futuros. A fotografia foi tirada numa das salas de apoio aos congressos da Fundação Calouste Gulbenkian. Estávamos em 1981, no Simpósio sobre Mudança Social e Psicologia Social que reuniu cerca de trezentos participantes e contou com as intervenções, entre outros, de Henry Tajfel, Jacques

Philippe Leyens e Willem Doise, todos eles atores no processo de construção da nova psicologia social europeia e cuja obra viria a inspirar largamente a própria psicologia social emergente em Portugal.

A Lígia estava nessa altura a traduzir a obra de Tajfel “Grupos Humanos e Categorias Sociais”, obra que viria a ser publicada em português, em 1983, praticamente ao mesmo tempo que a edição em língua inglesa. Esta publicação em português foi fundamental para a difusão em Portugal da teoria da identidade social e para o seu ensino na universidade.

O papel pioneiro da Lígia na divulgação da teoria da identidade social e na produção de investigação original no contexto desta teoria está bem refletida na sua tese de doutoramento, tendo alguns dos estudos que realizou sido publicados no *European Journal of Social Psychology*. Mais tarde, o seu capítulo sobre a identidade social publicado na obra “Psicologia Social”, editada pela Fundação Calouste Gulbenkian, viria a permitir a milhares de estudantes de psicologia e de outras ciências sociais contactarem com a teoria da identidade social e conhecerem o seu impacto na análise das relações entre grupos e na compreensão dos processos de mudança social.

Exemplo do papel inovador da Lígia é ainda o artigo que publicou na *Análise Social* em 2003 sobre “O Género no Discurso das Ciências Sociais”. Este artigo foi fundamental para o enquadramento teórico dos estudos de género e nele

a identidade social, de par com a teoria das representações sociais, ocupa um lugar proeminente.

Para terminar, não posso deixar de referir que foi pela mão da Lúcia que Portugal, através da FCT, se tornou membro do European Social Survey, uma infraestrutura europeia para o conhecimento no campo das ciências sociais. Esta adesão de Portugal a esta infraestrutura revela não só visão como capacidade de afirmar as ciências sociais relativamente a outros domínios científicos.



António Manuel Marques

Um género de homenagem

9 UM GÉNERO DE HOMENAGEM

António Manuel Marques

Nesta oportunidade para homenagear a Professora Lígia Amâncio, seria adequado enaltecer os seus inegáveis contributos nos domínios da ciência e da intervenção social, assumindo a pertença ao grupo alargado que teve o privilégio de aprender diretamente com ela. Ficar-me-ia bem se juntasse a minha voz a tantas que reconhecem que os estudos de género atuais derivam, direta ou indiretamente, da sua determinação, solidez e resistência. Por incapacidade de a pensar sem revelar como e por onde me conduziu e, pelo menos, uma parte do que dela me ficou, decidi adotar um estilo autobiográfico.

Feminismo, palavra maldita¹

Em 1994, procurava uma orientação nacional para uma tese de Doutoramento a desenvolver na Universidade de Salamanca e a mediação da Professora Graça Carapinheiro levou-me a um primeiro encontro com a Professora Lúcia Amâncio. Em troca do meu projeto em rascunho recebi a sugestão da leitura de dois artigos seus que haveria de conhecer quase de cor e que transformaram radicalmente a forma como, até aí, pensava as relações sociais entre homens e mulheres e, sem consciência plena, o género.

Foram temas que sempre me interessaram e que me levaram a muitas leituras: durante alguns anos, fui o cliente da livraria Buchholz que, olhado com estranheza, se ajoelhava junto à prateleira baixa assinalada por “Estudos Sobre as Mulheres”. Foram essas leituras que me mostraram que a injustiça e a violência sobre os seres de sexo feminino, observadas no quotidiano, poderiam e deveriam ser estudadas. Ainda hoje têm de ser, porque ser rapariga ou mulher acarreta dificuldades várias e, sobretudo, o risco da discriminação negativa, da iniquidade e, em muitos casos, de vida. Contudo, como haveria de aprender com ela, a compreensão desses fenómenos e a ação concreta sobre as suas raízes carecem de análises mais profundas e, sobretudo, complexas.

1. Amâncio, L. & Carmo, I. (2004). *Vozes Insubmissas*. Lisboa: Edições Dom Quixote, p.11.

Estranhei o conteúdo dos artigos que me comprometi a ler², pelo que se distanciavam do meu conhecimento e pelo sentido para que apontavam: afinal, ainda que imprescindíveis, a história, a antropologia e a sociologia (as bases do meu olhar) não cobrem a multiplicidade do que tem de ser considerado e, por outro, a psicologia individual tem fracas potencialidades para a compreensão da complexidade da organização social das relações entre os sexos. Reencontraria a perspectiva psicossocial por esta via.

No segundo encontro, resumi a minha estranheza com as palavras possíveis: “gostei dos artigos porque não são muito feministas”. Ela ouviu-as, certamente, mas derivou a conversa para o futuro da nossa parceria. Haveria de perceber que as observações como a minha lhe eram familiares e não lhe faziam perder tempo, por acreditar que a adjetivação “feminista” mais corrente reflete sempre a vontade de estigmatizar, minorizar e marginalizar. Aprendi com ela que, para combater essa ideologia, é necessário demonstrar os inegáveis contributos do feminismo e das feministas para a mudança social, que os seus ideais se difundiram e são hoje amplamente partilhados, mas que, sem ser por acaso, não se lhes atribui a autoria. Pelo que julgo ter entendido do que me/nos foi transmitindo, a investigação crítica e reflexiva é uma via imprescindível para recusar a sobreposição entre feminismo e “os assuntos das e de mulheres” e a assunção de que estes são anacrónicos e resolvidos e, como tal, sem pertinência científica e social.

2. Amâncio, L. (1993a). Níveis de análise no estudo da identidade social. *Análise Psicológica*, XI, 213-221;
Amâncio, L. (1993b). Stereotypes as ideologies, the case of gender categories. *Aprendizagem - Revista de Psicologia Social*, 8(2), 163-170.

Viria a ter o seu apoio e algumas orientações fundamentadas para interpretar e gerir a dificuldade em ser aceite em alguns fóruns de discussão sobre género. Ser investigador numa temática tradicional e merecidamente atribuída a investigadoras e interventoras sociais ainda não era comum, mas, como sempre insistiu, o caminho teria de ser feito. Reconheço que, sem as suas teorizações e convicções epistemológicas e éticas, os meus interesses teóricos e envolvimento na investigação teriam sido coartados e, sobretudo, os estudos de género portugueses teriam tido um desenvolvimento ainda mais lento.

Pela minha parte, louvo a sua capacidade de não valorizar tudo o que ouve, de tolerar quem ainda não pensou o suficiente e de esperar que o contacto com outras reflexões resulte em enriquecimento individual e coletivo. Se não tivesse esses atributos, a nossa segunda conversa teria sido a última e, certamente, eu demoraria a perceber a razão.

O gênero no discurso das ciências sociais³

Beneficiei em muito da possibilidade de estar e de aprender em grupo; um grupo que, para além de ter em comum a mesma orientadora, partilhou interesses, recursos, energias e, de alguma forma, afetos. Por impulso seu e com aceitação coletiva, esse grupo agregou, em muitas sessões de trabalho, elementos de diferentes origens, formações, idades e níveis académicos.

Esses momentos de trabalho conjunto pautaram-se sempre pela encenação quase solene que a Professora Lígia Amâncio imprime quando estão em causa os processos e os produtos da investigação. Na apresentação de uma leitura, de opções epistémico-metodológicas ou da discussão de um estudo, mesmo em fase rudimentar, a sua postura física, habitualmente descontraída e divertida, modifica(va)-se: o momento é o da ciência! Guardarei, para sempre, o olhar fixo e o silêncio da escuta e da ponderação, ainda que, durante as minhas exposições, ansiasse por sinais imediatos de aprovação ou discordância. Esses viriam nos momentos certos, com exaltação, encorajamento e críticas construtivas. E o espanto e a animação, sob a forma exclamativa, mostrando que vê na ciência, também, uma promessa de fundamento para mudança social.

3. Amâncio, L. (2003). O gênero no discurso das ciências sociais, *Análise Social*, Vol XXXVIII(168), 687-714.

Lamento ter contactado com poucos investigadores e investigadoras com níveis semelhantes de entusiasmo em relação ao desenvolvimento das ciências sociais e, também, não conseguir mimetizar a alegria genuína que, ainda hoje, expressa face a estudos que valoriza.

Por cunho seu, a cumplicidade no “grupo do género” nunca se orientou pela e para a conivência, conspiração ou lamento. Na altura, teria gostado de receber dela palavras de conforto e empatia quando expressava revolta pela incompreensão ou desdém do meio académico face ao meu/nosso trabalho. Nunca recebi essas palavras. Em vez delas, atribuía-me(nos) responsabilidades acrescidas, o dever de tudo realizar em tempo, fundada, empenhada e seriamente, a estratégia necessária para a reivindicação de um espaço próprio e merecido no contexto das ciências sociais e, especificamente, na psicologia social.

Para além dos fatores que elenca e discute no artigo referenciado, para refletir sobre a lenta aceitação e difusão da perspectiva de género na produção das ciências sociais portuguesas, acrescentaria outros. Com base nas experiências que lhe fui narrando, em forma de lamento, devo salientar a influência de fatores individuais e intergrupais nas apreciações recebidas enquanto elemento do “grupo do género” ou, como ouvi, do “grupo dos estudos azuis e cor-de-rosa”. Na minha leitura, a ausência ou a deturpação da perspectiva de género no contexto académico podem ter sido e continuar a ser deliberadas, pela recusa em questionar saberes e métodos instituídos, garantias supostas de uma ciência neutra e feita de e por “sujeitos”. Apresentados os meus argumentos, a sua sugestão sistemática: não esperar por consensos universais numa temática tão presente e inquietante e continuar a contribuir para a consolidação de um domínio vasto de estudo e de intervenção.

Em vez do encerramento no conforto do “grupo do género” e da segurança dos conceitos e metodologias partilhados, habituei-me a esperar que, a qualquer momento, me sugerisse o contacto e a auscultação de alguém que ela considerasse “imprescindível” para fortalecer os meus/nossos estudos. Nem sempre convicto, inicialmente, das suas razões, acabaria por compreendê-las e, sobretudo, congratular-me com as suas sugestões veementes.

Com essa orientação, para além de assumir as suas possíveis insuficiências, mostrou convicção de que o conhecimento se desenvolve com desafios e multiplicidade de perspetivas, que os olhares alheios não têm de ser ameaças, antes fontes de enriquecimento e de força. Esse caminho levou-me ao contacto orientado e curioso com investigadoras e investigadores da sociologia, antropologia, psicologia, direito e medicina, trazendo para a reflexão e para a pesquisa recursos que, sem dúvida, permitiram complexificar os meus/nossos pensamentos e promover uma efetiva articulação de níveis de análise que a perspetiva de género valoriza.

A(s) masculinidade(s) em que-estão⁴

Em 2000, expressei-lhe a vontade de “estudar os homens”, dando continuidade a um trabalho de investigação-ação que tinha iniciado. Essa vontade residia em alguns laivos de rebelia contra a predominância dos estudos de género focalizados na situação das mulheres. Ainda que essa predominância seja histórica e socialmente justificada, a reflexão com o “grupo do género”, algumas leituras fundamentais e o questionamento da Professora sinalizaram a fragilidade das premissas básicas da minha insistência: os estudos sobre os homens são necessários e podem contribuir para o conhecimento sobre a construção social do género. Enveredar por esse caminho não representaria, necessariamente e ao contrário do meu imaginário, a realização de um percurso contra a corrente.

Julgo que ela percebeu, desde logo, que o meu caminho seria outro, que haveria de me envolver com a temática da masculinidade, em vez de algo nebuloso e questionável - os “estudos sobre os homens”. Confesso a lentidão do meu pensamento a este propósito, o logro que criei e me serviu, inicialmente, para narrar o que pretendia conhecer. Ainda não tinha percorrido caminho suficiente para me dar conta desse logro.

Essa experiência, junta a outras, ilustra o estilo de orientação próprio que adotou, pelo menos comigo: liberdade criativa e incentivo à procura de questões e posicionamentos pessoais, sem censura liminar ou encaminhamento pré-determinado. Deduzo que acredita que a orientação de pesquisas se concretiza na responsabilização do ou da estudante, que o

4. Amâncio, L. (2004). A(s) masculinidade(s) em que-estão. In L. Amâncio (Org.), *Aprender a ser homem, construindo masculinidades* (pp. 13-27). Lisboa: Livros Horizonte.

desenvolvimento científico tem de conjugar-se com o auto-conhecimento e a autodeterminação. Foi, talvez, pelo seguimento desses princípios que não me interpelou inicialmente e me deixou gozar de uma moratória estratégica de descoberta e de desenvolvimento conceptual, em lugar de, antecipadamente, me ter conduzido para o percurso que, sem eu saber, me esperava.

A possibilidade que sempre deu a novas ideias fundamentadas deixou marcas visíveis no meu trabalho e no de outras e outros. A disponibilidade total para ser desafiada teórica e metodologicamente, bem como o seu contentamento pelo surgimento de iniciativas e potenciais inovações conceptuais, ainda hoje me espantam. Pelo meu juízo, a replicação do seu pensamento e dos seus trabalhos não foi certamente o seu modo de estar na ciência. Pelo contrário, o dever de quem ela orientou seria o de apontar para outras vias ou, pelo menos, o de contribuir para o questionamento e aprofundamento do conhecimento anterior.

Delimitado e enquadrado o tema, definidos os objetivos e o método, surgia o tempo para a outra faceta da Professora Lúcia Amâncio, já aludida: rigor e assunção plena das responsabilidades mútuas. Para quem, como eu, teve a dupla ocupação de estudante-trabalhador e alguma tendência para a dispersão, o modo de relação adulto-adulto foi o mais adequado. Em desespero, muitas vezes, vi-me forçado a cumprir prazos e a evitar gorar as suas expectativas e deixei-me convencer de que era importante apresentar a minha/nossa produção, oralmente e por escrito. O desejo de ver a sua alegria contagiante pelos meus pequenos sucessos e pelos contributos para o saber comum foi, reconheço, o antídoto para a minha inércia e dificuldades de gestão da agenda.

À distância de anos, esqueço os meus esforços acrescidos e guardo apenas o reconhecimento pelo seu empenho altruísta e pelas dificuldades que, imagino, lhe terei causado.

Em aparente contradição, o meu envolvimento em atividades de intervenção cívica não lhe era, julgo, indiferente, não fora o tempo que estas roubavam ao desenvolvimento da tese de doutoramento. Senti a sua concordância quanto à continuidade entre os universos académico e da intervenção social, quando estão em causa direitos humanos, situações que apelam a tomadas de posição públicas, à aproximação às vidas e problemas prementes e concretos. A raridade dessa forma de estar na academia e de ser académica teve a forma de braços abertos, num contexto em que a “intervenção no real” é uma ameaça ao estatuto de cientista e ao lugar cimeiro e resguardado da ciência.

O meu trabalho docente, organizacional e comunitário difunde, de forma quase sistemática, a necessidade de adotar a perspetiva de género nos contextos da saúde, educação e trabalho. Para além de seguir as minhas convicções, espero que esta seja uma forma adequada de retribuir à Professora Lígia Amâncio a aceitação plena da minha forma de usufruir dos recursos académicos, o uso que tenho feito do seu saber e as atenções que me dedicou e que guardarei.

Abílio Oliveira

**Tributo à
professora
Lígia Amâncio**

10 TRIBUTO À PROFESSORA LÍGIA AMÂNCIO

Abílio Oliveira

Por vezes, nos textos de homenagem, louvor ou agradecimento, encontramos algum exagero nos termos, expressões ou apreciações, demasiado elogiosas ou complacentes em relação a alguém. Neste caso, não é assim. O texto que aqui vos deixo é obviamente dirigido, em especial, à Professora Lígia Amâncio – como faço questão de a referir. Cada palavra foi ponderada. E é sincera, justa e sentida, bem cá dentro.

Começo por contextualizar o modo como nos encontramos. Tive o primeiro contacto com a Professora Lígia Amâncio em 1993, quando frequentei o primeiro curso de Mestrado em Psicologia Social e Organizacional, realizado em Portugal, no ISCTE (bem antes de ser imaginada a designação actual), pela então Secção Autónoma de Psicologia Social e Organizacional. Esse curso teve um elevado grau de exigência, com uma parte lectiva bem mais longa do que é agora habitual, prolongando-se por dois anos (1992-1994), estando o último semestre reservado para o desenvolvimento da dissertação de mestrado. Integravam o seu corpo docente os grandes precursores da Psicologia Social em Portugal, nomeadamente os Professores Jorge Vala, Maria Benedicta Monteiro (como coordenadora do curso) e Jorge Correia Jesuino, em conjunto com o Professor Cláudio Teixeira e, precisamente, a Professora Lígia Amâncio, havendo ainda alguns colaboradores nacionais e estrangeiros, reconhecidos

internacionalmente (como, p.e., Jean Claude Deschamps ou Willem Doise). Este foi assim um curso pioneiro, na vanguarda de um forte movimento científico, na área da Psicologia, em Portugal.

A Professora Lígia coordenava e lecionava nesse curso de PSO a (assim chamada) área temática de *Grupos de Pertença e Relações Intergrupais*. Lembro-me bem que tinha uma grande expectativa em conhecê-la, e desde o dia em que ela se apresentou e nos deu a primeira aula, fiquei convencido. A sua simplicidade, a experiência que fluía na sua apresentação, o rigor nas palavras e o modo firme, mas sempre afável como comunicava, cativou-me rapidamente.

A partir desse momento, fiquei convicto que era essa a pessoa que eu gostava de ter como orientadora.

Ela ainda não sabia disso. Mas foi mesmo assim que eu pensei. A verdade é que só se apercebeu da minha intenção quase um ano depois...

Um dia, no final de uma aula, perguntei-lhe se poderíamos falar um pouco. Simpaticamente, e com a calma e disponibilidade que sempre demonstrou para com os alunos, combinou comigo uma reunião. Chegado o dia, lá fui eu, nervoso, ter com ela à ala Norte do ISCTE – numa altura em que somente existia o edifício I, o original – onde era o seu gabinete. Com a sua generosidade habitual, e ainda que algo surpreendida, recebeu-me com naturalidade. Disse-lhe que ela era uma pessoa que eu admirava, inspirando-me e transmitindo segurança, e

perguntei-lhe se estaria disponível para me orientar no projecto de dissertação que estava ansioso por iniciar. Ela olhou para mim com aquele seu ar característico, simultaneamente sério e benevolente, de quem sabe escutar com atenção a pessoa que a ela se dirige, e disse-me que sim, que estava disponível para falarmos e encontrarmos um ponto de interesse comum. Senti uma enorme satisfação, e alívio, quando me respondeu de forma positiva. Perguntou-me em seguida se eu já pensara em algum tema ou área de investigação. E eu disse-lhe que sim, já tinha pensado bastante nas áreas que mais me interessavam, e sobre as quais achava que havia muito por fazer, e disse-lhe que queria investigar sobre a morte.

“A morte, Abílio?
Mas eu não percebo
nada sobre a morte!”

Creio que muitas pessoas, mesmo experientes, se sentiriam tentadas a demover-me ou encaminhar-me para outras paragens, principalmente devido à ‘estranheza’ do tema, um assunto que estava distante do que se fizera até então por cá, e por não ser uma área de investigação da docente/investigadora que me estava a receber. Mas não. Nesse momento ela voltou a revelar o seu espírito científico, ponderação e curiosidade: “Porquê a morte?”

Disse-lhe então que o que me movia realmente era a vida, o modo como vivemos, e o quanto o esconder da morte nos leva, por um lado, a receá-la ou ignorá-la e, por outro, a não dar o devido valor aquilo que somos e aquilo que vivemos, logo, a não valorizar suficientemente a vida. A sua expressão mudou. Claramente, o assunto interessou-a e deixou-a a pensar.

Bem, é provável que lhe tenha também passado pela mente algo como “no que vou eu meter-me”, mas isso eu já não sei ;-)
Porém, estou certo que algo nessa possibilidade de trabalho lhe despertou interesse. Levantou-se, olhou para a sua estante repleta de livros e revistas científicas, e pegou numa obra intitulada “Sobre a História da Morte no Ocidente Desde a Idade Média”, de Philippe Ariès, com edição Teorema (1989). Disse-me: “Abílio, se quer estudar sobre a morte, este livro parece-me ser essencial, aborda as suas representações desde a Idade Média à actualidade”.

Foi assim.

A prontidão com que reagiu ao meu desafio foi impressionante.

É claro que aquele livro de Ariès, foi o primeiro que eu adquirei, seguido de um outro do mesmo autor. A odisseia começara. A Professora deu-me ainda várias sugestões, inclusivamente de pessoas com quem poderia falar sobre o assunto, e ficou assente que poderia desenvolver um trabalho centrado nas representações sociais da morte, trazendo a temática para o seio da Psicologia Social. Para quem dizia não estar ‘por dentro’ do tema... Eu sempre achei que era algo que também a fascinava, perceber as percepções que temos sobre a morte, e como estas se relacionam, influem ou condicionam o modo como representamos a vida e o viver.

Estava dada a ‘partida’ e logo acertámos uma data para eu lhe apresentar um projecto consistente. Eu pouco sabia de investigação científica a sério, mas sempre adorei enfrentar desafios difíceis. Os meses seguintes foram de intenso labor.

Tivemos várias reuniões, discussões construtivas e conversas animadas. “Abílio, escreve bem, mas não pode ser tão opinativo, a escrita científica é mais objectiva, percebe-se onde quer chegar, mas tem que encontrar uma forma adequada de escrever o que pretende, e sustentar as suas afirmações à luz de um bom enquadramento teórico-conceptual, de acordo com a revisão de literatura”. Esta foi uma das muitas recomendações que retive. E eu fui aprendendo. Realizar um extenso estudo exploratório e um estudo experimental – com estudantes de medicina, enfermagem e biologia –, numa tese de mestrado, era obra, mas foi isso mesmo que, sob a sua sapiente e cuidada orientação, levei por diante. Sempre me transmitiu muita confiança e soube lidar comigo, o que nem sempre é fácil. E em 1995, após a sua última revisão, apresentei a dissertação com o título *Percepção da Morte: A Realidade Interdita*, com a arguência do Professor Daniel Sampaio (que teve igualmente um papel importante na minha formação como investigador, como pessoa e no doutoramento que se seguiu).

A investigação empírica desenvolvida no decorrer do mestrado, deu origem a alguns trabalhos científicos – e foi com as suas preciosas indicações e sugestões que eu percebi realmente como desenvolver um artigo científico –, e foi também um ponto de reflexão essencial para escrever um livro de divulgação, mais abrangente e dirigido a um grande público, intitulado ‘*O Desafio da Morte - Convite a uma viagem interior*’, editado em 1999.

Mais uma vez tive o privilégio de voltar a contar com a colaboração da Professora Lígia, que aceitou fazer a Apresentação deste livro.

A certo trecho, escreveu: “não existem representações individuais, idiossincráticas, aleatórias e desenraizadas das pertenças dos indivíduos, quando estamos perante um objecto social. As inserções dos indivíduos em diferentes cursos universitários e grupos de sexo, assim como o próprio contexto em que a morte acontece, introduzem regularidades nas formas de pensar e sentir a morte que não podem ser atribuídas à subjectividade individual.” Aqui, de uma forma muito sucinta e lúcida, ela foca bem não só a pertinência do tema, mas, também, a importância do mesmo ser abordado no âmbito das representações sociais, que permitem estudar e compreender o modo como as pessoas – que integram, participam e interagem nos mais diversos contextos grupais, em sociedade – pensam, sentem e se comportam face a um dado objecto, situação, circunstância ou tema. E verificar a impossibilidade de estudar as representações da morte, sem considerar e estudar a vida e o viver, a nível pessoal, ou num dado grupo de pertença, em família, em sociedade.

Após a conclusão do mestrado, foi emergindo a vontade de prosseguir para doutoramento. Algo que a Professora desde cedo me sugeriu. (Cabe aqui um aparte para referir que ao longo de todo este percurso continuei a ser docente no ISCTE-IUL, onde leciono desde 1991 – tendo estado, entre os anos 2001 e 2003, com equiparação a bolseiro). Entretanto, a convite do Professor Daniel Sampaio, comecei a colaborar, a vários níveis, e em diferentes actividades, com o Núcleo de Estudos de Suicídio (NES) – que tem como grandes objectivos contribuir para a prevenção do suicídio juvenil, acompanhar jovens em risco ou com grandes dificuldades no seu percurso, e fazer investigação sobre os comportamentos autolesivos, em particular, na adolescência. Estava lançada a ponte para unir várias das temáticas que mais me apaixonavam: a morte, o suicídio, a vida, os comportamentos de risco e de autoagressão, ... a música. A Professora Lígia Amâncio foi seguindo com atenção este trajecto, e foi com naturalidade que lhe pedi para ser minha orientadora em mais

uma aventura científica, desta vez a nível de doutoramento. O tema, ou melhor, os temas, estavam bem delineados.

Claramente eu pretendia estudar as representações sociais da morte, do suicídio, da vida e da música, e relacionar estas com os sentimentos típicos entre os adolescentes, as suas preferências musicais, a ideação de morte, a ideação suicida, os comportamentos autolesivos e as tentativas de suicídio. Uma loucura, reconheço... Na verdade, ainda queria estudar mais coisas, e mais uma vez a Professora Lígia foi determinante na sua supervisão:

“Abílio, num doutoramento devemos pegar em um ou dois temas, o Abílio já tem vários e ainda pretende incluir outros? Não pode ser. Poderia, sim, delimitar mais o seu âmbito de trabalho, o tema de investigação”.

E tinha toda a razão.

O que eu me propunha a realizar já era demais, e ainda ambicionava estudar, p.e., as representações do corpo. Hoje percebo bem melhor as palavras que então me disse...

Dado o tema central ser o suicídio juvenil, a minha participação no NES, e o contacto com o Professor Daniel Sampaio, pedi-lhe também para participar na minha orientação – como coorientador – na minha nova demanda. Tive por isso, mais uma vez, uma orientação de luxo, com a Professora Lígia e o Professor Daniel Sampaio, cada qual mais ligado com alguma(s) das áreas abordadas – a Professora Lígia a supervisionar todo o trabalho, mas estando sobretudo mais centrada nas representações sociais, na morte e em todos os aspectos metodológicos do projecto, e o Professor Daniel Sampaio a dar mais apoio, em particular, nas questões da adolescência e do suicídio. Desde o momento em que o meu projecto foi aprovado, até à conclusão da tese, em 2003, o percurso de doutoramento constituiu uma experiência fantástica, muito trabalhosa (e a responsabilidade de ter um trabalho tão extenso foi minha), mas muito compensadora e produtiva.

Quando temos uma orientação conjunta ou partilhada, é essencial que os orientadores comuniquem bem entre si – o que era o caso –, que as tarefas estejam bem distribuídas, que consigamos conjugar e integrar as opiniões e indicações de quem sabe bem mais do que nós, e tirar o melhor partido das discussões, revisões e sugestões dadas. Neste processo, em incontáveis vezes, a Professora Lígia com as suas notas, chamadas de atenção, críticas (sempre) positivas, conselhos e ajuda em tomadas de decisão, teve um papel fulcral e insubstituível. Eu só posso estar-lhe grato. E dizer bem de todo o processo. Não poderia ter sido melhor orientado. Reflecti e aprendi muito. E cresci interiormente. Tive suporte e incentivos quando necessário, anotações pertinentes, alguns avisos em momentos decisivos, comentários oportunos, e indicações lúcidas para progredir de forma sustentada, autónoma e determinada.

Assim tornou-se mais fácil ‘fazer investigação’ (como se costuma dizer) e publicar. Nesse sentido, também a tese de doutoramento, finalizada em 2003 e apresentada em 2004, deu origem a participações em conferências e vários artigos (publicados durante ou após a defesa da tese), e a um novo livro de divulgação científica, intitulado ‘Ilusões na Idade das Emoções’, e editado pela Fundação Calouste Gulbenkian, com o apoio da F.C.T., em 2008.

Há muito que considero
que numa relação entre
orientador(a) e orientando(a)
deve haver uma boa
identificação, confiança e
respeito mútuo.

Quem orienta precisa também de saber escutar, encontrar a forma adequada de transmitir os seus conhecimentos, estimular a vontade de investigar, dialogar sobre erros cometidos, opções e caminhos a tomar, lançar desafios, intervir nos momentos difíceis ou oportunos, criticar ou elogiar nos momentos certos, supervisionar a pessoa que está sob a sua orientação, contribuindo, ao mesmo tempo, para a sua autonomia. Idealmente, existirá proximidade e compreensão, entre ambos, não só em termos académico-científicos, mas, também, a nível pessoal.

Tudo isso eu
encontrei e tive com
a Professora Lígia.

Hoje em dia, tento colocar em prática os seus ensinamentos com os estudantes que tenho sob a minha orientação.

Nos últimos anos não temos falado tanto, pelo seu trabalho que a levou a desempenhar, sempre com grande brio, empenho e idoneidade, cargos públicos de relevo, fora do ISCTE-IUL, e por várias circunstâncias relacionadas com aquilo que a vida nos vai proporcionando. A verdade é que o tempo passa muito depressa, e nós vamo-nos envolvendo em tantas coisas que por vezes, quando paramos um pouco, é que damos conta que ele nos foge. Após o seu 'regresso' à Academia, voltámos a ter um contacto mais frequente.

Porém, em nenhum momento a esqueci, nem deixei de saber que, se necessário, eu poderia contar com a 'minha orientadora'.

Por tudo o que fez por mim, pelo que me proporcionou e ensinou, pelo seu contínuo exemplo a todos os níveis, pela sua integridade, sinceridade, bondade, paciência e grandeza humana, eu quero Agradecer-lhe, do fundo do coração! E dizer-lhe, sem hesitação e com forte convicção:

Bem-haja, Professora Lígia!

A Professora superou tudo o que eu poderia à partida esperar, sendo, para mim, a melhor orientadora do mundo!

Sempre pude contar consigo, e não só como orientadora, no sentido restrito do termo. Mesmo nos momentos difíceis soube ouvir-me e ter uma palavra amiga e compreensiva. E nos melhores momentos também encontrei um cintilar de alegria

nos seus olhos e, porque não dizê-lo, um certo fulgir de orgulho (positivo) na sua expressão. É para mim realmente uma grande honra podermos ter partilhado tantos momentos marcantes. Se de alguma forma, em alguma circunstância ou situação, achar que eu lhe posso ser útil, saiba p.f. que eu estou e estarei aqui.

Hoje e sempre, espero que continue a encontrar o melhor possível, em todos os sentidos, e que a vida lhe proporcione as mais promissoras experiências!

Com a mais elevada estima,
admiração e profunda
amizade, o 'seu aluno',

Abílio Oliveira

Maria Helena Santos

**Ingresso na ciência
e percurso nos
estudos de gênero
com Lígia Amâncio:
uma homenagem
pessoal**

11 INGRESSO NA CIÊNCIA E PERCURSO NOS ESTUDOS DE GÊNERO COM LÍGIA AMÂNCIO: UMA HOMENAGEM PESSOAL

Maria Helena Santos

É uma enorme honra contribuir para esta obra dedicada à Professora Lúgia Amâncio, com quem tenho partilhado o meu caminho, já lá vão 18 anos. Porque já falei do nosso percurso de investigação noutra publicação (Santos, 2017), organizada recentemente pelo João Manuel de Oliveira e pela Lúgia Amâncio, aqui, irei fazê-lo num tom mais pessoal, evocando vários episódios marcantes ao longo da nossa relação.

Conheci a Lúgia Amâncio como aluna, em 1999, na Licenciatura em Psicologia Social e das Organizações, concretamente no Seminário sobre “*A Psicologia Social em Questão – Uma Introdução à Perspetiva Crítica*”. Portanto, foi já no terceiro ano da Licenciatura que, pela primeira vez, tive contacto com o género, muito centrado na reflexão crítica sobre o conhecimento científico produzido no âmbito central da psicologia social (PS). A Lúgia começou por apresentar o contexto de emergência

da PS e os aspetos teóricos e metodológicos que caracterizam esta disciplina científica para, em seguida, falar da perspectiva do construcionismo social, quer enquanto questionamento sobre a ciência, em geral, quer enquanto crítica dos aspetos específicos da PS, o que, para mim, constituía uma abordagem totalmente nova.

No último ano da Licenciatura tive a oportunidade de colaborar em estudos, realizados numa perspectiva de género, noutros seminários por si lecionados. Recordo-me de, pelo menos, dois estudos realizados no âmbito da disciplina “Áreas de Aplicação da Psicologia Social III”: um pequeno estudo teórico, realizado a partir do artigo da Alice Eagly e Wendy Wood, publicado em 1999 na *American Psychologist*, sobre “*The Origins of Sex Differences in Human Behavior: Evolved Dispositions Versus Social Roles*”, centrado na abordagem das teorias evolucionistas e socio-estruturalistas; e outro estudo teórico e empírico, onde replicámos um estudo do (agora) colega, António M. Marques, sobre “*‘O tipo ideal’: a diferente valorização que os homens e as mulheres fazem dos traços caracterizadores do parceiro e da parceira ideais*”. Estes constituíram duas excelentes experiências que contribuíram para me consciencializar para as assimetrias de género existentes na sociedade.

Na altura de escolher o tema da Licenciatura, recordo-me vagamente de me reunir com a Paula Castro no seu gabinete e, assim que referi que gostaria de estudar as representações sobre a doença dos homens e das mulheres, encaminhou-me para a Lúgia Amâncio, que seria, certamente, a pessoa ideal para me orientar. Entretanto, entre conversas e sugestões daqui e dali, acabei por optar por estudar o fenómeno da SIDA. Numa perspetiva interseccional, considerámos o género e a etnicidade face à SIDA, analisando, concretamente, os conhecimentos, crenças, atitudes e comportamentos de quatro grupos de adolescentes (rapazes e raparigas de origem portuguesa e africana) relativamente à sexualidade, ao VIH e à SIDA. Esta experiência inicial foi muito interessante e, pela primeira vez, considerei seguir a via da investigação, mas ainda sem grande convicção.

Mais tarde, a Lúgia Amâncio estava a iniciar um pequeno projeto de investigação sobre “*A igualdade injusta: uma abordagem psicossociológica das desigualdades de género*”, e convidou-me a colaborar nele. E foi assim que começou o meu percurso ao seu lado, com a “*equipa de género*”. O projeto tinha como objetivo geral aprofundar os obstáculos à mudança nas relações de género, considerando três profissões (a ciência, a medicina e a magistratura) e centrou-se particularmente nas teorias das representações sociais e da perceção de justiça, numa perspetiva de género. Aqui, foi evidente a relevância do nosso trabalho, pois pude constatar que se, na PS, os estudos sobre a equidade e, sobretudo, sobre a justiça surgiram já muito tarde, as investigações sobre a equidade e a justiça relativas ao género eram ainda mais escassas.

Nesta altura, juntas, decidimos que eu iria aproveitar a oportunidade para realizar um Mestrado em PSO no ISCTE. Por sua sugestão, e por razões contextuais, centrei-me na literatura do projeto sobre a igualdade injusta, embora virada para o problema da assimetria de género na política, as teorias da perceção da justiça, e as medidas de ação positiva, como as quotas, em torno das quais tinha havido um enorme debate público em 1998/99, com posições a favor e contra. Este era, sem dúvida, um tema que lhe era caro e rapidamente me passou o gosto e a curiosidade de procurar perceber a razão de tanta controvérsia em torno das quotas na política, nomeadamente, em Portugal. Por que seria que medidas deste tipo, que procuram promover a igualdade e repor uma justiça de tratamento (entre homens e mulheres, neste caso), causariam tanta controvérsia?

Bem a propósito, no primeiro ano letivo do Mestrado em PSO (2002/3003), a Lígia realizou um seminário, sobre “Género, Feminismo e Políticas para a Igualdade”, que serviu para consolidar ideias sobre o meu projeto de tese, em particular no que diz respeito às políticas promotoras da igualdade de género.

No final desse ano, a 22 novembro de 2002, apresentou-me a Patricia Roux, da Universidade de Lausanne, que tinha aproveitado a vinda ao ISCTE para participar num Seminário Internacional sobre “*Família, Género e Sexualidade nas Sociedades Contemporâneas*”, organizado pela Associação Portuguesa de Sociologia (APS), e, no âmbito dos Estudos Pós-graduados em PSO, deu um seminário livre sobre “*Rapports de Genre et Perceptions de Justice*”, onde nos falou da existência de vários paradoxos (como é o caso do “efeito de minimização da discriminação pessoal”) que é importante considerar nos estudos de género.

Nós (eu e a Lígia Amâncio) também participámos numa mesa desse Seminário organizado pela APS, com uma comunicação oral centrada no “*Género e Etnicidade Face à Sexualidade e à SIDA: uma perspectiva psicossociológica*”, que acabou por ser publicada nas atas do evento.

Entretanto, o projeto sobre a igualdade injusta terminou e a Lígia Amâncio iniciou outro projeto “*Elites Discriminadas: uma abordagem interdisciplinar das desigualdades de género*”, no qual comecei a colaborar, como bolsista de investigação, em maio de 2003. Na linha da investigação iniciada no projeto anterior, o “*elites discriminadas*” pretendia aprofundar os conhecimentos sobre os obstáculos de ordem psicossociológica que permitissem esclarecer as contradições entre o grau de qualificação das mulheres e as suas oportunidades profissionais e de carreira, centrando-se nos mesmos contextos profissionais. No entanto, este projeto foi bastante mais além, integrando já uma investigação empírica que envolveu o recurso à triangulação entre os métodos qualitativo e quantitativo (através da realização de entrevistas individuais semiestruturadas e de um questionário) que permitiu melhor responder ao objetivo.

Durante o Mestrado em PSO, a Lígia incentivou-me a participar em várias formações suplementares que me permitiram crescer enquanto investigadora. Destaco, por exemplo, o curso de formação intensiva que ocorreu entre abril e maio de 2003, nas universidades de Lausanne e de Genève, na Suíça, realizado no quadro do *Diploma Europeu de Estudos Aprofundados em Psicologia Social*, e a 9ª e 10ª escolas de verão internacionais sobre Representações Sociais e Comunicação, realizadas em Genazzano, na Itália. Estas foram, sem dúvida, excelentes experiências e tempos de grandes aprendizagens, particularmente centradas nas representações sociais.

Por esta altura, as minhas expectativas relativamente à investigação começavam a crescer. A dinâmica da “equipa de género” era excelente e as nossas reuniões noturnas constituíam verdadeiras aulas, pelo menos para mim, que tinha uma enorme sede de conhecimento. Foram bons momentos estes, de grandes expectativas e sinergias. De tal forma que se tornou relativamente fácil realizar a tese de mestrado.

No início de 2004, foi publicado o livro “Aprender a ser Homem: construindo Masculinidades”, organizado pela Lúgia Amâncio, e para o qual convidou vários membros da equipa de género a contribuir. Pessoalmente, contribuí com um capítulo que resultou da minha tese de Licenciatura. Em julho desse ano, o nosso projeto chegou ao fim, eu defendi a tese de mestrado “Género e política: Uma análise psicossociológica das reacções às acções positivas” e retirei-me uns tempos por estar no final da gravidez da minha filha. A Lúgia foi, sem dúvida alguma, a principal “culpada” pela realização desta tese, em particular pelo enorme incentivo e apoio constantes. Foi pela sua mão, e desta forma, sempre muito ativa, que entrei para o mundo da ciência, fazendo nascer em mim uma maior segurança e, como disse na altura, “o bichinho de que poderei, de alguma forma, tentar mudar o estado das coisas, sobretudo, relativamente à situação das mulheres na sociedade”.

Recordo-me que, pouco tempo depois de a minha filha nascer, estava eu bem longe das questões ligadas à investigação, a Erika Apfelbaum veio ao ISCTE. Não querendo perder a oportunidade de lhe dar a conhecer o meu trabalho, a Lúgia sugeriu que realizássemos uma reunião extraordinária e eu aceitei o desafio com todo o gosto. Apresentei o meu trabalho, discutimos as metodologias e os resultados e foram-me dadas várias sugestões para trabalhos futuros, o que foi perfeito, numa altura em que já estávamos a pensar que eu iria seguir para o doutoramento.

E assim foi. Elaborámos o meu projeto de doutoramento, centrado na área do género e da política e inscrevi-me no Programa Doutoral em PSO, que comecei a frequentar no ano letivo de 2005/2006. Um dos vários seminários existentes no Programa Doutoral foi lecionado pela Lúgia, que nos falou sobre “Estudos de Género na PS” e me serviu para consolidar os conhecimentos sobre esta matéria.

Tudo corria lindamente... até que um dia a Lúgia agendou uma reunião para nos informar que tinha recebido um convite para ser vice-presidente da FCT e que decidi aceitar o desafio. Foi o silêncio generalizado. “O que nos iria acontecer sem a nossa ‘Mestra’ por perto?”, pensei.

Pessoalmente, devo admitir que foi um caminho diferente daquele que tinha idealizado, sobretudo considerando a dinâmica que tinha existido até àquela data. Com a partida da Lúgia para a FCT, a comunicação passou a ser feita quase exclusivamente por *email* e raramente nos víamos. No entanto, procurou nunca faltar aos seminários de pesquisa anuais, realizados no âmbito do Programa de Estudos Pós-graduados em PSO, apoiando-me sempre que apresentava os meus estudos. Também respondeu sempre aos meus convites para participar em eventos ligados ao género. Destaco o colóquio sobre “Género e Profissões: *Minorias no Feminino e no Masculino*”, realizado a 3 de maio de 2007, no ISCTE-IUL, que contou com a participação de duas dezenas de oradoras/es, especialistas nesta área, entre as/os quais a Lúgia e a feminista Madalena Barbosa, que, infelizmente, já não está entre nós.

Nos últimos tempos da minha tese de doutoramento, a Lúgia foi incansável entre leituras e releituras de um texto com mais de 300 páginas. Por “sorte”, no verão de 2010, torceu um pé e teve de ficar em casa de baixa durante uns tempos, o que lhe permitiu ter tempo para se dedicar à leitura da tese, que acabámos por designar por “*Género e Política: Factores explicativos das resistências à igualdade*”. Nesta fase, a sua orientação, apoio e incentivo e paciência foram fundamentais para eu conseguir finalizar a tese no final de 2010. A 17 março de 2011 defendi-a. Foi mais um degrau conquistado. Recordo-me que, no final da defesa, a Lúgia abraçou-me e sussurrou-me ao ouvido: “*Bem-vinda, agora, já pertence ao grupo!*”

No final desse ano foi publicado o meu primeiro livro, sonho que, estou certa, não teria conseguido sem a sua ajuda. De facto, para além de me ter orientado neste projeto, indicando-me a obra de Ana Maria Bettencourt e Margarida Silva Pereira, sobre “*Mulheres Políticas e as Suas Causas*”, que me serviu de inspiração, também redigiu um prefácio absolutamente perfeito. Designado “*Do Défice de Cidadania à Paridade Política: Testemunhos de Deputadas e Deputados*”, o lançamento do livro foi efetuado no dia 21 de julho de 2012 por si e pela deputada Elza Pais, que fizeram uma excelente apresentação.

Por esta altura, já tinha iniciado o meu projeto de pós-doutoramento há cinco meses, sob orientação da Patricia Roux e da Isabel Correia. Já lá vão mais de cinco anos. Os primeiros três anos passaram muito rápido entre o ISCTE-IUL e a Universidade de Lausanne, onde partilhava um grande gabinete com a Patricia Roux, permitindo-nos estar próximas e trabalhar bastante. Entretanto, a Isabel decidiu tirar um ano de sabática e a Patricia solicitou a reforma antecipada, como tal, não iriam estar disponíveis para orientarem o meu trabalho. Foi assim que, perto do final do primeiro triénio do pós-doutoramento, fui ter de novo com a Lúgia (que, entretanto, já tinha voltado para o ISCTE-IUL) que, prontamente, aceitou orientar-me no segundo triénio do pós-doutoramento.

E aqui estamos nós, juntas, até ao fim do seu percurso.

Obrigada por tudo, Professora!

Referências

Santos, Maria Helena (2017). Desigualdades de género em profissões qualificadas e resistências à mudança – Um percurso de investigação. In João Manuel de Oliveira & Lígia Amâncio (Eds.), *Géneros e sexualidades: interseções e tangentes* (pp. 55-72): Lisboa: ISCTE-IUL.

Fátima Rodrigues

**Assimetrias sociais
reproduzidas nas
organizações ou,
como mulheres e
homens jogam o
género na arena
organizacional**

12 ASSIMETRIAS SOCIAIS REPRODUZIDAS NAS ORGANIZAÇÕES OU, COMO MULHERES E HOMENS JOGAM O GÉNERO NA ARENA ORGANIZACIONAL

Fátima Rodrigues

Falar da Professora Lígia Amâncio é-me particularmente caro pelo muito que partilhámos ao longo de onze anos e pelo quanto cresci pela nossa relação. Os percursos de Mestrado e Doutoramento em Psicologia Social e das Organizações no ISCTE-IUL constituem em duração e significado para a minha identidade, um dos três grandes pilares da minha vida. Constroem-me, definem-me e abrem-me portas para todo um Novo Mundo e hoje sou diferente por causa deles. Quando hoje me bato pela Igualdade de Género em diversos fóruns, é a sua mensagem que transmito e tento fazer passar adiante, em prol de todas as pessoas que creem na Igualdade e no potencial de todas as pessoas para a construção de um mundo melhor.

Em termos sociais, e com o percurso de vida assinalável, o contributo da Professora é também marcante pelo seu

ativismo, rigor e valor estratégico das suas múltiplas participações institucionais (Vice-Presidente da FCT; Docente no ISCTE-IUL desde há longos anos, agora Professora Catedrática, e investigadora; autora na imprensa nacional; Presidente da CIDM; membro do 4º Mandato do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida; Membro do Conselho de Curadores da Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior (A3ES), entre outras).

Em termos científicos e académicos, a contribuição da Professora para o estudo do Género numa perspetiva psicossociológica, é vasta, conforme pode ser apreciado pela sua longa lista de publicações. Neste singelo tributo, foco-me em alguns dos modelos e conceitos da sua obra que constituindo marcos diferenciadores, inspiraram as minhas reflexões posteriores.

Género como construção psicossociológica

Qualquer reflexão realizada sob o prisma do Género deve partir da definição de género como uma produção de origem sociológica, cuja análise remete “... *para as condições históricas e sociais de produção das crenças e dos saberes sobre os sexos...*” (Amâncio, 2003a, p. 687), referindo-se assim às características psicológicas, sociais e culturais associadas às categorias biológicas de homem e mulher (Deaux, 1985).

O enquadramento do género como uma instituição e o enfoque no seu carácter social permite chamar a atenção para a sua produção coletiva, para as suas variações históricas (Amâncio, 2003b) e geográficas, e, portanto, para o papel da agência humana. O enfoque nas práticas de construção do género deita por terra a tendência para o entronizar como uma entidade estática e fixa, e tem como implicação política, a possibilidade de alterar as relações e significados que definem esta questão (Connell, 2002).

A relevância da dimensão histórica e cultural para as questões de género deriva da evolução da noção de poder que lhe está associada e dos discursos a seu respeito, ao longo da história. As relações de poder são negociadas ativamente entre as partes, que têm acesso a alguns recursos do contexto, embora de forma estruturalmente desigual (Amâncio, 2003a), condicionando as estratégias disponíveis a cada parte da negociação. Na evolução histórica ocidental, a

modernidade encontrou formas particularmente eficazes de legitimar a particularidade da categoria feminina e a sua separação do referente de cidadão, ao basear a masculinidade na racionalidade, previsão e método.

Assistimos dessa forma à internalização dum representação hegemónica sobre o poder e dum conceito de masculinidade hegemónica como “...*um sistema de poder institucionalizado e socialmente construído que privilegia uma certa definição de masculinidade*”, “...*relativamente à qual outras formas de masculinidade se tornam também subordinadas*” (Amâncio, 2004, p. 23).

Estudar o género a partir das representações, encaradas enquanto conhecimentos situados (Amâncio & Oliveira, 2006), permite entender o modo como os contextos criam dinâmicas representacionais e relacionais para ajustar processos sociais mais vastos, como sejam as normas de género.

A dimensão histórica da relação de dominação entre os sexos faz com que os indivíduos internalizem as representações dos grupos sociais no seu auto conceito e as reproduzam nos seus comportamentos em diferentes situações. As mulheres, por via da sua adesão aos valores da sociedade capitalista, nomeadamente o individualismo, reforçam essa relação de dominação, já que não se agrupam e perdem assim o poder que “...*reside na capacidade do grupo para afirmar a sua existência e recriar a sua história*” (Amâncio, 2003b, p. 3).

Modelo da assimetria simbólica

A contribuição deste modelo foi “... *demonstrar que os padrões de diferenciação dominante e dominado estão inscritos nos conteúdos das categorias de gênero e não no sexo dos grupos*” (Amâncio, 1997, p. 82). Esta contribuição é tanto mais importante quanto a redução das relações de gênero aos grupos sexuais contribui para objetivar a oposição masculino-feminino, ignorando o trabalho de construção levado a cabo no âmbito dessas relações. A assimetria simbólica nas representações de gênero mais do que diferenciar posiciona socialmente homens e mulheres, numa hierarquia rígida (Amâncio, 2003b).

“*As representações de gênero envolvem uma assimetria simbólica que coloca a masculinidade numa posição dominante em relação à feminilidade*” (Amâncio, 1995, p. 35), o que apresenta duas consequências: os significados de homem e indivíduo sobrepõem-se, na medida em que a mudança de valores sociais se reflete no estereótipo masculino, mas não no feminino e, a pessoa masculina é o único referente simbólico fora da feminidade (Amâncio, 1993a, 1995), encorajando a formação de estereótipos.

“*O grupo dominado é periférico em relação aos recursos simbólicos e por isso, manipula-os dentro de uma função normativa*” (Amâncio, 1993b, p. 306). Nesta perspectiva, a identidade dominante (masculina) é universal e confere uma realidade à noção de si e do valor do seu grupo, constituindo os contextos, circunstâncias mais ou menos eficazes da sua

instrumentalização e validação (Amâncio, 1993a,b, 1994). Em contrapartida, a escassez de recursos diferenciadores ao alcance do grupo simbolicamente dominado naturaliza o estatuto inferior de um dos grupos (dominado) e legitima a própria assimetria, criando a percepção desta situação como estável.

Não é o sexo que permite explicar as diferenças de comportamento de diferenciação entre homens e mulheres, mas antes os modos de ser inscritos nas categorias masculina e feminina, que são evocados e que se constituem como referência social para os indivíduos (Amâncio, 1994). A inserção dos indivíduos numa determinada categoria evoca assim, significados sociais diferentes sendo que a relação social entre os sexos é marcada pela assimetria e “...*define um contexto de dominação, [que] é socialmente construída*” (Amâncio, 2003a, p. 702).

Este modelo traduz a relação de dominação subjacente aos significados que dão sentido às categorias masculina e feminina (*assimetria*) e integra o nível de análise ideológico, presente na conceptualização do self e do grupo enquanto representações sociais, pressupondo uma desigualdade estrutural nas relações entre os sexos, que está no centro da ideologia social do gênero, e segundo a qual a hierarquização dos grupos se faz de acordo com o grau de proximidade a um referente dominante (Amâncio, 2003b).

Em contexto organizacional a saliência do gênero para as mulheres, que traduz a assimetria qualitativa e quantitativa de recursos simbólicos à disposição de cada sexo nas posições de gestão (Amâncio, 1996), faz com que as suas ações não

sejam julgadas pelos seus méritos individuais, mas pelas expectativas do comportamento de todas as mulheres, com cada mulher a arcar a responsabilidade pelo comportamento de todas as outras.

Estereótipos de género e prescrição comportamental

Os estereótipos de género constituem “... *ideologizações coletivas sobre os membros de determinados grupos sociais, abrangem conteúdos e processos, tal como as representações sociais e traduzem também um conhecimento prático*” (Amâncio, 1994, pp. 48-49), embora estas englobem toda a realidade social, o que lhes confere um universo simbólico mais vasto e as situa num nível ideológico.

Na sua dimensão descritiva, os estereótipos de género diferenciam-se significativamente.

O estereótipo masculino reúne as dimensões de instrumentalidade, dominância e sociabilidade negativa, estabilidade emocional, dinamismo, agressividade e autoafirmação, competitividade e ambição, objetividade, orientação para a ação, independência, análise e, à ética do trabalho. O estereótipo feminino caracteriza-se pelos polos opostos dessas dimensões, isto é, instabilidade emocional, passividade, submissão e orientação interpessoal. A definição de pessoa adulta, subjacente ao estereótipo feminino, encontra-se fortemente limitada às esferas afetiva e de objeto de desejo, “...às quais se associa a ausência de qualidades orientadas para o trabalho e para a

autonomia individual” (Amâncio, 1994, p. 64), permanece altamente específica (Amâncio, 1997), e intimamente ligada à casa e à família, traduzindo um modelo de pessoa condicionada às fronteiras de uma função social específica (Amâncio, 1994, 1995).

O carácter referente do estereótipo masculino exclui o feminino da definição do contexto organizacional (Amâncio, 1994), e em diversos estudos tem sido verificada a incompatibilidade entre os atributos femininos e os atributos associados com a gestão, (Connell, 2002), com a liderança (Amâncio, 1996) entre outros.

Além da sua dimensão descritiva, já assimétrica, o seu forte pendor prescritivo inclui crenças fortes sobre as condutas desejáveis para os elementos dos grupos sociais em questão - homens e mulheres - controlando o comportamento.

O estereótipo feminino mostra-se normativo e apresenta menor latitude comportamental que o masculino (Amâncio, 1994).

A adoção por parte dos homens, de comportamentos com significado estereotipicamente feminino, não representa uma violação da identidade masculina, uma vez que nesse caso, os significados deixam de ser femininos e tornam-se universais (Amâncio, 2003b). Em situações de sobremajoria, os homens estão sujeitos a consequências mais positivas do que as mulheres e são mais proactivos (Santos & Amâncio, 2014a).

A saída do contexto de intervenção feminino socialmente desejável para um contexto masculino, leva a que as

mulheres no contexto de trabalho, e sobretudo em posições de liderança, vejam a sua visibilidade exagerada, na medida em que a categoria de gênero é tornada saliente o que lhes coarctar os movimentos e diminui a sua margem de manobra, já de si reduzida pelas expectativas de menor competência que pairam sobre o seu grupo de pertença sendo que as mulheres são vistas como masculinas quando o seu comportamento contradiz as expectativas associadas ao estereótipo feminino (Amâncio, 2003b, 1994).

Teoria implícita sobre o social

Os traços das categorias sexuais, a normatividade do estereótipo feminino, as diferenças de estatuto, a exclusão do feminino da definição do contexto organizacional, as expectativas de menor competência das mulheres e de menor adequação a posições de poder, fazem parte duma teoria implícita sobre o social, neste caso sobre as diferenças entre os sexos e sobre a situação da mulher no trabalho, caracterizada por assimetrias, que “...repousam em teorias implícitas da personalidade dos grupos dominantes e dominados...” (Amâncio, 1994, p. 128).

Os traços do estereótipo feminino constituem uma teoria implícita da personalidade normativa para os comportamentos das mulheres e instrumental para a caracterização dos indivíduos do sexo feminino, enquanto os traços do estereótipo masculino não constituem uma estrutura de orientações comportamentais obrigatórias e permitem distinguir os indivíduos mais pelo seu

grau de autonomia nas ações do que pela sua categoria de pertença. Estas teorias legitimam a natureza das relações entre grupos, explicando as causas da condição social de determinado grupo e correspondem a estruturas de conhecimento que orientam os juízos, as avaliações e a procura de causalidade (Amâncio, 1994).

O consenso entre os elementos dos dois sexos sobre estas definições é “...impedativo do desenvolvimento da consciência de uma condição coletiva entre as mulheres...” (Amâncio, 1994, p. 128), e permite situar estas teorias implícitas ao nível das ideologizações coletivas (Doise, 1984).

A inexistência de uma ideologia de grupo, consensual e consistente sobre a condição social das mulheres, indica a sua condição de grupo dominado, “...na medida em que se verifica uma dependência das representações dominantes sobre a ordem social em que se encontra inserido” (p. 134). A consciência sobre esta relação de dominação simbólica é inibida pelo desenvolvimento de crenças de mobilidade social (com base nos discursos explícitos da sociedade) e pelo consenso sobre a suposta igualdade de valor das diferenças entre os sexos (Amâncio, 1994). Os elementos dos grupos dominados vivem um estado de ambiguidade face às consequências do preconceito e discriminação a que são sujeitos e, por isso, nem sempre percebem que são discriminados (Santos & Amâncio, 2014).

O papel dos elementos subordinados na manutenção de relações de poder assimétricas deve contribuir para um foco crescente na análise dos processos pelos quais as relações de dominação e subordinação são produzidas,

reproduzidas e mantidas e no papel das mulheres na construção do sistema de relações de género (Amâncio, 2003a); “...o género não pode ser visto como exclusivamente imposto do exterior...cada pessoa se situa na ordem de género ou reivindica o seu lugar nela, pela forma como pensa, fala, se apresenta...” (Amâncio, 2004, p. 18).

Género e identidade social

O tema da identidade social revela-se importante para as questões de Género, na medida em que a noção de si e a noção de identidade social são perspetivadas como representações (Amâncio, 1994).

Foi demonstrada “...uma articulação teórica entre representações sociais e identidades sociais, mostrando como diferentes representações do próprio e intergrupais estão associadas com diferentes padrões de diferenciação” (Amâncio, 1997, p. 79) e são “...permanentemente objetivadas na interação social” (p. 81).

Tendo em conta o modelo da assimetria simbólica e a normatividade diferencial dos estereótipos relativos aos dois sexos, “...a definição de si próprio e do seu grupo constrói-se com os mesmos recursos simbólicos, no caso dos homens, enquanto no caso das mulheres, a definição de si própria se faz em conflito com a definição do grupo” (Amâncio, 1994, p. 54), o que vai ter implicações na sua identidade.

Os conteúdos associados à categoria feminina são uma representação social dos dominados, na medida em que os elementos desse grupo “...são caracterizados pelos polos negativos das

dimensões associadas aos dominantes ou pela ausência de qualidades características destes e pela mistificação de características que a prática social não valoriza de facto” (Amâncio, 1994, p. 124).

Na representação que as mulheres fazem de si próprias, verificamos uma centralidade dos atributos da sua categoria de pertença, que não se regista na representação que os homens fazem de si (Amâncio, 2003b). Existe uma negação de uma ideologia socialmente partilhada que orienta as interações sempre que as pertenças de grupo são evocadas, contribuindo para que não se desenvolva uma consciência sobre a produção social deste sistema de crenças (Amâncio, 1994).

Externalidade / tokenism e Negociação identitária

Enquanto elementos excecionais e raros em ambientes de gestão – *tokens* – (Apfelbaum, 1979), as mulheres são preferencialmente vistas como representantes do seu grupo social, sendo-lhes atribuído um menor grau de feminilidade (Amâncio, 1995) e têm maiores dificuldades em serem selecionadas como líderes do grupo.

O facto do grupo simbolicamente dominado se encontrar numa situação que não se adequa ao modo de ser exerce uma dupla pressão normativa, evocado pela sua categoria de pertença, obrigando os seus elementos a realizar uma negociação identitária, devendo responder simultaneamente ao referente dominante, masculino e ao referente do seu grupo de pertença, feminino (Amâncio, 1995).

Para garantirem a sua sobrevivência ou progressão no contexto organizacional, as mulheres desligam-se do seu grupo de pertença, quando optam por exibir comportamentos de acordo com a identidade dominante desse contexto. No entanto, uma adesão estrita às regras do grupo dominante pode acarretar alguns riscos para as mulheres, nomeadamente de perda de estatuto, tal como foi referido no estudo de Amâncio (1994), segundo o qual a tomada de uma decisão formal por parte das mulheres provocava uma perda de estatuto e associação dos traços mais negativos do estereótipo masculino, e fazendo com que as mulheres antecipem consequências negativas para o desempenho de papéis que saem fora do tradicional.

Outra via para resolver este paradoxo consiste na coexistência da identidade dominante com uma identidade baseada em significados exteriores às categorias sexuais. Dado que os membros da categoria feminina não se podem tornar distintos com base em dimensões comuns aos dois grupos e para escapar ao paradoxo das exigências estereotípicas opostas, recorrem a conteúdos socialmente neutros que são considerados desejáveis, como a sociabilidade, para conseguir essa diferenciação (Amâncio, 1994), compartimentando a sua experiência e identidade, e selecionando os aspetos de cada polo que creem mais as beneficiar, numa perspetiva que submete os indivíduos à sua envolvente, à medida que eles se tentam adaptar à estrutura.

O recurso a conceptualizações e comportamentos próprios do estereótipo do seu grupo de pertença, que são socialmente valorizados (Amâncio, 1994), ao poder

referente (Carli, 1999) e a um estilo mais democrático e participativo permite também realizar a negociação identitária necessária à adaptação das mulheres ao contexto organizacional.

A negociação identitária levada a cabo pelas mulheres (Amâncio, 1996, 2003b) pode ser também encarada como uma estratégia de sobrevivência e inclusão por camuflagem e pacificação utilizada pelos elementos do grupo simbolicamente dominado, e que enquanto estratégia de *coping* individual não contribui para a mudança, porque limita o envolvimento das pessoas em ações que conduzam à alteração da situação (Santos & Amâncio, 2014).

Contextos genderizados e Processos de genderização

A genderização dos discursos ao nível organizacional ancora numa ideologia que produz também ao nível institucional e da sociedade, discursos genderizados, posicionando as mulheres como alteridade e em proximidade com o orgânico e a natureza, e, portanto, afastadas do social e público (Oliveira & Amâncio, 2004). O contexto organizacional promove a saliência do feminino como Outro, externo ao contexto e sem acesso à definição das regras e relações.

A racionalização do contexto organizacional, centrada no controle, eficiência e resultados, refere-se à racionalidade instrumental, cuja masculinização é evidente (Amâncio, 2003a).

Nas relações de produção, registamos novas divisões profissionais, “...*estando reservadas às mulheres as atividades e as profissões menos remuneradas, o que explica a persistência de grandes desigualdades entre sexos na distribuição do rendimento*” (Amâncio, 2004, p. 21) e que as expectativas relativamente ao controlo das decisões e capacidade de implementação das mesmas são fracas no caso das mulheres. Existe uma crença partilhada de que os sexos exercem o poder e influência sobre os outros de forma diferente, que condiciona o sucesso das mulheres em funções de gestão (Amâncio, 1994). Também as táticas políticas, enquanto táticas de aumento ou uso de poder (Daft, 1983), são habitualmente caracterizadas de acordo com o modelo universal de masculino e mundo do trabalho, ou seja, através da dimensão de instrumentalidade, representada por traços de competência, racionalidade, competitividade e afirmatividade e da dimensão da influência sobre os outros (Amâncio, 1993a).

Inspirada pelas suas investigações e os modelos e conceitos do seu trabalho, sonhei acrescentar-lhe alguma especificidade, desenvolvendo um trabalho que cruzava alguns aspetos menos usuais no estudo das problemáticas de género: poder e comportamento político nas organizações.

Alguns autores referem-se à separação entre a abordagem de género e a análise do poder, defendendo a necessidade de articulação entre os dois elementos, que permitiria recolocar o carácter agêntico dos indivíduos envolvidos nas relações sociais (Amâncio, 2003).

Nesta investigação tentámos perceber se o género impactava não só sobre as perceções e a antecipação de emissão de comportamentos, mas também sobre as representações sociais relativas a um conceito que está intimamente associado ao comportamento político – o poder. Esta questão é tão premente quanto a literatura considera o género como um eixo do poder.

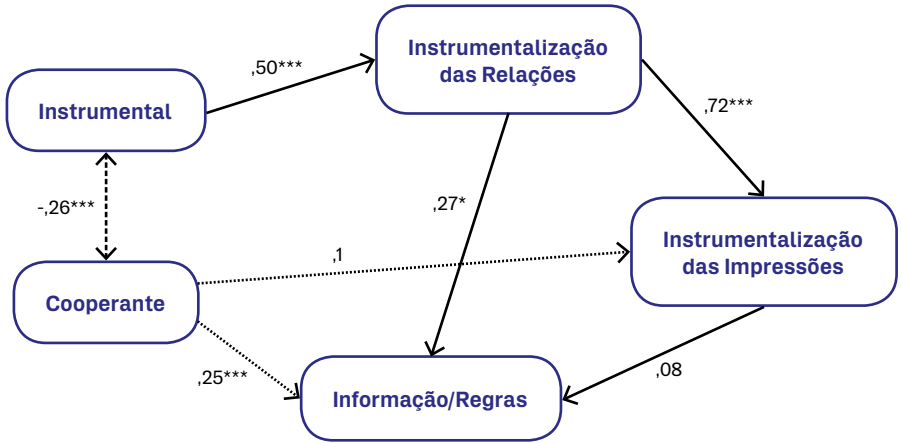
O objeto de estudo foi ancorado no Modelo das Representações Sociais (Moscovici, 1961) e o contexto organizacional foi analisado através das lentes de género e do modelo político das organizações (Pfeffer, 1981).

Os resultados parecem indicar que aspetos conceptuais das representações de poder e aspetos comportamentais (comportamentos políticos) se podem organizar em sistemas de significados, conforme proposto pelo modelo das representações sociais (Moscovici, 1961). Identificámos a presença de um sistema de significados sobre o poder organizado à volta de dois polos, Representação *Instrumental* e de Representação *Cooperante*, cuja relação é negativa. A primeira parece orientada para as dimensões de instrumentalidade e objetividade caracterizadoras do paradigma funcionalista enquanto a segunda poderá estar mais próxima da racionalidade substantiva (Ross-Smith & Kornberger, 2004).

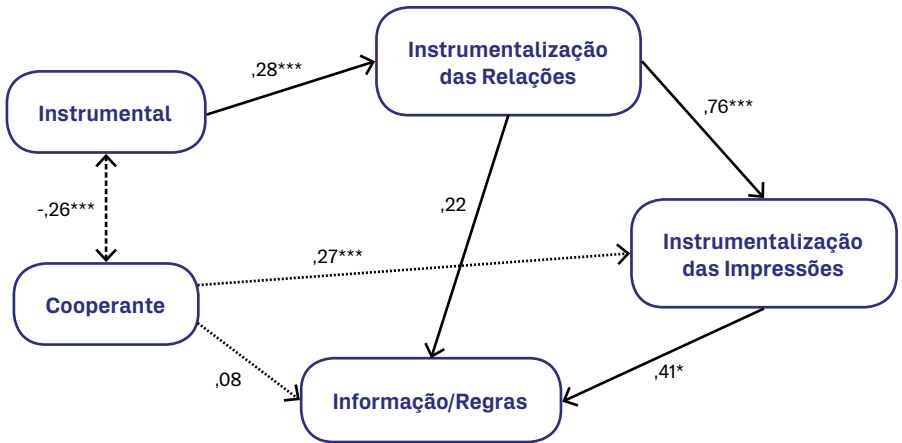
Verificámos a existência do papel moderador do sexo, na força das relações entre os elementos das representações analisadas e na diferença de significados atribuída a cada uma delas. Os sistemas de significado compostos pelos aspetos conceptuais e comportamentais das

ASSIMETRIAS SOCIAIS REPRODUZIDAS NAS ORGANIZAÇÕES

MASCULINO



FEMININO



representações de poder diferem em função do grupo social em causa, salientando as relações de dominação e poder entre categorias sociais em presença no contexto organizacional e que no caso dos sexos parecem respeitar a homologia masculino/dominante, feminino/dominado (Lorenzi-Cioldi, 1988). Os significados atribuídos pelos elementos dos dois sexos às representações de poder e as preferências conceptuais e comportamentais parecem diferir (Rodrigues & Amâncio, 2003), salvaguardando o sistema de relações de género assimétrico, que com base na assimetria simbólica (Amâncio, 1995) e de poder, privilegia um grupo em detrimento de outros.

De acordo com os modelos estruturais que foram testados na análise SEM com o AMOS, verificámos que os significados das duas representações de poder, para cada sexo refletem a ideologia de género da sociedade e do contexto organizacional.

Os sistemas de significado utilizados e construídos pelos homens parecem refletir o carácter autónomo da sua integração grupal, o carácter de referente identitário do masculino, a sua posição dominante no contexto organizacional e a legitimidade que lhes é reconhecida em atuarem com base nesse conhecimento, bem como a sua proximidade ao poder e às posições/redes sociais dentro da organização onde circula a informação relevante e onde são definidas as regras de funcionamento, bem como a utilização agêntica das relações para obtenção da informação. Apresentam uma relação mais forte que as mulheres entre os aspetos conceptuais instrumentais do poder e as estratégias de instrumentalização das

relações. A Representação Cooperante de poder não implica nos homens uma relação direta entre os aspetos conceptuais cooperantes e os comportamentos de instrumentalização de impressões o que pode indicar que eles parecem não sentir necessidade de ter o Outro em consideração nas suas ações. A associação dos aspetos conceptuais da representação Cooperante nos homens é direta com o fator Informação/Regras.

Os sistemas de significado utilizados e construídos pelas mulheres parecem refletir a negociação identitária que devem levar a cabo em contexto organizacional, para se integrarem e terem sucesso. A sua Representação Cooperante do poder parece encontrar-se associada a estratégias de Instrumentalização das Impressões, mediante as quais manipulam posteriormente as regras e informação; a relação entre os aspetos conceptuais cooperantes do poder e as estratégias relacionadas com as informações e regras é indireta, via instrumentalização das impressões. A associação mais fraca entre os aspetos conceptuais instrumentais da representação de poder e o fator de Instrumentalidade de Relações parece estar de acordo com as expectativas derivadas do estereótipo do seu grupo de pertença, relativas ao cuidado com os outros, mas também o seu afastamento das redes sociais em que o poder é construído. As mulheres parecem recorrer à manipulação de informação e regras dentro do contexto mais amplo da instrumentalização de impressões, de acordo com outros estudos em que era registada a preferência das mulheres pelo recurso a estratégias indiretas de influência, nomeadamente de agradecimento.

Não detetámos a existência de representações sociais emancipadas ou polémicas, que exigiriam discussão de ideias e contradição entre grupos, nem a presença das modalidades de comunicação a elas associadas, reduzindo o potencial de mudança. Embora exista um sentimento de privação nas mulheres, ele é individual e não intergruppal, não desencadeando portanto ações concertadas de mudança.

Penso ter com esta modesta contribuição, contribuído para o reforço da valiosa posição defendida por Amâncio (2003a) em afirmar o carácter social do género, permitindo assim chamar a atenção para a sua produção coletiva, para as suas variações históricas e, portanto, para o papel da agência humana. Encarar o género como um produto da atividade de agentes humanos introduz o potencial para a reflexão sobre as práticas (nas suas formas reflexivas e não-reflexivas) e para a mudança. Chamar a atenção para os conflitos, as inconsistências e mudanças no seio dessa instituição, bem como entre ela e outras instituições sociais, permite pôr em causa uma eventual função social desempenhada pelas assimetrias de género e perceber como opera a mudança e a resistência a essa mudança, permitindo agir sobre ela.

Bibliografia

- Amâncio, L. (1993a). Género – Representações e identidades. *Sociologia – Problemas e Práticas*, 14, 127-140.
- Amâncio, L. (1993b). Identidade social e relações intergrupais. In & M. J. Vala, *Psicologia social* (pp. 287-306). Lisboa: Fund. Calouste Gulbenkian.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino – A construção social da diferença*. Porto: Edições Afrontamento.
- Amâncio, L. (1995). Gender, social identity and social change. In & C. L. Amâncio, *Gender, management and science* (pp. 33-42). Braga: UM-IEP.
- Amâncio, L. (1996). Gender, expertise and authority: The effect of gender and specialized knowledge on the perception of authority. *Psicologia*, XI(1), 11-25.
- Amâncio, L. (1997). The importance of being male: ideology and context in gender identities. *Revue Internationale de Psychologie Sociale*, 2, 79-94.
- Amâncio, L. (2003a). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, XXXVIII(168), 687-714.
- Amâncio, L. (2003b). Género e assimetria simbólica: o lugar da história na psicologia social. In L. Lima, P. Castro, & M. (. Garrido, *Temas e debates em psicologia social* (pp. 111-124). Lisboa: Livros Horizonte.
- Amâncio, L. (2004). A(s) masculinidade(s) em que-estão. In L. A. (Org.), *Aprender a ser homem. Construindo masculinidades* (pp. 13-28). Lisboa: Livros Horizonte.
- Amâncio, L. (2007). Género e divisão do trabalho doméstico – O caso português em perspectiva. In L. A. K. Wall, *Família e género em Portugal e na Europa* (pp. 181-211). Lisboa: ICS.
- Amâncio, L., & Oliveira, J. M. (2006). Men as individuals, women as sexed category: Implications of symbolic asymmetry for feminist practice and feminist psychology. *Feminism & Psychology*, 16(1), 36-44.
- Apfelbaum, E. (1979). Relations of domination and movements for liberation: An analysis of power between groups. In & S. W. G. Austin, *The Social Psychology of Intergroup Relations* (pp. 188-204). Montrey, Califórnia: Brooks/Cole Publishing Company.

- Carli, L. L. (1999). Gender, interpersonal power and social influenc. *Journal of Social Issues*, 55(1), 81-99.
- Connell, R. (2002). *Gender*. Cambridge: Polity Press.
- Daft, R. L. (1983). *Organization theory and design* (2 ed.). Saint Paul: West Publishing Company.
- Deaux, W. (1985). Sex and gender. *Annual Review of Psychology*, 36, 49-81.
- Doise, W. (1984). Social representations, intergroup experiments and levels of analysis. In & S. R. M. Farr, *Social representations* (pp. 255-268). Londres/ Paris: Cambridge University Press/Maison des Sciences de l'Homme.
- Lorenzi-Cioldi. (1988). *Individus dominants et groupes dominés: images masculines et féminines*. Grenoble: Presses Universitaires.
- Moscovici, S. (1961). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: Presses Universitaires de France (2ª Ed., 1976).
- Oliveira, J. M., & Amâncio, L. (2004). A análise do discurso das instituições: propostas para os estudos de gênero. Lisboa: Associação Portuguesa de Sociologia.
- Pfeffer, J. (1981). *Power in organizations*. Marshfield, Mass.: Pitman Publishing.
- Rodrigues, F., & Amâncio, L. (2003). Gênero e Antecipação do Comportamento Político: Um estudo em contexto organizacional. *Análise Psicológica*, 4(XXI), 499-518.
- Ross-Smith, A., & Kornberger, M. (2004). Gendered rationality? A genealogical exploration of the philosophical and sociological conceptions of rationality, masculinity and organization. *Gender, Work and Organization*, 11(3), 280-305.
- Santos, M. H., & Amâncio, L. (2014). Perceção de justiça, discriminação e sexismo. *Psicologia*, 28(1), 67-81.
- Santos, M. H., & Amâncio, L. (2014a). Sobreminorias em profissões marcadas pelo gênero: consequências e reações. *Análise Social*, 212, xlix (3.º), 700-726.

Emília Fernandes

**O estudo do
género na gestão
e o contributo
de Amâncio:
um relato pessoal**

13 O ESTUDO DO GÉNERO NA GESTÃO E O CONTRIBUTO DE AMÂNCIO: UM RELATO PESSOAL

Emília Fernandes

Os trabalhos de Lúcia Amâncio (1992, 1993a, 1993b) constituíram-se, para mim, como o primeiro contacto com uma investigação que, no âmbito da psicologia social e no contexto nacional, visava questionar e desconstruir as convicções de género na sociedade portuguesa. De certo modo, a sua investigação permitiu legitimar o meu interesse pelas desigualdades de género na área académica em que me encontro: a gestão. Este percurso, iniciou-se, assim, com a minha tese de mestrado cujo objetivo era explorar o efeito das conceções socioculturais do feminino e masculino na construção da figura da gestão. Para o efeito, a investigação de Amâncio sobre estereótipos de género foi assumida como o ponto de partida conceptual da investigação em causa.

Ao contrário das correntes cognitivistas americanas (e.g. Ashmore e Del Boca, 1979; Rozenkrantz et al, 1968; Best e William, 1993) e, mais especificamente, da teoria dos papéis de Alice Eagly (1983, 1987), Amâncio considera que “encarar os papéis sexuais como principal explicação da diferença entre homens e mulheres, sem existir uma preocupação em analisar a ideologia amplamente consensual que diferencia o masculino do feminino através da desejabilidade das suas características, consiste apenas em analisar o como sem analisar o porquê” (1994:23). A criticalidade da

reflexão teórica de Amâncio reside no facto de a autora enfatizar o plano ideológico dos sistemas de crenças (Amâncio, 1994). Este entendimento pressupõe interpretar os estereótipos de género como ideologizações coletivas e partilhadas do que significa ser homem/masculino e mulher/feminino e que traduzem uma dada ordem de relações entre os dois grupos sociais (Amâncio, 1992, 1994). A noção de assimetria permite a Amâncio, por conseguinte, enfatizar as relações de poder inscritas nos dispositivos psicossociais que são os estereótipos de género e que normalizam os homens como representantes da condição humana e as mulheres como representantes da especificidade da sua condição genderizada. Tal assimetria leva a que as mulheres sejam socioculturalmente enquadradas nos limites da diferença, enquanto parte de uma mesma condição ou destino coletivos, e limita a mudança social pela função normativa exercida sobre o simbólico que significa e dicotomiza os géneros (Amâncio, 1993a). Deste modo, e não obstante a mudança nos conteúdos que integram o masculino e o feminino, para Amâncio (1992, 1994), o importante é realçar que o poder persiste no masculino e na sua capacidade de significar o que é compreendido como normativo e/ou universal, independentemente dos contextos e funções. De outro modo, aos homens é dada liberdade de significação e de se construírem como seres individuais, pois é para o estereótipo masculino que converge a independência contextual e a diversidade de competências (Amâncio, 1992, 1994). Já para as mulheres, coloca-se em cena a sua adequação ou não-adequação, levando a que a presença destas num contexto que não remeta para a sua especificidade de género implique o recurso a significados masculinos, de forma a tornar possível a compreensão e aceitação sociocultural de tal desvio (Amâncio, 1992, 1994).

Esta atenção ao poder e ao modo como ele se articula à volta dos significados do masculino e feminino foi sem dúvida um dos contributos fundamentais de Amâncio para o estudo que desenvolvi junto dos estudantes de gestão.

Na verdade, os resultados da investigação vieram, de certo modo, confirmar as reflexões teóricas de Amâncio, uma vez que era ao masculino que os estudantes recorriam para significar a figura normativa da gestão, persistindo, assim, a distância de poder que se estabelecia na dualidade de gênero (Fernandes e Cabral-Cardoso, 2003). Tal ocorria não obstante a representação do masculino ter sofrido transformações de significado, passando, neste sentido, a incluir alguns atributos inscritos na dimensão feminina da expressividade. Por outro lado, os estudantes percebiam a figura da gestora como próxima da versão normativa masculina da gestão e distante do estereótipo feminino (Fernandes e Cabral-Cardoso, 2006), de forma a justificar a legitimidade da sua presença num contexto percebido como inadequado à sua condição de gênero.

Num outro plano, Amâncio (2003a, 2003b, 2005), agora acompanhada por outras autoras nacionais (e.g. Nogueira, 2001a, 2001b) e internacionais (Butler, 1990; Calás e Smircich, 1992^a, 1992^b; Flax, 1987; Fletcher, 2001; Nicholson, 1990), também se constituiu como alavanca motivacional e teórica para que progressivamente me deslocasse de uma experiência “convencional” de estudar o gênero para a experimentação de uma tentativa de posicionamento feminista na investigação que desenvolvi posteriormente e à qual continuo ligada. Foi em resultado deste contributo, agora multivocal, que iniciei o meu percurso pela história e as teorias feministas e que percebi a importância de assumir uma posição implicada e questionadora num contexto académico em que tal posicionamento continua ser totalmente marginal e residual, dificultando, com frequência, a possibilidade de publicação. O texto de Amâncio (2003a) sobre a história do gênero nas ciências sociais permitiu-me perceber, ainda que indiretamente, o que poderia significar este novo posicionamento perante a produção do conhecimento científico e os estudos de gênero nas organizações e na gestão. O contributo feminista para a produção de conhecimento tem servido não só o propósito de dar a conhecer e denunciar

as barreiras que as mulheres enfrentam, sugerindo políticas reformistas para a igualdade entre os gêneros, mas também para desvelar a complexidade intrínseca ao modo como fazemos e negociamos o gênero e as práticas discursivas socioculturais que constroem esse mesmo “(des)fazer”. Acredito que é nesta dialética que está o gérmen para a transformação das práticas de gênero, competindo à investigação acadêmica abrir caminho para novas inteligibilidades de viver a nossa condição genderizada, nas várias dimensões das nossas vidas. A investigação feminista pode, então, constituir-se como uma forma de contar “histórias, histórias recontadas, versões que revertem e deslocam os dualismos hierárquicos das identidades” (Haraway, 2002: 224), destabilizando, ao fazê-lo, a “normalidade” com que aceitamos nos nossos quotidianos profissionais e privados as assimetrias de gênero.

Posicionar-me como feminista pressupõe, ainda, compreender o ato de investigar e os seus efeitos como construções sociais constrangidas pelas suas próprias condições de produção e, conseqüentemente, assumir um compromisso político com o objeto de estudo, circunscrevendo-o sempre a um dado quadro ético-ideológico. É embebido neste enquadramento acadêmico e político que situo a minha atual investigação sobre gênero e empreendedorismo (Fernandes, 2008, Fernandes e Leite, 2016). Ora, percorrer este caminho e assumir tal posicionamento, só foi possível graças ao contributo de Lígia Amâncio, uma das primeiras autoras reconhecidas no panorama nacional a desbravar terreno na investigação sobre as desigualdades de gênero e a tornar legítima a intenção de outras investigadora(s) seguirem o seu trilho acadêmico e implicado. Dizer isto significa reconhecer que Lígia, e o seu trabalho, são, de certa forma, parte importante da minha estória como académica e feminista.

REFERÊNCIAS

- Amâncio, L. (1992). As assimetrias nas representações do género. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 34, 9-23.
- Amâncio, L. (1994). *Masculino e feminino: a construção social da diferença*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- Amâncio, L. (2003a). Género e assimetria simbólica: o lugar da história na psicologia social, in Castro M. L., & Garrido, M. (eds.), *Temas e debates em psicologia social* (111-124). Lisboa: Livros Horizonte.
- Amâncio, L. (2003b). O género no discurso das ciências sociais. *Análise Social*, 38(168), 687-714.
- Amâncio, L. (2005). Reflections on science as a gendered endeavour: changes and continuities. *Social Science Information*, 44(1), 65-83.
- Best, D. L., & William, J. E. (1993). A cross-cultural view-point, in Beall, A. E. & Stenberg, R. J. (eds), *The Psychology of Gender* (215-248). Nova Iorque: Guilford Press.
- Butler, J. (1990). *Gender trouble: feminism and the subversion of identity*. Londres: Routledge.
- Butler, J., & Scott, J. W. (eds.) (1992a). *Feminists theorize the political*. Londres: Routledge.
- Ashmore, R. D., & Del Boca, F.K. (1979). Sex stereotypes and implicit personality theory: toward a cognitive-social psychological conceptualization. *Sex Roles*, 5(2), 219-248.
- Calás, M., & Smircich, L. (1992a). Re-writing gender into organizational theorizing: directions from feminist perspectives, in Reed, M., & Hughes, M. (eds.), *Rethinking organization. New directions in organization theory and analysis* (227-253). Londres: Sage Publications.
- Calás, M., & Smircich, L. (1992b). Using the “f” word: feminist and the social consequences of organizational research, in Mills, J. A., & Tancred, P. (eds.), *Gendering organizational analysis*: 222-234. Newbury Park, CA: Sage Publications
- Eagly, A. H. (1983). Gender and social influence: a social psychological analysis. *American Psychologist*, 38, 971-981.

- Eagly, A. H. (1987). *Sex differences in social behaviour: a social role interpretation*. Hillsdale: Lawrence Erlbaum Associates, Publishers.
- Fernandes, E. (2008). Elas por elas: corpos ruidosos, corpos silenciados em contexto organizacional. *Diacrítica*, 22(3): 97-102.
- Fernandes, E., & Cabral-Cardoso, C. (2003). Gender asymmetries and manager stereotype among management students. *Women in Management Review*, 18 (1/2), 77-87.
- Fernandes, E., & Cabral-Cardoso, C. (2006). Gender asymmetries and the manager stereotype among management students. *Women in Management Review*, 18(1/2): 77-87.
- Fernandes, E., & Leite, R. (2016). Embodied women in the work context: the case of Portuguese businesswomen and their female subordinates. *Women's Studies International Forum*, 56, 45-55.
- Fletcher, J. K. (2001). *Disappearing acts: gender, power and relational practice at work*, Londres: MIT Press.
- Flax, J. (1987). Postmodern and gender relations in feminist theory. *Signs*, 16(2), 621-243.
- Haraway, D. (2002). O manifesto ciborgue: a ciência, a tecnologia e o feminismo socialista nos finais do século XX, in Macedo, G. A. (ed.), *Género, identidade e desejo* (221-250). Lisboa: Cotovia.
- Nicholson, L. J. (1990). *Feminism/Postmodernism*. Londres: Routledge.
- Nogueira, C. (2001a). Construcionismo social, discurso e género. *Psicologia*, XV(1), 43-65.
- Nogueira, C. (2001b). *Um novo olhar sobre as relações sociais de género: feminismo e perspectivas críticas na psicologia social*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rosenkrantz, P.S., Vogel, S. R., Bee, H., Broverman, I. K., & Broverman, D. M. (1968). Sex role stereotypes and self-concepts in college students. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 32(3), 287-295.

